



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

IGOR MÁRIO RODRIGUES BENEDITO

**O ENSINO DE HISTÓRIA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:
TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO CULTURAL**

FORTALEZA

2025

IGOR MÁRIO RODRIGUES BENEDITO

**O ENSINO DE HISTÓRIA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:
TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de concentração: Saberes Históricos no espaço escolar.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Gilberto Nogueira Ramos.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B399e Benedito, Igor Mário Rodrigues.
O ensino de História no primeiro ano do ensino fundamental: Território e Patrimônio Cultural / Igor
Mário Rodrigues Benedito. – 2025.
131 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado
Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

1. Ensino de História. 2. Patrimônio Cultural. 3. São Gonçalo do Amarante. I. Título.

CDD 907.220711

IGOR MÁRIO RODRIGUES BENEDITO

**O ENSINO DE HISTÓRIA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:
TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de concentração: Saberes Históricos no espaço escolar.

Aprovada em 24/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Gilberto Nogueira Ramos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ana Amélia Rodrigues Oliveira
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

A Deus.

Aos meus pais, irmãos, sobrinha, noiva e amigos.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de iniciar os agradecimentos ao Grande Arquiteto do Universo e sua infinita bondade em conceder tantas bênçãos ao longo dos últimos cinco anos. A tua graça é tamanha que não há como expressar a gratidão devido a representatividade da grandeza em alcançar objetivos jamais imaginados.

Agradeço a minha família por tanta dedicação, cuidado, paciência, amor e carinho ao longo de toda a minha vida e principalmente durante este processo. Agradeço ao meu pai, Francisco Mariano (*in memoriam*), por ter dado condições, educação, moral, exemplo de dignidade, trabalho e honestidade. Agradeço a minha mãe Aurenir Rodrigues, por tanto cuidado, dedicação e afeto ao longo dos meus trinta e três anos de vida, sendo a pessoa mais bondosa e caridosa que conheci em minha vida. Agradeço a minha irmã, Mariany Loiola, por ser minha base emocional e eterna amiga de vida. Agradeço ao meu irmão, Mariano Júnior por tanto amor, carinho e afetividade desde que o conheci ainda na maternidade. Agradeço a minha sobrinha, Ayra Cavalcante, por trazer luz, alegria, vontade de viver e motivos para sorrir em tempos difíceis.

Um agradecimento especial a Professora Rosanjala Tabosa, que durante a fase mais delicada do Mestrado, como minha coordenadora pedagógica, não mediu esforços para que eu conseguisse assistir as aulas e fizesse a apresentação de todos os trabalhos em eventos importantes para a formação.

Agradeço a Mirla Lorena, por trazer à minha vida tanta felicidade, paz e amor, suportando o processo e sempre me motivando para a continuação desse sonho jamais imaginado.

Agradeço a minha amiga Lorena Nunes, por ter segurado a minha mão, quando a solidão e monotonia avançavam sobre meus pensamentos e minha rotina em São Gonçalo do Amarante, acompanhando-me em todos os planos para reestruturação da minha autoestima. Agradeço a minha amiga e companheira de trabalho, Katiana Brito, por ser uma fonte de luz e reflexões sobre as potencialidades em torno do meu trabalho e da minha capacidade profissional. Agradeço as minhas amigas Kelly Sampaio e Nayane Alves, por sempre estarem presentes nos momentos de instabilidade emocional e medo da responsabilidade do processo.

Agradeço ao meu orientador, Professor Antonio Gilberto Ramos Nogueira, por toda paciência e orientações, compreendendo as crises de ansiedade pelo medo de não ser capaz de produzir. Ele, que durante toda a orientação, acreditou mais no meu potencial do que eu mesmo.

Agradeço a Professora Ana Amélia, que desde a sua primeira aula no Mestrado, mostrou-me caminhos para obter êxito na construção da pesquisa, colaborando ativamente com referências bibliográficas, sugestões de leitura e ideias sobre a estrutura da pesquisa e o seu produto.

Agradeço ao Professor Danilo Alves Bezerra, membro da minha banca de avaliação, pela valorosa contribuição para a estrutura do trabalho aqui apresentado. Ressalto o desejo de conhecer ainda mais o seu trabalho e contribuir em suas pesquisas sobre o patrimônio cultural e a cultura popular.

Agradeço aos professores e professoras do programa de mestrado do ProfHistória da Universidade Federal do Ceará (UFC). Desde o primeiro encontro em 17 de março de 2023, foram referência e atores necessários para a construção da minha formação como Mestre. Obrigado por todas as orientações, conselhos e opiniões.

Agradeço ainda ao Historiador Roberto Moreira Chaves e ao Museu Casa de Quica Moreira por contribuírem de maneira grandiosa para a construção da pesquisa e de seu produto sobre o patrimônio cultural.

Agradeço ao Mestre de Reisado, Antônio Carneiro, por sua simplicidade, humildade e vontade de contribuir com a pesquisa e as problemáticas contidas em sua estrutura. Por sua gentileza em nos receber em sua residência e transmitir sua emoção ao falar de sua histórica relação com o Reisado.

Agradeço a Mestra Lúcia Martins pela rica e generosa contribuição à pesquisa com sua história e a história do seu Grupo de Coco de Praia. A sua filha, Ingrid, que me convidou para conhecer o Grupo de Coco participando de um dos momentos mais simbólicos, o tradicional assado de peixe da praia da Taíba, como forma de comemorar e agradecer pelas conquistas.

Agradeço ao Mestre Edson (Edão), pelo momento emocionante em que aborda sua história de vida, as lutas, as dificuldades e os resultados obtidos por meio de seu desejo de manter viva a cultura popular e as tradições de São Gonçalo do Amarante, por meio da Dança de São Gonçalo.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Universidade Federal do Ceará pela oportunidade de cursar um curso de Mestrado público de qualidade e referência, sendo o processo seletivo de acesso ao Mestrado Profissional em Ensino de História da UFC o mais concorrido do Brasil.

As brincadeiras são, então, um meio para se chegar ao coletivo geral da humanidade; nelas a criança trabalha questões importantes da essência do ser humano: medo, fantasias, faz-de-conta, além de experimentar relações sociais presentes em determinado coletivo [...] (Silva, 1989, p. 75).

RESUMO

Ensinar História na contemporaneidade tem sido um desafio composto de obstáculos de diferentes naturezas. A docência como professores e professoras de História tem nos permitido ao longo dos anos vivenciar o cotidiano das transformações na educação dos nossos territórios de atuação. Isso nos dá a possibilidade de compreender como as mudanças impactam diretamente na rotina da sala de aula e direcionam os fluxos de aprendizagem de acordo com os interesses dos órgãos reguladores da educação, sem levar em consideração a singularidade implicada na aprendizagem individual e se a aprendizagem alcançada ao longo do tempo é suficientemente capaz de permitir que os alunos e alunas alcancem o conhecimento significativo. Neste sentido, busca-se nesta pesquisa analisar a atual estrutura do ensino de História, propondo caminhos e metodologias para a construção de novos sentidos e significados no processo de mediação, na perspectiva da valorização e preservação do patrimônio cultural de São Gonçalo do Amarante. Partindo de uma análise sobre o contexto da educação brasileira, de pelo menos uma década, em relação a fatores ligados principalmente às questões políticas e sociais, podemos considerar que há uma crise estrutural para o campo das humanas, incluindo a História nas diversas etapas do ensino básico. Os problemas enfrentados partem principalmente das mudanças nos currículos ou na ausência de recursos didáticos concretos para o trabalho em sala, o que conseqüentemente requer mudanças nas metodologias utilizadas nos anos iniciais, influenciando o decorrer da vida estudantil até o final do ensino médio. O ensino de História no ciclo de alfabetização tem sido, de certa forma, negado ao longo dos últimos anos, principalmente pelo fato da emergência da alfabetização ao final do segundo ano do ensino fundamental, não oportunizando aos educandos as aprendizagens por meio do ensino de História. Dessa forma, buscamos alternativas e metodologias que garantam as aprendizagens necessárias à formação das crianças numa perspectiva de educação histórica. Para isso, propomos a realização de atividades e experiências lúdicas com o uso das ações que tem origem na cultura popular, por meio de músicas, folguedos, manifestações e danças populares (Reisado, Dança do Coco, Dança de São Gonçalo), o Artesanato, o Teatro e o Circo, estruturando o trabalho para o ensino de História através da educação patrimonial, permitindo às crianças o contato com o patrimônio cultural material e imaterial do seu próprio território e contexto de vida.

Palavras-chave: ensino de história; patrimônio cultural; São Gonçalo do Amarante.

ABSTRACT

Teaching History in contemporary times has been a challenge made up of obstacles of different natures. Over the years, teaching as History teachers has allowed us to experience the daily transformations in education in our areas of activity. This gives us the opportunity to understand how changes directly impact classroom routines and direct learning flows according to the interests of education regulatory bodies, without taking into account the uniqueness implied in individual learning and whether the learning achieved over time is sufficiently capable of allowing students to achieve significant knowledge. In this sense, this research seeks to analyze the current structure of History teaching, proposing paths and methodologies for the construction of new senses and meanings in the mediation process, from the perspective of valuing and preserving cultural heritage of São Gonçalo do Amarante. Based on an analysis of the context of Brazilian education, over at least a decade, in relation to factors mainly linked to political and social issues, we can consider that there is a structural crisis in the field of humanities, including History in the various stages of basic education. The problems faced arise mainly from changes in curricula or the lack of concrete teaching resources for classroom work, which consequently requires changes in the methodologies used in the early years, influencing the course of student life until the end of high school. The teaching of History in the literacy cycle has been, to a certain extent, denied over the last few years, mainly due to the emergence of literacy at the end of the second year of elementary school, not providing students with the opportunity to learn through History teaching. Therefore, we seek alternatives and methodologies that guarantee the learning necessary for the formation of children from a perspective of historical education. To this end, we propose carrying out recreational activities and experiences using actions that originate from popular culture, through music, festivities, popular demonstrations and dances (Reisado, Dança do Coco, Dança de São Gonçalo), Crafts, Theater and Circus, structuring the work for teaching History through heritage education, allowing children to come into contact with the material and immaterial cultural heritage of their own territory and life context.

Keywords: History Teaching. Cultural Heritage. São Gonçalo do Amarante.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Complexo Portuário do Pecém.....	25
Imagem 2 - Igreja de Nossa Senhora da Soledade – 1987.....	27
Imagem 3 - Antiga sede da Prefeitura - Centro de São Gonçalo do Amarante.....	29
Imagem 4 - Faixada da Escola Adelino Alcântara Filho.....	31
Imagem 5 - Pátio da escola onde são realizadas as principais atividades coletivas.....	34
Imagem 6 - Grupo de estudos e pesquisas em Arte e Cultura Popular do CECITEC/UECE...	40
Imagem 7 - Atividade alusiva ao Dia das Crianças.....	42
Imagem 8 - Currículo referencial de História para o 1º ano.....	50
Imagem 9 - Capa do livro didático de História do 1º ano.....	51
Imagem 10 - Atividade do livro didático de História.....	53
Imagem 11 - Atividade do livro didático de História.....	54
Imagem 12 - Museu Casa de Quinca Moreira.....	75
Imagem 13 - Igreja de Nossa Senhora da Soledade.....	80
Imagem 14 - Grupo de Coco de Praia Pequena Aldeia – Praia da Taíba.....	83
Imagem 15 - Grupo Folclórico - São Gonçalo do Amarante.....	86
Imagem 16 - Mestre Antônio - Grupo de Reisado dos Espinhos - Boi do Sertão.....	89
Imagem 17 - Mestre Antônio ladeado pelos caretas de seu Reisado.....	96
Imagem 18 - Terreiro da Casa de Mestre Antônio.....	96
Imagem 19 - Atividade de desenho sobre o patrimônio cultural imaterial – Reisado.....	110
Imagem 20 - Atividade de construção de personagens da cultura popular com reciclados....	111
Imagem 21 - Oficina de escrita criativa sobre temas locais.....	113
Imagem 22 - Crianças do Projeto “Jucá rima com Brincar” manuseando bonecos.....	114
Imagem 23 - Apresentação Artística sobre o Patrimônio Imaterial.....	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa político de São Gonçalo do Amarante.....	24
Mapa 2 - Sede de São Gonçalo do Amarante (Localização da Escola)	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista dos Mestres da Cultura “Tesouros vivos” do Vale do Curu.....	92
Tabela 2 - Lista dos Mestres rabequeiros do estado do Ceará.....	93
Tabela 3 - Lista dos Mestres Luthiers do estado do Ceará.....	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 SÃO GONÇALO DO AMARANTE ENTRE O LITORAL E O SERTÃO: CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA ADELINO E O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO.....	24
2.1 A Escola Adelino Alcântara Filho: Três décadas de trabalho desenvolvido na comunidade.....	31
2.2 Características do bairro Passagem e o público atendido pela instituição escolar.....	35
2.3 A trajetória e o trabalho docente como Professor na Escola Adelino e os desafios do cotidiano numa escola pública da periferia.....	39
3 O ENSINO DE HISTÓRIA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR: A ESTRUTURA DO COMPONENTE CURRICULAR NA REFERIDA ETAPA DE ENSINO.....	44
3.1 A ausência de recursos didáticos para o Ensino de História relacionado ao contexto das crianças da Escola Adelino Alcântara Filho.....	46
3.2 As avaliações externas de língua portuguesa e o impacto causado na qualidade do ensino dos demais componentes curriculares no âmbito da escola.....	56
3.3 Possibilidades educativas e significativas no Ensino de História: O lúdico como ferramenta para o Professor Artista.....	63
4 O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE COMO FONTES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	71
4.1 O mapeamento do patrimônio cultural do território de São Gonçalo do Amarante.....	73
4.2 A Educação Patrimonial e a relação com o patrimônio local na perspectiva da educação histórica.....	97
4.3 O contato das crianças com o território e seu patrimônio: Há um mundo fora dos muros da escola.....	106
4.4 O produto: Recurso didático sobre o patrimônio cultural e o território de São Gonçalo do Amarante.....	118
4.5 Estrutura da Ferramenta Didática.....	120
CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS.....	126

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da problemática que gira em torno da ausência de recursos didáticos para se trabalhar o ensino de História, no primeiro ano. Pensei como seria interessante e “mágico” trazer a minha experiência com as artes e o patrimônio cultural associada ao patrimônio e a História Local, como forma de dar vida e significado ao que é trabalhado no componente curricular de História, abrindo possibilidades para o desenvolvimento da criatividade e da imaginação por meio do lúdico e da arte. Assim, pretende-se com essa pesquisa analisar a estrutura atual do ensino de História do primeiro ano do ensino fundamental e como seria possível articular o ensino de História com a História local por meio do patrimônio cultural do município de São Gonçalo do Amarante.

O patrimônio cultural tem sido, nos últimos anos, campo de estudo e pesquisa de forma mais intensificada. A compreensão do patrimônio cultural perpassa pela sua variedade de edificações, símbolos, manifestações, práticas e ofícios ligados diretamente à arte e à cultura popular brasileira, que como o próprio nome traduz, é fruto da produção de práticas populares de diversas manifestações por todo o território nacional. Tais práticas fazem parte de um acervo de vivências, que se originam a partir de atividades e brincadeiras que tomam forma e são aperfeiçoadas como práticas cotidianas, transmitidas de geração para geração e reconhecidas como patrimônio cultural.

O mapeamento e reconhecimento das práticas culturais como manifestações de cultura viva e outras, passa a ser realizado a partir da década de 1980. Na primeira metade do século XX, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e com a organização do estado brasileiro, começam a surgir os primeiros órgãos de reconhecimento e identificação do patrimônio do país. Segundo Nogueira e Ramos Filho (2019, p. 08):

[...] com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/1937, vemos a construção de um passado nacional com a finalidade de angariar prestígio de modernidade para a identidade da nação. As ações desse órgão, depois chamado de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), fizeram com que o tombamento fosse transformado em sinônimo de preservação.

Durante as décadas seguintes após a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) anteriormente SPHAN, o patrimônio brasileiro ficou caracterizado pelo tombamento de edificações seculares que representavam determinados períodos da História do país, constituindo uma identidade sobre a estética, os traços e as características

arquitetônicas dos prédios, monumentos e outras edificações arquitetônicas, dando sentido de valorização às memórias de uma camada abastada da população, enquanto a outra parte permanecia de certa forma apagada.

É somente a partir da década de 1980, mais precisamente durante o processo de redemocratização do Brasil, que o sentido de patrimônio passa a ser mais abrangente, englobando a cultura como uma das formas de reconhecimento e valorização da cultura popular como patrimônio brasileiro. Assim, práticas populares, artísticas e tradicionais passaram a integrar o patrimônio cultural, dando visibilidade à existência da diversidade cultural formada pela população.

Apesar da conquista pelo reconhecimento das práticas como patrimônio cultural, por meio da Constituição brasileira, em seu artigo 216, as práticas populares, artísticas e os modos de vida passam por um processo de consolidação, para que a legitimidade de suas manifestações como patrimônio cultural pudessem ser valorizadas diante da repressão cultural vivenciada até pouco tempo antes daquele período, durante a ditadura militar. Segundo o artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; **II** - os modos de criar, fazer e viver; **III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; **IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Aos poucos, a cultura popular como patrimônio cultural ganhou espaço, visibilidade e importância na eminente construção de políticas públicas patrimoniais e culturais, superando um dos períodos mais conturbados da história do país diante da censura e do apagamento das memórias e da cultura nacional.

Apesar da repressão cultural vivenciada na época, gestou-se o entendimento de que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, devendo incluir também as manifestações culturais representativas para outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral. (Nogueira; Ramos Filho, 2019, p. 20).

O reconhecimento e a legitimação das práticas populares como patrimônio cultural brasileiro, possibilitou a visibilidade da imensidão que é a cultura dos povos que constituem o Brasil, expondo a miscigenação que constitui a população brasileira e as diversas ramificações preservadas por meio de gerações familiares, suas memórias e costumes.

Apesar de existirem órgãos como o Iphan, conselhos patrimoniais de cultura, sistemas estaduais de cultura e patrimônio cultural, bens patrimoniais materiais e imateriais como práticas artísticas e culturais, só são de fato reconhecidas como patrimônio mediante a atribuição de valor, a valorização por meio da população que atribui sentido de valor e manutenção das memórias, a preservação das edificações patrimoniais e as práticas populares.

A virada do século XX para o século XXI trouxe importantes discussões e pesquisas para o patrimônio cultural e a cultura popular cearense. A implementação de políticas públicas, como a lei dos Mestres e a lei dos Tesouros vivos, deu um enorme passo na consolidação da importância do patrimônio para a História e valorização da cultura popular cearense. As ações formativas realizadas durante os eventos estruturantes da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT) tinham como um dos objetivos o trabalho contínuo de valorização, manutenção e preservação da cultura popular e do fazer artístico cearense. A ocupação dos espaços escolares com oficinas e vivências, potencializaram um contato mais direto entre crianças, jovens e adultos com a arte e a cultura cearense, estimulando o contato permanente com as manifestações populares.

Apesar de vivenciar cotidianamente, por mais de 18 anos, a arte e a cultura popular cearense, jamais havia pensado as práticas que realizava como parte do patrimônio cultural, ou como parte de estudos e pesquisas numa perspectiva acadêmica. Como brincante de Reisado, Cavalo Marinho e Teatro de Rua, os espetáculos e as participações em festivais, feiras e grandes eventos culturais não passavam de uma diversão que se realizava “brincando”, divertindo-se e divertindo pessoas por todos os lugares que passava.

Ao analisar a dissertação de Paula Cunha (2025) intitulada como *As infâncias no Terreiro da Tradição: O Ensinar – Aprender entre Mestres da Cultura cearense e seus pequenos discípulos*, penso que qualquer pessoa que admira, valoriza e se encanta com as artes e a cultura popular sente-se, de certa forma, invejada por não ter na infância a oportunidade de vivenciar os ensinamentos e as experiências do “brincar” como a autora aborda a infância e a vida do Mestre Aldenir e seu Reisado.

A cultura popular e o patrimônio cultural surgem no meu contexto de vida em um dos períodos mais difíceis, a adolescência, carregada de sentimentos, angústias e incertezas. As artes e a cultura surgem como divisores de água no percurso de um adolescente rebelde no contexto escolar, sem interesse para a aprendizagem, distante dos pais mesmo convivendo sob o mesmo teto, e sem perspectivas do que seria o futuro naquele momento. A canalização de uma energia dispersa tem um novo sentido a partir do ano de 2006, quando dentro da programação do II Festival dos Inhamuns de Circo, Bonecos e Artes de Rua, um dos eventos

estruturantes da SECULT, tenho o primeiro contato com Mestres da cultura popular. Daí em diante, a imersão nas artes e na cultura torna-se o principal caminho para a construção de uma vida dedicada à cultura popular.

Apesar de não ter nascido em berço familiar de tradições ou manifestações populares, estive sempre presente no contexto da atuação de grupos tradicionais do Reisado, no estado do Ceará, e do Cavalo Marinho, no estado de Pernambuco. Essas vivências possibilitaram uma aprendizagem significativa das tradições e a história que as envolve, permitindo que aos poucos, pudesse levar essas práticas e vivências para todos os espaços educacionais que tive a oportunidade de desenvolver um trabalho que une cultura, artes e a educação.

Contudo, costumo afirmar que o professor que me tornei, capaz de possibilitar momentos de aprendizagem significativa, por meio das brincadeiras com os símbolos do patrimônio dentro da sala de aula, não é fruto da universidade, mas sim da vivência com pessoas e grupos da cultura popular cearense, transitando entre diferentes manifestações.

Percebi que nos últimos anos, o espaço destinado para o brincar e aprender brincando tem perdido espaço, no contexto das escolas. Esse fato dá-se principalmente pela emergência estabelecida pelos órgãos de educação em obter resultados de alfabetização ante as avaliações externas, numa espécie de concorrência entre as escolas que disputam *status* e premiações em dinheiro. Nesse caso, o desenvolvimento integral da criança e o ensino humanizado ficam em segundo plano, promovendo crianças introvertidas e desmotivadas, desconfigurando a infância e o aprender por meio do descobrir, do criar e do argumentar.

As transformações implícitas à educação no Brasil seguem os rumos da administração pública, dos interesses políticos e econômicos nacionais. Essas transformações tendem a estabilizar ou desestabilizar a estrutura da educação de acordo seus próprios interesses ou visão política, com os índices obtidos por meio de análises de dados sobre os resultados da educação básica, e isso não é de hoje.

O contexto da educação brasileira sempre foi palco de discussões e problematizações principalmente no que diz respeito à sua qualidade e a estrutura dos espaços escolares disponíveis para o ensino. Ou seja, parece que sempre os indivíduos vivem à margem de uma educação em que o estado se fez presente de forma mínima, resultando numa tensão constante minada pelos resultados ruins obtidos ao longo de décadas, em diversos locais do território brasileiro, principalmente àqueles ligados à cenários de pobreza extrema como o nordeste brasileiro, principalmente no século passado.

Na perspectiva de confrontar um sistema que não possibilita uma aprendizagem que valorize a infância e o brincar, pensei como poderia articular a educação com o ensino de História, as artes, o patrimônio cultural, a cultura popular e a fácil comunicação para transmitir conhecimentos e superar as deficiências de uma estrutura educacional, a qual não tem valorizado os componentes curriculares do campo das humanidades. No entanto, para compreender de onde partiria a pesquisa, foi importante investigar como o Ensino de História tem sido pensado nos últimos anos.

Não é de hoje que ensinar História tem sido um desafio, seja pela estruturação do currículo, o próprio contexto da sala de aula, o sucateamento das instituições ou pela ausência de recursos que auxiliem o professor na função docente. Nos últimos anos, com o cenário político e social vivido no Brasil o Professor de História tem enfrentado ainda mais dificuldades para desenvolver o seu trabalho, e isso dá-se por inúmeras questões relacionadas ao período atual, principalmente pela ascensão do conservadorismo e sua influência política na estruturação das leis educacionais brasileiras nos últimos anos.

Diante de um contexto em que há a evidente fragilização da História como disciplina escolar em relação a sua configuração do passado, Rodrigo Turin (2016) classifica o período como um tempo de crise para as humanidades, fazendo uma referência também às outras áreas do conhecimento das ciências humanas e as dificuldades enfrentadas ao longo dos últimos anos no território brasileiro. A instabilidade política na última década atinge diversas frentes da estrutura educacional brasileira, sendo o ensino secundário o mais afetado dentre as etapas da educação básica. Ao analisar aquele período, Araujo (2017, p. 193) aborda que:

A tentativa de redução do debate sobre a educação ao numeramento e letramento, amplamente patrocinada pela OCDE, sem um enfrentamento político, levará ao aprofundamento dessa tendência. Esse cenário de fragmentação e disputa ficou evidente nas reações de historiadores e não historiadores às diversas versões sobre o futuro do ensino de história que foram projetadas no texto da Base Nacional Curricular Comum, colocando em lados opostos as demandas por reconhecimento e acolhimento das lutas identitárias e aspectos da tradição disciplinar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do componente curricular de História é amplamente discutida e criticada em diversos eventos sobre o ensino, sobre o componente, em todo o território nacional, devido à simplicidade das habilidades e por não propor uma estrutura que estimule alunos e alunas. Essa mesma BNCC criticada por tantos especialistas, na teoria é a mesma utilizada para planejar as minhas aulas de História, no primeiro ano do ensino fundamental. No entanto, as aulas de História normalmente são substituídas pelas aulas de língua portuguesa, como forma de acelerar o processo de alfabetização.

Ao decidir que o tempo destinado às aulas de História não seriam mais para a realização de aulas de língua portuguesa, penso como a partir de então essas poderiam ser trabalhadas. Para tanto, passo a analisar o livro didático de História, que, apesar de ter uma proposta que condiz com a faixa etária escolar, traz somente a simplicidade de atividades que em sua maioria tornam-se repetitivas ao longo das unidades.

O primeiro capítulo intitulado *São Gonçalo do Amarante entre o litoral e o sertão: Contextualizando a Escola Adelino e o território do município* tem como objetivo apresentar uma contextualização histórica do município de São Gonçalo do Amarante, desde os primeiros aldeamentos indígenas ao povoamento de colonizadores no território, abordando sobre suas principais características geográficas, sociais, econômicas, estruturais e educacionais. As pesquisas e os estudos realizados, por meio das informações obtidas em torno da história do município, permitiram compreender as relações institucionais e os fluxos populacionais que caracterizam a população e os modos de vida.

No primeiro tópico intitulado *A Escola Adelino Alcântara Filho: Três décadas de trabalho desenvolvido na comunidade*, proponho apresentar o histórico da escola em que leciono desde o ano de 2022 como professor polivalente do primeiro ano do ensino fundamental (ciclo de alfabetização), e sua importância para a comunidade devido ao trabalho realizado e sua localização geográfica. A escola, que está localizada no bairro Passagem, periferia de São Gonçalo do Amarante, é a mais antiga da sede do município, considera patrimônio para a população do bairro.

O segundo tópico intitulado *Características do bairro Passagem e o público atendido pela instituição escolar* tem por objetivo contextualizar as características estruturais do bairro, suas limitações no que diz respeito as principais demandas, como: pavimentação, saneamento e segurança. Além do bairro, trago também uma descrição das famílias e suas condições socioeconômicas, vulnerabilidades, potencialidades, relações na comunidade e, principalmente, o relacionamento com a escola e os demais membros da comunidade escolar.

No terceiro tópico intitulado *A trajetória e o trabalho docente como Professor na escola Adelino e os desafios do cotidiano numa escola pública da periferia* apresento minhas vivências e formação tanto artística quanto acadêmica; as experiências como brincante de tradições populares como o Reisado e o Cavalo Marinho; além do trabalho profissional com Teatro de Rua. Abordo sobre o processo de mudança do município de Tauá para o município de São Gonçalo do Amarante devido a aprovação em concurso público, detalhando as relações estabelecidas com a comunidade, pais e alunos enfatizando sobre as problemáticas no contexto da escola.

Serão utilizados como aporte teórico para a construção deste capítulo documentos e fontes da historiografia de São Gonçalo do Amarante, além de publicações em *sites* governamentais e institucionais, os quais divulgam o município e discutem questões de ordem social como a expulsão do povo Anacé da região do distrito de Pecém, para a construção do Porto e do Complexo Industrial.

No segundo capítulo intitulado *O ensino de história no ciclo de alfabetização escolar: A estrutura do componente curricular na referida etapa de ensino* proponho uma discussão e reflexão com foco na análise da estrutura curricular do ensino de História amparado na BNCC e no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC). A questão gira em torno da minimização da História como componente curricular em favorecimento dos componentes de língua portuguesa e matemática.

O primeiro tópico intitulado *A ausência de recursos didáticos para o Ensino de História relacionado ao contexto das crianças da Escola Adelino Alcântara Filho* traz a problemática central desta pesquisa quando aborda a dificuldade para desenvolver o ensino de História sem recursos didáticos sobre o território, a cidade e o patrimônio cultural, como forma de proporcionar uma aprendizagem ampla e diversificada, principalmente quando os conteúdos abordam questões ligadas ao próprio contexto das crianças.

O segundo tópico intitulado *As avaliações externas de língua portuguesa e o impacto causado na qualidade do ensino dos demais componentes curriculares no âmbito da escola* reflete a estrutura do ensino pautado na realização das avaliações externas como forma de diagnosticar e medir a aprendizagem das crianças durante o ciclo de alfabetização escolar, do 1º e 2º ano do ensino fundamental. A discussão traz a experiência vivenciada na escola Adelino e a “mecanização” do ensino e da aprendizagem como mote para reflexões acerca da importância radical dada à essas avaliações. Os métodos utilizados renegam às crianças uma aprendizagem ampla, universal e humanizada que permita uma imersão nas possibilidades de aprendizagem de outros componentes curriculares, inclusive a História.

O tópico três intitulado *Possibilidades educativas e significativas no Ensino de História: O lúdico como ferramenta para o Professor Artista* apresenta a cultura popular, as artes, as brincadeiras e o brincar como ferramentas e possibilidades para uma aprendizagem pautada no lúdico e no imaginário, tendo o professor como mediador dessas atividades e ações, devido a minha experiência como ator, músico e brincante da cultura popular garantindo, quando possível, um ambiente de experiências significativas, rompendo com o sistema singular de ensino.

Como referência teórica para o segundo capítulo trouxe para o texto o pensamento de autores como os historiadores Jörn Rüsen e Circe Bittencourt, e os educadores Cipriano Luckesi e Emília Ferrero. O pensamento e as reflexões dos teóricos possibilitam uma confluência como base para as discussões sobre a relação do Ensino de História com o lúdico, a alfabetização e o desenvolvimento das crianças.

O terceiro capítulo intitulado *O patrimônio cultural material e imaterial de São Gonçalo do Amarante como fontes para o Ensino de História* traz para a pesquisa problematizações acerca do mapeamento, do reconhecimento e da valorização do patrimônio cultural do município de acordo com o estudo de leis governamentais como a lei dos Mestres da Cultura e dos Tesouros Vivos, além de fazer um comparativo sobre a política cultural nos dois municípios em que residi, nos últimos anos.

O primeiro tópico intitulado *O mapeamento do patrimônio cultural do território de São Gonçalo do Amarante* aborda sobre as dificuldades em encontrar e obter informações sobre os bens do patrimônio cultural de São Gonçalo do Amarante. Traz o percurso construído para a identificação do patrimônio cultural local por meio de um ensaio na construção individual e coletiva de inventariar sobre edificações, manifestações e práticas da cultura popular espalhadas pelo território do município.

O segundo tópico intitulado *A Educação Patrimonial e a relação com o patrimônio local na perspectiva da educação histórica* traz para o campo da educação e do Ensino de História uma abordagem que contempla patrimônio e educação como forma de compreensão progressiva sobre a história da comunidade, que possibilita aprendizagens tanto em ambientes escolares como fora deles. Contempla ainda a dimensão do trabalho do Professor e da Professora de História como organizadores de um percurso que permita aos alunos e alunas uma aprendizagem significativa, por meio de vivências e experiências com o que é ou está fora do comum e do cotidiano, não seguindo uma linearidade.

O tópico três intitulado *O contato das crianças com o território e seu patrimônio: Há um mundo fora dos muros da escola* apresenta como modelos de experiências exitosas as atividades artísticas desenvolvidas no âmbito da Associação Arte Jucá com o Projeto *Jucá Rima com Brincar* e da Escola de Artes Miolo de Pote, a qual desenvolve suas atividades no sertão cearense, respectivamente nas cidades de Arneiroz e Tauá. As atividades apresentadas no capítulo são realizadas em espaços alternativos, mas proponho no texto uma discussão sobre a importância de trazer para a sala de aula e o ambiente escolar ações dessa natureza, quando, por diversos fatores, não são possibilitadas práticas dessa natureza.

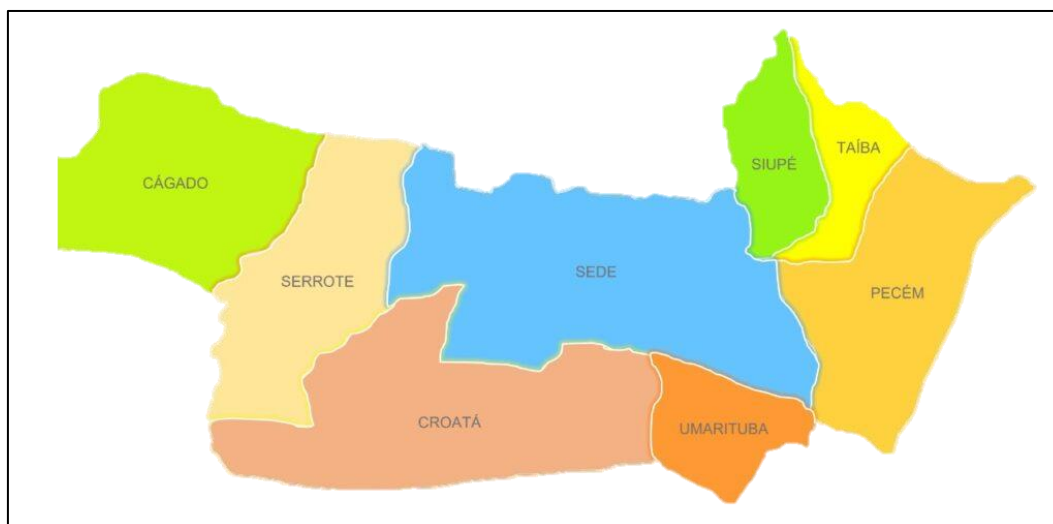
O quarto tópico intitulado *O Produto: Recurso didático sobre o patrimônio cultural e o território de São Gonçalo do Amarante* exibe de forma simples e clara a proposta de recurso didático como ferramenta para o Ensino de História, unindo o patrimônio cultural, a cultura popular, as artes e o território de São Gonçalo do Amarante. O recurso didático é produto das pesquisas em torno do patrimônio e da história local, adequando-se à linguagem visual para a educação infantil e os anos que compreendem o ciclo de alfabetização escolar, com cores e ilustrações desenvolvidas com base em fotografias das comunidades citadas e dos patrimônios apresentados.

Como referencial para a construção, problematizações e reflexões neste capítulo utilizo o pensamento e as produções de Jörn Rüsen, Maria Auxiliadora Schmidt, Circe Bittencourt que abordam sobre o Ensino de História e a História Ensinada, além do Professor Gilberto Ramos Nogueira e os sentidos do patrimônio e a educação patrimonial, e Átila Tolentino sobre educação patrimonial em espaços alternativos fora do ambiente escolar. Fontes documentais e leis importantes do IPHAN e do governo do estado do Ceará contribuíram significativamente para a construção do capítulo e da pesquisa como um todo.

2. SÃO GONÇALO DO AMARANTE ENTRE O LITORAL E O SERTÃO: CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA ADELINO E O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO

Amplamente valorizado e reconhecido pelas suas belezas naturais, em torno dos cenários praianos e econômicos, o município de São Gonçalo do Amarante se destaca como um recanto de paz e sossego, para a turismo na praia da Taíba, e pela imponente construção portuária no mar da praia do Pecém. O distrito, que possui estrutura e dimensões semelhantes à sede do município, outrora, já tentou desvincular-se do município por meio discussões em torno da possibilidade de sua emancipação política, não obtendo o êxito esperado.

Mapa 1: Mapa político de São Gonçalo do Amarante



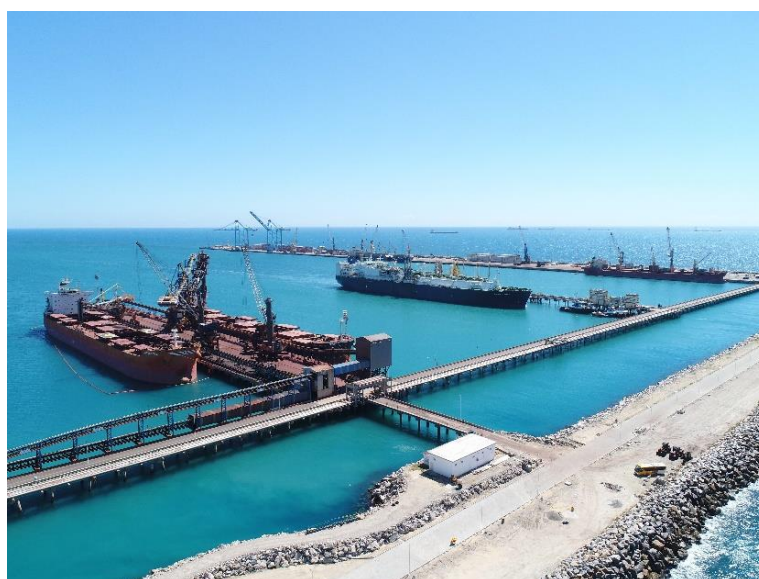
Fonte: Empresa Grauçá Turismo

São Gonçalo do Amarante é um dos 184 municípios que compõem o estado do Ceará. Localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, está acerca de 60 km da capital cearense, sendo um dos principais municípios quando se fala em economia, produção industrial e potencial energético. Sua população cresce de forma rápida, e, de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 sua população atual é de 57.499 habitantes, o que representa um aumento de 24, 49% em relação ao último censo realizado, no ano de 2010.

O aumento expressivo da população está diretamente ligado às oportunidades de trabalho e emprego na Zona Portuária e no Complexo Industrial do distrito de Pecém. Ao chegar

ao município, busquei informações necessárias para a apropriação do lugar em que iria residir por tempo indeterminado, conhecendo o território, a rotina e as condições de trabalho e vida da população. O município, especificamente, a região litorânea e a sede, possui parte de sua população caracterizada como volátil, temporária, que chegam ao município para trabalhar em diversas áreas de produção na Zona Portuária e no Complexo Industrial, e que, ao fim de seus contratos, retornam para seus municípios de origem.

Imagem 1: Complexo Portuário do Pecém



Fonte: Governo do estado do Ceará

Para compreender os processos que culminam no atual contexto do município de São Gonçalo do Amarante, se faz necessário voltar ao século XVIII, período em que se iniciou o povoamento na região onde está localizado. O território que compreende, atualmente, uma faixa considerável de terras no litoral norte do estado, possuía anteriormente ainda mais terras, o que o fez no passado um dos maiores municípios em extensão territorial, onde era composto por outros municípios limítrofes, os quais foram desanexados por leis governamentais com o passar dos anos.

Segundo o Decreto estadual nº 21.308 de 13 de março de 1991 que trata sobre o processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Soledade, o povoamento do município começa na região onde está localizado o Distrito de Siupé. A Igreja de Nossa Senhora da Soledade marca o início desse povoamento e a consolidação do território que hoje compreende São Gonçalo. Traz correspondência com projetos missionários e a formação dos aldeamentos que marcaram a ocupação da região.

O local era habitado por povos indígenas originários que aos poucos foram expulsos e empurrados para outros locais ao longo da faixa litorânea do território mais ao leste, por meio da violência e o extermínio. No centro do conflito entre colonizadores e nativos estava o povo Anacé¹, principal nação indígena no território, que habitava as terras onde hoje está localizado o distrito gonçalense.

O contexto colonial, em sua expressiva violência material e simbólica, fez com que diversos povos indígenas da região, diante dos sucessivos massacres e extermínio, fossem forçados a ocultar suas cosmologias para continuar vivendo. As formas de cultos ao sagrado, as línguas e as concepções de mundo foram negadas em nome de um projeto colonial que não favorecia a *co-presença*; a partir da visão colonizadora, era preciso exterminar o *outro* (Fiocruz, 2024).

Após os conflitos e a expulsão do povo Anacé, os colonos deram início ao aldeamento com as primeiras construções de barracos e casas no que viria ser um pequeno povoado. Uma das primeiras edificações foi a construção da Igreja de Nossas Senhoras da Soledade à qual apresentarei no terceiro capítulo da pesquisa. O templo religioso católico é o principal cartão postal do distrito e a única edificação tombada pelo estado do Ceará como patrimônio material do município de São Gonçalo do Amarante. Segundo o *site* da SECULT acredita-se que o templo tenha sido erguido entre os anos de 1730 e 1737, “nas terras doadas ao Sargento-mor Antônio Marques Leito, pois a partir de 1737 foram encontradas referências a atos litúrgicos como batizados, casamentos, enterros nos livros de assentamento daquela igreja” (Ceará, 2013).

¹ O povo Anacé "habita tradicionalmente um território situado em São Gonçalo do Amarante e Caucaia, municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. Sua emergência étnica tem estreita ligação com a instalação, na mesma área, de uma série de empreendimentos que integram o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)" (Brissac e Nóbrega, 2010). Segundo Santana (2010) os Anacé aparecem “na literatura desde o século XVII, quando o padre Antônio Vieira cita este povo em seu relato da missão na serra de Ibiapaba. O historiador Carlos Studart Filho, em sua obra “Notas históricas sobre indígenas cearenses”, documenta que os Anacé moravam junto à costa, eram guerreiros e estavam indispostos a submeter-se ao novo reordenamento imposto pela Coroa portuguesa. Em 1694, Fernão Carrilho sitiou parte dos Anacé a oito léguas ao Norte da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, onde permanecem até hoje" (Santana *et al*, 2010).

Imagem 2: Igreja de Nossa Senhora da Soledade - 1987



Fonte: Jornal O povo, 12 de janeiro de 1987

Mais de um século após o início do povoamento da região, os povoados de Siupé e Parazinho, o povoado de Siupé é elevado à condição de distrito pela Lei Provincial nº 1.020, em 14 de novembro de 1862 e:

se manteve por força do Ato Provincial de 06 de julho de 1863. Poucos anos eram decorridos da criação do Distrito e já o povoado se transformava em Vila, Sede do município, com a denominação de Paracuru, pela Lei Provincial nº 1.235 de 27 de novembro de 1868 (Correia, 1997, p. 07).

As décadas seguintes são travadas por lutas de prestígio político e poder familiar na busca pelo domínio das terras no lado oeste do litoral cearense:

[...] outros povoados foram se desenvolvendo econômica e politicamente, travando-se acirrada disputa entre os mandatários de Paracuru e Trairí, pela localização da Sede. Trairí venceu. Assim é que, pela Lei nº 1.064, de 14 de agosto de 1874, o município de Paracuru foi suprimido, transferindo-se a Sede para Trairí, que passou a denominar-se Nossa Senhora do Livramento. A luta, porém, continuou e o Decreto Estadual nº 73, de 1º de outubro de 1890, restituiu a Paracuru a condição de Sede do Município, que foi reinstalada em 25 de outubro do mesmo ano. Enquanto isso, a povoação de São Gonçalo não passava de simples fazenda de criar, com modesto arruado de casas de taipa, e algumas famílias de gente humilde que cuidavam da exploração da agricultura e da criação de animais e aves para sua manutenção e sobrevivência (Correia, 1997, p. 07).

A história do município de São Gonçalo está ligada diretamente aos municípios vizinhos, uma vez que de acordo com Decretos e Atos governamentais, o território de São Gonçalo já foi composto pelos demais municípios circunvizinhos (Paracuru, Paraipaba, Trairí), que ao passar dos anos, e as intensas negociações políticas, obtiveram a independência e a desanexação do município de São Gonçalo, conquistando suas emancipações políticas.

O destino do Distrito Gonçalense² passa a mudar a partir da última década do século XIX. Segundo (Correia, 1997), a chegada de algumas figuras importantes mudaria os rumos da história do pequeno povoado. Manoel Martins de Oliveira (Neco Martins)³ e José Procópio de Alcântara⁴ uniram-se na perspectiva de dar maior visibilidade ao distrito de São Gonçalo, obtendo êxito na movimentação do comércio da região, fazendo com que as movimentações políticas também tivessem olhos para São Gonçalo. A amizade ainda possibilitou a erguimento da capela em homenagem a São Gonçalo de Amarante, o qual Neco Martins era devoto e admirador.

As famílias Martins e Alcântara cresceram e se tornaram proprietárias de grandes fazendas, intensificando-se em função disso, o povoamento dos lugares próximos ao Núcleo de São Gonçalo. A Sede do Município continuava, porém na Vila de Paracuru. Os fatos políticos se sucediam e o prestígio das famílias Alcântara e Martins era crescente. Porém, somente a 17 de agosto de 1921, através da Lei Estadual nº 1.841, São Gonçalo do Amarante era elevado à categoria de Vila e Sede do Município, com a denominação de “São Gonçalo”, em obediência à Lei Estadual nº 1.936, de 12 de novembro do mesmo ano (Correia, 1997, p. 07).

As oligarquias aos poucos consolidaram-se, e assim o poder político e administrativo no município alternava, de tempos em tempos, nas mãos das famílias que se tornavam tradicionais devido a influência política e o poder financeiro construído por meio do comércio, o latifúndio e a agropecuária com a criação de animais nas fazendas constituídas no território ao longo do tempo, garantindo a manutenção do poder no município.

² Gentílico atribuído às pessoas que nascem em São Gonçalo do Amarante – CE.

³ Apelido instituído pela população atribuído à Manoel Martins de Oliveira devido suas benfeitorias à comunidade no início do povoamento de São Gonçalo do Amarante, passando a receber o título de Coronel, sendo conhecido em toda a Região do Vale do Curu.

⁴ Amigo e compadre do Coronel Neco Martins, o Coronel José Procópio Alcântara estabeleceu-se na Região da sede de São Gonçalo do Amarante para instalar fazendas e comércio.

Imagem 3: Antiga sede da Prefeitura - Centro de São Gonçalo do Amarante



Fonte: Facebook Página São Gonçalo de Notícias (PSG Notícias)

Com o passar do tempo, e as lutas políticas entre São Gonçalo e os outros municípios da região do Vale do Curu, o município gonçalense perde terras em abrangência considerável com a emancipação política de outros municípios da região, que passaram a ter domínio sobre seus territórios, garantindo a desanexação do município de São Gonçalo do Amarante.

De acordo com o livro *Taba dos Anacés*, até 1943 o município recebe o nome de São Gonçalo por forças de decretos estaduais anteriores, ainda sobre as incertezas da localização exata da sua sede, devido as intensas movimentações políticas entre São Gonçalo, Paracuru e Trairi. Por meio do Decreto-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, o município passa a ser denominado como *Anacetada*, uma referência ao povo Anacé, que ocuparam o território anteriormente.

Anteriormente denominado *Anacetaba*, ainda segundo o livro, por força do Decreto-Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, o município volta a ser denominado São Gonçalo, mas com o acréscimo da palavra “Amarante”, para diferenciar do nome de outros municípios de mesmo nome.

A delimitação do território do município de São Gonçalo permitiu a fundação e reconhecimento dos distritos locais, localizados ao norte, sul e oeste, compreendendo a parte litorânea e a área mais árida, conhecida popularmente como sertão pelas pessoas que compõem a população local. A presença de dois territórios tão distintos me permitiu analisar esse contexto e perceber alguns elementos que chama atenção e que considero importantes.

A primeira questão diz respeito ao fato das principais atividades de entretenimento, cultura e lazer serem direcionadas sempre aos distritos localizados na região litorânea, com ênfase e destaque para o distrito da Taíba. A constatação da ação colabora com o debate que realizo já há algum tempo, desde o início de ano de 2022, sobre o distanciamento do poder público da zona rural, em relação ao olhar sobre a disponibilização de mais atividades e vivências para a população do sertão, pois, como sempre é dito “ali quase não chega nada”. O lazer é diferente em ambos os lugares. Quem mora na beira do mar tem um mundo de possibilidades naturais potencializadas pelo poder público, com a disponibilidade de ações que dão variedade de entretenimento. Já para quem mora na região do semiárido, as práticas culturais voltadas para a cultura do vaqueiro, como a pega de boa e a vaquejada, são realizadas costumeiramente por moradores das próprias comunidades, além dos festejos religiosos que acontecem por todos os distritos do sertão gonçalense.

Outro ponto que considero pertinente, sobre a contextualização do território de São Gonçalo, é em relação as questões de infraestrutura do município. É notório e amplamente divulgado em jornais, mídias sociais, no *Anuário do Ceará* e pelo governo do estado, que São Gonçalo é destaque no estado do Ceará devido a operação portuária do distrito de Pecém, o que consolida o município como um dos mais ricos do estado devido a arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Entretanto, até o ano de 2021 quando comecei a desenvolver o trabalho em uma das escolas de São Gonçalo do Amarante, não era possível observar, na prática, a aplicação de recursos públicos que gerassem melhorias na cidade e qualidade de vida para a população, caracterizada como uma população carente, em sua maioria.

Questões como saneamento básico, pavimentação, mobilidade urbana e abastecimento de água para a população da zona rural foram pontos delicados durante o primeiro ano de trabalho no município. No entanto, ao observar o trabalho realizado nos últimos três anos, percebi que, depois de mais de duas décadas, após a instalação do Porto de Pecém, há de fato ações realizadas em relação à qualidade de vida da população, além de formação para o trabalho e outras ações constatadas ao longo do tempo.

A distribuição de ações com foco na infraestrutura, saneamento e acesso à água de qualidade tem abrangido todo o município nos últimos 3 anos. Essas ações têm gerado um sentimento de descentralização das ações do poder executivo, que não tem se dirigido exclusivamente à região litorânea do seu território. Percebo, numa análise pessoal nos últimos três anos que aos poucos o município, que há pelo menos duas décadas, encontra-se entre os mais ricos do estado, tem colocado sua população como centro do projeto de desenvolvimento,

mesmo que de forma tardia. Pensar a cidade e o desenvolvimento de sua população tanto da cidade, zona urbana, quanto da zona rural é democratizar o desenvolvimento coletivo em diversas esferas seja, educacional, social, política e econômica.

2.1. A Escola Adelino Alcântara Filho: Três décadas de trabalho desenvolvido na comunidade

A Escola de Ensino Fundamental Adelino Alcântara Filho⁵, fundada em 02 de dezembro de 1988, está localizada na Rua Alto da Boa Vista, s/n, no bairro Passagem, periferia da cidade de São Gonçalo do Amarante, às margens da CE-085. É a escola municipal de ensino fundamental mais antiga da rede de ensino da Secretaria da Educação do Município, atendendo crianças de várias localidades da Sede distrital (comunidades nos arredores da cidade), além dos bairros Passagem, Lagoinha e Centro.

Imagem 4: Faixada da Escola Adelino Alcântara Filho



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

A instituição escolar tem desempenhado um papel determinante na vida de crianças e adolescentes da comunidade nas últimas décadas. O trabalho desenvolvido com as crianças

⁵ Conhecido popularmente como Dr. Adelino, era formado em odontologia, ocupou os cargos de secretário Estadual da Saúde e Educação por diversas vezes. Era uma personalidade muito atuante nessas esferas da administração pública estadual. Foi paraninfo e patrono de incontáveis turmas de concludentes por toda a região do Vale do Curu. A escola fora criada com seu nome num sinal de prestígio político e familiar que cerca o histórico do município de São Gonçalo do Amarante.

que estudam na instituição dos 6 aos 14 anos é refletido nos resultados obtidos pela Escola ao término do nono ano do ensino fundamental, garantindo bons resultados para o acesso às matrículas do ensino médio na rede estadual de educação.

A escola presta atendimento além dos educandos da região local, também recebemos de outras localidades: Maquiné, Cardeiros, Quatis, Marco, Vaca Seca, Lagoa Nova, Nova Vista, Porão, entre outras. A matrícula atual é 498 (quatrocentos e noventa e três) alunos de Ensino Fundamental. Sendo 269 (duzentos e sessenta e nove) nos anos iniciais e 229 (duzentos e vinte e quatro) nos anos finais, distribuídos em 10 (dez) turmas pela manhã e 10 (dez) turmas no período da tarde, atendendo o público de 260 estudantes (manhã) e 215 (tarde) (São Gonçalo do Amarante, 2024, p. 10).

Uma das questões levantadas na escola, ao longo do último ano, foi a presença de, no mesmo turno de ensino, crianças e adolescentes. Percebi que o comportamento dos adolescentes se torna inadequado para a vivência com a crianças pequenas, principalmente do 1º e 2º ano. Entendo que o ambiente escolar seria mais saudável para as crianças pequenas, seja no lazer, na própria convivência e no desenvolvimento individual de cada um. Entretanto, mesmo sendo parte da instituição não tenho poder de decisão para alterar a estrutura de funcionamento da escola. Assim, diante da situação continuo a desempenhar o melhor trabalho possível com as ferramentas de trabalho disponíveis e a capacidade individual e coletiva dos profissionais.

No ano de 2024 a instituição passa a aderir ao *Programa Escola em Tempo Integral*⁶ do governo federal, atendendo de forma integral as turmas de nono ano do ensino fundamental. A medida proporcionou uma maior vivência dos alunos na escola, e consequentemente, ampliaram as aprendizagens com vista para o ingresso no ensino médio.

A abordagem da Educação Integral vai além de simplesmente ampliar o tempo na escola. Ela se baseia na ideia de colocar o estudante e seu desenvolvimento no cerne do processo educativo, reconhecendo-o como um ser social, histórico, competente e multifacetado. A Educação Integral busca assegurar o crescimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Para alcançar esse objetivo, é necessário construir um projeto educativo colaborativo, envolvendo gestores, educadores, estudantes, famílias e comunidades locais (São Gonçalo do Amarante, 2024, p. 13).

A instituição ainda não possui estrutura adequada e necessária à ampliação da educação integral para os alunos e alunas dos demais anos de ensino. Por se tratar de uma

⁶ O Programa Escola em Tempo Integral fomenta a criação de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7h diárias ou 35h semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica. A medida proporciona a ampliação da jornada de tempo na perspectiva da educação integral e a priorização das escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. O governo federal fornece assistência técnica e financeira considerando propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

estrutura nova, recém-inaugurada, vejo com dificuldade, nesse momento, uma nova reforma ou ampliação dos espaços de sala de aula ou para atividades diversificadas, garantindo conforto e bem-estar para as crianças e adolescentes, que são atendidos pela instituição.

Apesar de algumas questões sobre a parte estrutural e técnica da escola serem insuficientes, a instituição possui um quadro docente capacitado e diversificado. A escola possui atualmente em seu quadro de Professores e Professoras um quantitativo de 32 profissionais, sendo 11 homens e 21 mulheres. São 03 (três) Professores do sexo masculino no ciclo de alfabetização e 02 (dois) no 4º e 5º ano, totalizando 05 (cinco) professores nos anos iniciais. Já nos anos finais, compreendido entre o 6º e o 9º ano, são 05 (cinco) professores do sexo masculino, e 01 (um) na coordenação pedagógica. No ciclo de alfabetização são 03 (três) Professoras, sendo que uma das três também é Professora no 4º ano. Nos anos finais são 12 (doze) Professoras; a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da Educação Especial é composta por 03 (três) Professoras; a coordenação pedagógica composta por 03 (três) Professoras e a direção escolar chefiada por uma Professora. De graduados à doutores, os profissionais que atuam na Escola são comentados em outras instituições de ensino, devido principalmente os resultados que alcançam mediante suas metodologias ou pelas habilidades diversas que possuem. Esses profissionais têm sido o diferencial da instituição, e seus trabalhos resultam numa busca mais acirrada por matrícula na Escola Adelino.

Um dos trabalhos mais importantes na instituição tem sido o trabalho realizado na SRM, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A alta demanda de crianças com síndromes, neuro divergências ou altas habilidades tem requerido um maior esforço da Escola, no que diz respeito ao comprometimento por uma educação inclusiva, dando suporte para que os professores e professoras tenham condições de realizar atividades que atendam às demandas de aprendizagem de todos os alunos e alunas.

Com a quebra de paradigmas as relações das pessoas com deficiência melhorou e muito é claro que ainda a pessoas que mesmo de forma indireta agem de forma preconceituosa com pessoas portadoras de deficiência, mais, isso tem melhorado e muito, nos tempos atuais as pessoas passaram a aceitar a pessoa com deficiência como parte da sociedade, e vem buscando incluir de forma geral no seio da sociedade, onde tem os mesmo direito de todos, mas, focando na educação, há grandes avanços que melhorou e muito o acesso ao ambiente escolar (Maciel, 2000, p. 1).

A dinâmica por ações emergenciais na Escola, em relação ao trabalho com crianças com Necessidades Educacionais Especiais tem surpreendido até mesmo quem não possui nenhum tipo de experiência ou formação em educação especial. Pintura, jogos e desafios têm

sido aliados no processo de aprendizagem das crianças atópicas, ampliando suas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento ao longo do ano, na instituição de ensino.

Um dos fatos curiosos sobre a Escola e a sua relação com a comunidade, é que muitos dos ex-alunos da instituição já retornaram à escola para trabalharem em diversas áreas de atuação como, manutenção dos espaços, auxílio educacional, cuidadores escolares, auxiliares de serviços gerais e monitores de transporte escolar. Essa relação estabelecida no passado ainda é recorrente com a atuação desses profissionais que acompanharam ao longo do tempo, os processos de melhoramento da instituição, seja na questão arquitetônica ou no desenvolvimento da qualidade do ensino ali ofertado.

Outra questão importante é o fato de algumas famílias atendidas já possuírem três gerações de familiares que frequentaram a instituição. No entanto, essa relação histórica com a Escola Adelino Alcântara Filho não incide sobre uma participação mais efetiva das famílias na Escola, o que tem limitado a aprendizagem das crianças e os adolescentes em um âmbito mais geral acerca do processo de ensino-aprendizagem, limitando o potencial que o público atendido dispõe.

Imagem 5: Pátio da escola onde são realizadas as principais atividades coletivas



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

A grande demanda de procura por matrícula na Escola Adelino dá-se principalmente pela pouca oferta de vagas, pois a sede do município dispõe apenas de duas escolas públicas de anos iniciais. As outras duas opções de ensino para a faixa etária dos anos iniciais fazem parte da rede privada, distanciando-se da realidade socioeconômica do público da escola Adelino. Além da instituição de ensino do bairro Passagem, há também a Escola de

Ensino Fundamental Governador Tasso Jereissati, que fica localizada no centro da cidade, e devido a sua superlotação dispõe de um prédio como anexo, onde funcionava a antiga escola da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC)⁷, desinstalada no início da pandemia de COVID-19. A Escola Adelino e a Escola Tasso Jereissati⁸ tem atendido toda a demanda de alunos do 1º ao 5º ano da sede e sede distrital do município, e isso tem acarretado em salas superlotadas, comprometendo o trabalho docente e a aprendizagem de alunos e alunas.

Para o ano de 2025 já há mais turmas do que a escola consegue comportar, na sua atual estrutura física. A instituição dispõe apenas de 10 salas de aula, o que se configura como uma quantidade insuficiente diante da demanda de alunos, pois como citado anteriormente, a sede do município dispõe apenas de duas escolas que recebem crianças com idade escolar, que compreende os anos iniciais da educação. No caso dos alunos dos anos iniciais, a oferta atual de salas pelo turno da manhã são: 02 (duas) salas para o 1º ano, 02 (duas) salas para o 2º ano, 01 (uma) sala para o 3º ano, 02 (duas) salas para o 4º ano, e 01 (uma) sala para o 5º ano. Já para o turno da tarde a oferta é de: 01 (uma) sala para o 1º ano, 01 (uma) sala para o 2º ano, 01 (uma) sala para o 3º ano, 01 (uma) sala para o 4º ano, e 01 (uma) sala para o 5º ano.

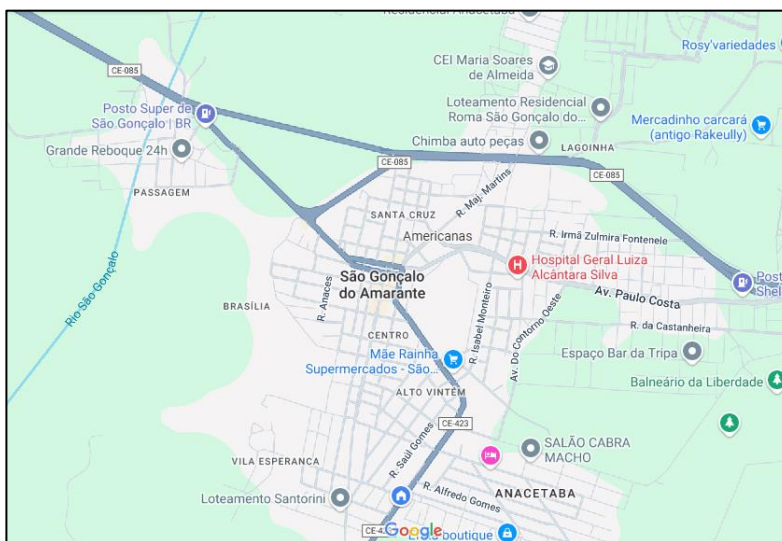
2.2. Características do bairro Passagem e o público atendido pela instituição escolar

O bairro Passagem, assim como os bairros Lagoinha e Ômega, é um dos bairros mais carentes de São Gonçalo do Amarante. Apesar do poder econômico do município há pelo menos 20 anos, devido as atividades portuárias no distrito do Pecém, os bairros e as ruas ainda carecem de desenvolvimento estrutural como, saneamento, pavimentação, iluminação pública de qualidade. Essas demandas refletem o posicionamento geográfico do bairro dentro do território da cidade, na parte mais ao norte da pequena sede do município, na periferia.

⁷ A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) surgiu em 1943, em Recife (PE), para atender crianças e jovens que não possuíam ofertas de estudos pelo poder público ou não tinham condições financeiras para ingressar em colégios privados. Do sonho de um jovem acadêmico de Direito, o visionário Felipe Tiago Gomes, a Instituição implantou um modelo brasileiro de escolas no Brasil que envolvia a comunidade na construção da missão do projeto. O então movimento Ginasiano Pobre foi acolhido como uma ponte para a participação, o desenvolvimento e a independência das regiões mais interiorizadas.

⁸ Escola de ensino fundamental da rede municipal de São Gonçalo do Amarante, atende crianças matriculadas do 1º ao 5º ano dos anos iniciais. Homenageia o ex-governador do estado do Ceará Tasso Jereissati. Junto à Escola Adelino Alcântara Filho, atendem todas as crianças dos anos iniciais residentes na sede e sede distrital.

Mapa 2: Sede de São Gonçalo do Amarante (Localização da Escola)



Fonte: Google Maps

O nome do bairro está relacionado ao passado histórico do município. O bairro fica após a margem direita do Rio São Gonçalo, quando no passado, antes da construção da ponte que liga o bairro ao centro da cidade, era necessária a travessia do referido rio para ter acesso à comunidade da passagem. Daí o nome se popularizou como “passagem”, numa referência a “passar de um lado para o outro”. Ao longo da pesquisa e até mesmo em contato com a Câmara Municipal, não encontrei leis que falem sobre a criação do bairro.

As residências da comunidade são simples, ladeadas umas às outras. Algumas ainda em processo de construção tendo apenas a parte de alvenaria em tijolos, faltando o processo de reboco e pintura. Localizam-se boa parte em ruas de difícil acesso, com esgotos à céu aberto. Sem pavimentação asfáltica, calçamento com pedra cúbica ou pedra tosca. O que dificulta a mobilidade ou ocasiona valas, o que pode ser um risco às crianças, idosos, ciclistas ou motociclistas, sendo as motos o principal meio de transporte da população do bairro.

Uma das questões mais expressivas pertinentes ao contexto do bairro Passagem é a violência. São comuns os casos de violência denunciados de diferentes naturezas, o que tem sido colocado como algo comum no cotidiano das famílias. As crianças, vez por outra, para os professores nos corredores ou até mesmo na sala de aula, e, de forma inocente, relatam sobre a violência em suas ruas ou, até mesmo, em seus lares.

O bairro cresce e a procura por terrenos para a construção de moradias aumenta a cada dia, principalmente pela inexistência de terrenos próximo ao centro da cidade. Com isso, a procura por lotes no bairro Passagem é uma realidade, o que de certa forma compromete ainda

mais a oferta de serviços como saneamento e pavimentação, devido a localização em que as novas moradias são construídas, contribuindo para a manutenção dos problemas estruturais e sociais das famílias que residem no bairro.

No passado, a principal fonte de renda dessas famílias era obtida através do trabalho manual da retirada do olho da carnaúba, árvore comum da vegetação da região litorânea. Sua matéria prima era amplamente utilizada para diversos usos, como o artesanato, construção de casas, barracas e utensílios para o uso diário. Atualmente, o perfil dos trabalhadores é abrangente, ocupando diversas funções de trabalho, destacando-se na extração de madeira, artes de ofício, agricultura, trabalhos domésticos, operários, vigilantes, servidores públicos, pequenos comerciantes e beneficiários de programas de transferência de renda (São Gonçalo do Amarante, 2024, p. 09).

O trabalho em rede desenvolvido por alguns dos órgãos do município me possibilitou, ao longo do tempo, compreender o público que atendo diariamente. O trabalho das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), na realização de visitas e acompanhamento familiar, é uma importante fonte de informações sobre as circunstâncias em que se encontram as famílias, principalmente por si tratarem de famílias carentes, o que corresponde a quase 90% do público matriculado na escola. As informações são repassadas à Unidade Atenção Primária à Saúde (UAPS), que, quando solicitadas, são disponibilizadas à Escola para o acompanhamento dos alunos. O Programa Saúde na Escola (PSE) possibilita um acompanhamento mais direto da saúde das crianças, o que de fato é importante, principalmente diante de situações de negligência das famílias em relação aos cuidados com crianças e adolescentes, o que constatee de forma corriqueira.

Ao abordar sobre a família, toco em um dos pontos mais sensíveis sobre a Escola e sua relação com o público atendido. A ausência dos responsáveis na instituição tem sido um dos maiores desafios enfrentados na Escola Adelino, gerando baixo rendimento escolar em diversas situações e compromete quase que cotidianamente a disciplina e a boa convivência na escola. Um dos maiores exemplos da ausência dos responsáveis, é a baixa frequência de pais, mães ou responsáveis durante as reuniões escolares. Algumas pessoas buscam a Escola durante o período de matrículas, não mais comparecendo durante todo o restante do ano letivo, seja para reuniões, comemorações, festividades ou outras atividades do contexto escolar.

Durante o ano letivo, que normalmente tem início em fevereiro e vai até meados de dezembro, cumprindo os 200 dias letivos obrigatórios de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Ministério da Educação (MEC), há o trabalho incansável da Escola pelo estabelecimento concreto da relação com as famílias. A presença das famílias na escola é um

tema antigo na história da Escola Adelino, o que abre brechas que posso questionar por que as famílias do território não comparecem à escola. Os estudos de Ferraz (2022):

Tendo como base os achados de Bourdieu (2007), entende-se que a família, de menor posse de capital cultural, inclusive com menor nível de escolaridade, pode não perceber o papel e a importância da escola. A consequência disso, é a transferência de responsabilidades para essa última instituição. Para, além disso, pais com menor capital cultural têm mais dificuldades de trabalhar com os saberes escolares e, por conseguinte, podem não orientar devidamente os filhos nas tarefas. (Ferraz, 2022, p. 6).

Em primeiro lugar, ao abordar sobre a transferência de responsabilidades da família para a escola, Ferraz (2022) toca em um dos principais assuntos que são recorrentes nos corredores de escolas por todo o país, principalmente quando fala-se de escolas situadas em regiões de vulnerabilidade social. A incidência de questões relacionadas à falta da presença das famílias nas escolas tem gerado incômodo, ficando os professores e professoras encurralados tendo, muitas vezes, que recorrer a outros âmbitos para resolver questões que são de responsabilidade das famílias.

Em segundo lugar, quando cita sobre a baixa escolaridade dos pais, que não tiveram oportunidade de frequentarem a escola por motivos diversos, interpreta-se duas situações distintas. A primeira seria em relação à própria dificuldade de acompanhar o desempenho dos filhos na escola, devido a rotina exaustiva de trabalho e outras questões que dizem respeito ao contexto das famílias, nas suas individualidades. A segunda questão tem relação com a escolaridade de pais ou responsáveis, que devido frequentarem pouco a escola ao longo de suas vidas não tiveram como construir referências sobre a importância da educação e da instituição escolar na formação social e educacional de seus filhos e filhas, garantindo pelo menos a frequência das crianças devido a fiscalização governamental para a manutenção e permanência das famílias em programas sociais de transferência de renda como, o Bolsa Família, o Vale Gás e outros.

Apesar das condições, muitas vezes, adversas encontradas no âmbito da comunidade e da escola, as crianças são matriculadas na instituição dispõem de muita energia. A escola Adelino tem sido a porta de entrada para um mundo de boas possibilidades tanto para o desempenho e a aprendizagem, quanto para a formação social.

Tem sido um desafio cotidiano lidar com as questões de indisciplina, falta de material escolar de uso pessoal dos alunos e questões como dificuldade de aprendizagem. No entanto, com os esforços empreendidos pela direção, coordenação e corpo docente, os objetivos aos poucos têm sido alcançados dentro das possibilidades disponíveis e da realidade estrutural, técnica e pedagógica da Escola Adelino Alcântara Filho.

2.3. A trajetória e o trabalho docente como Professor na Escola Adelino e os desafios do cotidiano numa escola pública da periferia

Durante toda a década de noventa e meados dos anos 2000, os cursos de nível superior na região dos Inhamuns se limitavam a três licenciaturas ofertadas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) no campus do Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns (CECITEC)⁹. A instituição ofertou inicialmente o Curso de Pedagogia e o Curso de Ciências, que anos mais tarde se desmembrou para a criação dos cursos de licenciatura em Biologia e Química.

No semiárido de uma das regiões mais quentes do estado e com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), as oportunidades sempre foram escarças e limitadas. Não havia para a população que deixava o ensino médio alguma outra formação acadêmica senão as licenciaturas ofertadas pela UECE, tendo como polo o município de Tauá, para atender as demandas de interesse dos municípios que compõem a microrregião dos Inhamuns como, Parambu, Quiterianópolis, Arneiroz e Aiuaba.

Em meados da primeira década dos anos 2000, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) passa a ofertar de forma paga alguns cursos de licenciatura, em uma escola da rede municipal, que servia como polo da referida universidade. Entretanto, apesar de os custos para a matrícula e o valor das mensalidades serem acessíveis, de certa forma, ainda limitavam o acesso da imensa maioria dos estudantes que deixavam o ensino médio.

Devido questões familiares, fui um dos jovens que pertenciam ao grupo que não tinham condições próprias de arcar com as despesas para ingressar e manter-se em um dos cursos ofertados pela instituição como, História ou Educação Física. Assim, ao término do ensino médio participei do vestibular da UECE no ano de 2012, ingressando no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia no ano de 2013. Durante os cinco anos de curso, a formação que havia sido escolhida como falta de opção ganha lugar de destaque na minha vida e no meu futuro como Professor. Em pouco tempo passei a ser uma referência no *campus*, seja na

⁹ O Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da região dos Inhamuns (CECITEC) foi criado no ano de 1994, fruto da política de interiorização da UECE e está situado na microrregião do Sertão dos Inhamuns, estendendo seu raio de atuação para toda a região. Atualmente o CECITEC oferece os cursos de Licenciatura plena em Pedagogia, Licenciatura plena em Química e Licenciatura plena em Ciências Biológicas

articulação política estudantil, nos estudos acadêmicos ou na dinâmica do centro universitário com a realização de práticas artísticas e culturais.

Imagem 6: Grupo de estudos e pesquisas em Arte e Cultura Popular do CECITEC/UECE



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

Após a conclusão do Curso de Pedagogia e a inserção como docente na rede municipal de educação do município de Tauá, como professor dos anos iniciais, os concursos entravam em pauta como o principal objetivo a ser alcançado. Logo, na primeira tentativa o objetivo foi alcançado, conseguindo aprovação no concurso para professor do ensino fundamental nos iniciais do município de São Gonçalo do Amarante.

No dia 05 de abril de 2021, mais de um ano após a realização do certame, tomo posse como professor efetivo dos anos iniciais da educação básica no município. Ao chegar na escola em que havia sido lotado durante um conturbado processo de lotação com informações imprecisas sobre a Escola, a gestão, o público e o contexto local. Ao chegar na Escola, ainda no período de risco sobre o coronavírus e a COVID-19, me deparei com uma escola desativada e em processo paralisado de reforma e ampliação. A instituição estava funcionando há vários meses em uma casa de veraneio na Comunidade do Bolso¹⁰, alugada temporariamente para a realização das aulas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. As salas eram organizadas provisoriamente nos quartos da casa ou no alpendre que circundava todo o imóvel.

¹⁰ Comunidade localizada às margens da CE-085 (importante rodovia que liga a capital ao Litoral Oeste). Os moradores são membros de famílias de baixo poder aquisitivo, que vivem dos recursos que recebem por meio dos programas governamentais de transferência de renda, agricultura, criação de pequenos rebanhos ou pequenos comércios. A comunidade é cortada por uma importante estrada que liga a CE-085 ao complexo industrial e portuário do Pecém. As atividades industriais no complexo são consideradas prejudiciais ao Meio Ambiente e à saúde da população do Bolso, devido a proximidade com as indústrias e usinas na região.

Inacreditavelmente me deparei com uma situação jamais vista ao longo dos 16 anos, à época, no serviço público, salas de aula funcionando em contêineres de transporte marítimo, sem ventilação ou conforto suficiente para a realização das atividades pedagógicas.

Diferentemente do que acontecia em todas as outras escolas do município naquele mesmo dia, não havia uma recepção para acolher os profissionais que chegavam naquele momento para desenvolver um trabalho educacional no município. As condições de trabalho não eram as melhores possíveis, o acesso à casa onde funcionava a escola era difícil, distante aproximadamente 20 km da sede do município, que não estava preparado, logisticamente, para receber tantos profissionais vindos de outros municípios de uma única vez, e não possuía casas de aluguel para acomodação.

Após a apresentação para o primeiro dia de trabalho, tomei a decisão de entrar em contato com minha família e informar que não tinha o desejo de continuar naquele município, devido a quantidade de situações adversas encontradas. Entretanto, encorajado pelo sentimento de poder contribuir com a experiência adquirida ao longo dos anos, as habilidades de comunicação com pessoas e o contato com a Arte e a Cultura Popular permitiram continuar a jornada como Professor da rede municipal de São Gonçalo do Amarante.

Os nove primeiros meses de trabalho no novo município foram concentrados em conhecer o território de trabalho, as pessoas, a comunidade, a rotina escolar e o ritmo educacional dos alunos e alunas. Aos poucos fui compreendendo as características da comunidade em que fui lotado inicialmente, localizada no distrito do Pecém, distante aproximadamente 05 km da zona portuária.

No início do ano de 2022 fui transferido para a Escola Adelino Alcântara Filho, onde permaneço atualmente como docente. Apesar de ter sido bem acolhido era necessário tempo para adaptar-se à rotina da escola e ao novo grupo de trabalho, com um número aproximado de 30 docentes e 20 profissionais de diversas áreas como, manutenção, gestão e demais serviços.

Uma das principais dificuldades encontradas no âmbito da escola não estava descrita nas falas, mas era notadamente constatada pelo clima escolar, pois, naquele momento as questões político-partidárias eram resultado de certa animosidade no contexto da escola e suas relações. Infelizmente, minha percepção ao longo do tempo acabou por constatar que aquele clima afetava diretamente as ações pedagógicas realizadas na escola, interferindo na qualidade das ações e tornando o ambiente menos propício à satisfação de trabalhar.

Aos poucos a rotina se normalizou e as relações alcançaram progressos necessários para a promoção das boas relações no clima escolar. Sem dúvidas, a melhora do ambiente da

escola possibilitou desenvolver boas práticas e colher excelentes resultados diante das adversidades citadas nos parágrafos anteriores.

O trabalho pedagógico que realizo com os alunos e alunas, é voltado para alfabetização das crianças do primeiro ano do ensino fundamental. É um trabalho extremamente desafiador e que requer compromisso e coletividade, principalmente pelas questões que envolvem o bairro, as características sociofamiliares e os recursos disponíveis para o trabalho em sala.

Imagem 7: Atividade alusiva ao Dia das Crianças



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

O fato de estar imerso no campo das Artes e da Cultura Popular há pelo menos 18 anos, tem permitido sempre que possível, desenvolver atividades que ultrapassam os limites da sala de aula. Atividades com música, teatro, circo, brincadeiras populares, brincadeiras folclóricas e de roda. Valorizo esses momentos de forma que quebrem a rotina cansativa e exaustiva da sala de aula, que nos últimos tempos tem se tornado um espaço exclusivamente destinado para as aprendizagens relacionadas ao letramento e numeramento, respectivamente em língua portuguesa e matemática.

Os momentos de contato com a Arte e a Cultura são amplamente festejados pelas crianças, principalmente as pequenas, que não tem acesso de forma regular a atividades dessa natureza. Esses momentos planejados com foco no estabelecimento do contato das crianças

com atividades e elementos da Cultura Popular são pontuais, restringindo-se somente aos momentos de datas comemorativas seguindo o calendário escolar.

A contextualização do território do sertão à praia e como ele foi constituído, a análise dos espaços de vivência e as relações estabelecidas entre as pessoas que constituem a comunidade, permitem compreender como o patrimônio cultural local teve origem em cada um dos espaços estabelecidos ao longo do tempo, e a resistência para a preservação dos espaços de memória e manutenção do patrimônio vivo.

Entre os desafios enfrentados no ambiente escolar está o de ensinar História no ciclo de alfabetização, por meio do patrimônio cultural e a cultura popular. Trazer o patrimônio local para dentro da escola e, principalmente, para a sala de aula como um recurso para ensinar a História Local, é confrontar o sistema estabelecido que visa apenas uma aprendizagem singular e mecanizada com vista para resultados numéricos e somativos que objetivam premiações, deixando de lado as habilidades individuais das crianças, a construção de saberes plurais e o desenvolvimento da imaginação e da criatividade por meio do lúdico, do brincar.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR: A ESTRUTURA DO COMPONENTE CURRICULAR NA REFERIDA ETAPA DE ENSINO

Se pensarmos que a criança aprende só quando é submetida a um ensino sistemático, e que a sua ignorância está garantida até que receba tal tipo de ensino, nada poderemos enxergar. Mas se pensarmos que as crianças são seres que ignoram que devem pedir permissão para começar a aprender, talvez comecemos a aceitar que podem saber, embora não tenha sido dada a elas a autorização institucional para tanto. Saber algo a respeito de certo objeto não quer dizer, necessariamente, saber algo socialmente aceito como “conhecimento”. “Saber” quer dizer ter construído alguma concepção que explica certo conjunto de fenômenos ou de objetos da realidade (Ferreiro, 2011, p. 20).

Ao iniciar este capítulo com a fala de Emília Ferreiro¹¹ sobre a aprendizagem das crianças, apresento de forma antecipada, anunciando ao leitor a contradição exposta ao longo do capítulo sobre os processos de alfabetização com vista para uma aprendizagem imediata e simplista, o que tem sido vivenciado e acompanhado de perto nas instituições escolares.

Apesar do processo de alfabetização ter a pesquisadora Emília Ferreiro como referência nos estudos sobre como as crianças aprendem a ler e escrever, e as múltiplas atividades sugeridas em seus livros que dão sustentação ao trabalho de alfabetizar, suas pesquisas não têm sido um elo entre as atuais concepções sobre como deve ser preparado o caminho para a alfabetização. E isso tem ocorrido principalmente devido a negação às atividades de outras disciplinas escolares, novas abordagens e experiências com destaque para o estudo da História, nos anos iniciais e as possibilidades existentes.

Falar em socialização do zero aos sete anos é falar de uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano. Tal afirmação supõe considerar a educação recebida pela criança como significativa para o desenvolvimento futuro do sujeito social. Esse conceito é compartilhado por muitos pesquisadores e estudiosos do desenvolvimento humano (Freud, Piaget, Erikson, Berger, Luckmann entre outros) (Cavalleiro, 2012, p. 15).

A transição entre a educação infantil e o ensino fundamental é um período que requer cuidados e atenção por parte de professores, pais e os demais envolvidos no processo de desenvolvimento das crianças, visto que as diferentes etapas da educação básica requerem

¹¹ Emilia Beatriz Maria Ferreiro Schavi foi uma pesquisadora, escritora e psicóloga nascida na Argentina no ano de 1936. Tornou-se uma das principais referências na América Latina, principalmente no Brasil, devido suas pesquisas sobre a psicolinguística, que tem como objetivo compreender os mecanismos pelos quais as crianças aprendem a ler e escrever.

diferentes habilidades por parte dos educandos e educandas, que passam pela ruptura do brincar para a etapa do aprender a ler e escrever. Esse sem dúvidas é um dos períodos mais difíceis para as crianças que encerram a educação infantil e migram para as escolas de ensino fundamental. Esse processo de adaptação dura cerca de três meses, estendendo-se em alguns casos durante todo o ano letivo correspondente ao primeiro ano do ensino fundamental.

O ciclo de alfabetização¹², que compreende os dois anos iniciais do ensino fundamental I, é o período em que obrigatoriamente as crianças devem consolidar a alfabetização, garantindo bom desempenho na leitura e compreensão de textos e na produção escrita de pequenos textos, fazendo o uso correto dos sinais de pontuação, para ser, então, considerada uma criança alfabetizada. No entanto, é importante ressaltar que a aprendizagem nessa idade escolar está, muitas vezes, relacionada diretamente às questões implícitas ao contexto em que cada uma das crianças está inserida, impactando diretamente no ritmo como ela aprende e como se relaciona com os elementos que lhe são apresentados.

No cotidiano da escola em que a pesquisa é realizada, analiso, nos últimos três anos, como se dá o funcionamento e as condições das aulas de História no ciclo de alfabetização, por se tratar de uma etapa prioritária para as aulas de língua portuguesa, observando se na escola a disciplina História tem sua importância não só nesse processo do aprender a ler e escrever, mas também na formação social, na criticidade e nas análises sobre o que lhes é apresentado.

Nos últimos anos, principalmente no período mais crítico da pandemia causada pelo coronavírus, a dedicação exclusiva ao ensino de língua portuguesa, com foco na recuperação dos resultados e das aprendizagens de proficiência leitora na alfabetização, causou o esquecimento do Ensino de História nessa etapa da educação escolar, dadas as dificuldades enfrentadas pelos professores polivalentes¹³, em lidar com o ensino remoto e o distanciamento dos alunos devido à dificuldade de acesso às aulas *online* e a reclusão por medida de segurança. Assim, o trabalho voltou-se para o que chamaram de “recomposição das aprendizagens”, uma série de atividades estruturadas em desafios silábicos e de reconhecimento das letras do alfabeto.

¹² O ciclo de alfabetização compreende os dois primeiros anos do ensino fundamental I. Durante esse período as crianças devem aprender a ler e escrever, consolidando a alfabetização de forma completa. Anteriormente, este ciclo compreendia também o 3º ano do ensino fundamental para a completa condição de criança alfabetizada. Entretanto, a partir do ano de 2024, a consolidação da alfabetização deve rigorosamente ser realizada ao final do 2º ano do ensino fundamental.

¹³ Professores graduados em Pedagogia, podendo lecionar do 1º ao 5º ano dos anos iniciais, sendo responsáveis pelo ensino de todas as disciplinas escolares ou dividindo-as com outro professor(a) a depender da organização da rotina das escolas.

Após os anos mais críticos da pandemia, o ensino remoto e o retorno das crianças à escola, percebi que os desafios para a implementação do Ensino de História como disciplina regular se encontrava distante de acontecer, pois, as orientações e cobranças para alcançar resultados de alfabetização, num curto espaço de tempo, impedia a realização de um trabalho significativo do componente curricular História. Assim, o conteúdo de língua portuguesa passou a ocupar toda a grade semanal de aulas na instituição por um período de seis meses, até a conclusão do período letivo de 2022.

Desde o retorno das crianças à escola de forma gradual não foi possível desenvolver atividades que estabeleçam uma relação dos alunos com a História Local, ou suas próprias histórias de vida, simplesmente devido um processo de mecanização do ensino e da aprendizagem devido a urgência da alfabetização, a falta de recursos específicos e estruturados sobre a História Local, ou até o tempo disponível para a elaboração dos materiais.

Com a imposição das metas a serem alcançadas ano após ano, a instituição de aulas que aos olhos do sistema fuja ao percurso estabelecido para alcançar o sucesso da alfabetização dentro do tempo previsto são questionáveis e passíveis de regulação.

3.1. A ausência de recursos didáticos para o Ensino de História relacionado ao contexto das crianças da Escola Adelino Alcântara Filho

Na contemporaneidade, com o aumento crescente do uso das mídias digitais pelas crianças, de forma cada vez mais precoce, é inevitável que os livros de história infantil, as brincadeiras populares, os brinquedos e os jogos físicos passem a figurar apenas no imaginário dos jovens nascidos na década de noventa e início dos anos dois mil, ou encostados em estantes ou prateleiras como itens de decoração.

Ao pensar o parágrafo acima, a partir da análise do contexto do público atendido pela escola Adelino Alcântara, vejo uma realidade clara e que alcança quase a totalidade dos alunos matriculados na instituição de ensino, pois, os problemas encontrados no âmbito da escola e das famílias, em relação ao perfil sociofamiliar, são refletidos cotidianamente no desuso dos recursos didáticos físicos e o próprio desinteresse em participar das atividades, pelo uso indiscriminado de *smartphones*, o que tem refletido na aprendizagem de forma negativa.

Há duas décadas talvez fosse difícil imaginar que avançaria tanto no desenvolvimento de aparelhos tecnológicos como *smartphones* e *tablets*, ou que o acesso a eles estivesse tão mais fácil, como nas décadas de oitenta e noventa, principalmente devido ao baixo poder aquisitivo das famílias à época. Isso não quer dizer que atualmente as condições de vida

da maioria da população sejam de primeiro mundo, mas, com os programas de transferência de renda, principalmente dos anos dois mil para cá, o acesso às tecnologias tem sido democratizado permitindo que as famílias sejam imersas nas redes de comunicação, entretenimento e informações, possibilitando o uso de adultos e crianças.

Apesar do acesso mais fácil das crianças às tecnologias, ainda cedo, isso tem sido um fator de preocupação no ambiente escolar. As tecnologias permitem um número expressivo de possibilidades, e tem sido cada vez mais difícil competir com o uso de *smartphones*, mesmo que esses não sejam utilizados pelas crianças no ambiente escolar. O uso doméstico tem trazido dificuldades para o âmbito da instituição de ensino, como por exemplo, casos de ansiedade, indisciplina, desmotivação com a aprendizagem e o aprender. Esse acesso sem controle e de forma livre aos aparelhos tecnológicos tem dificultado o trabalho de professores polivalentes, de primeiro e segundo ano do ensino fundamental, pois, substituir os livros e outros recursos por aparelhos tecnológicos em um ambiente que não tem contribuído para um ensino diversificado com o uso de recursos didáticos que chamem atenção de um público cada vez mais disperso, contribui ainda mais para a mecanização dos educandos, que acabam não vivenciando uma educação plural, diversificada e com vivências significativas. Bittencourt (2004, p. 07) destaca que:

A escola sofre e continua sofrendo, cada vez mais, com a concorrência da mídia, com gerações de alunos formados por uma gama de informações obtidas por intermédio de sistemas de comunicação audiovisuais, por um repertório de dados obtidos por imagens e sons, com formas de transmissão diferentes das que tem sido realizadas pelo professor que se comunica pela oralidade, lousa, giz, cadernos e livro, nas salas de aula. Se esse perfil diferenciado do público escolar tem apresentado desafios para educadores, no caso da História as questões se avolumaram à medida que a sociedade consumista tem se estruturado sob a égide do mundo tecnológico, responsável por ritmos de mudanças acelerados, fazendo com que tudo rapidamente se transforme em passado, não um passado saudosista ou como memória individual ou coletiva, mas, simplesmente um passado ultrapassado. Trata-se de gerações que vivem o *presenteísmo* de forma intensa, sem perceber liames com o passado e que possuem vagas perspectivas em relação ao futuro pelas necessidades impostas pela sociedade de consumo que transforma tudo, incluindo o saber escolar, em mercadoria.

A fala da autora descreve como o perfil do público das escolas tem se modificado nos últimos anos, trazendo para o debate como a influência dos recursos tecnológicos tem alterado não só a forma como os alunos aprendem, mas também nos obrigando como professores a modificar a forma de ensinar de acordo com o contexto em que esses alunos estão inseridos, e as problemáticas inerentes às diversas situações do cotidiano numa escola pública,

que mesmo sendo fragilizada pelo sistema imposto, requer cada vez mais resultados prematuros de alfabetização e habilidades matemáticas.

Se paro para analisar as possibilidades atuais na escola e os recursos didáticos disponibilizados, para o ensino de História, diante de um contexto que se detém unicamente à alfabetização por resultados e metas, me deparo com o enrijecimento do ensino e a quase inexistência do trabalho sobre a disciplina de História e a importância da História como disciplina escolar, capaz de possibilitar às crianças a formação da memória, o fortalecimento dos vínculos sobre seus locais de origem e a valorização da cultura local.

As vivências e as possibilidades de aprendizagem fora dos muros da escola como forma de conhecer o território ao redor dos alunos, se tornam cada vez mais distantes pela dificuldade e a burocratização de acesso aos meios de deslocamento, impedindo que as crianças tenham experiências únicas nessa etapa do seu processo de desenvolvimento social e intelectual, por meio da ludicidade, pois “as práticas lúdicas, além de se constituírem em experiências de sociabilização são permeadas de oportunidades para a apropriação de conhecimentos, de uma forma mais descontraída e prazerosa” (Ferrugem, 2015, p. 17).

A proposição de aulas lúdicas, “interessantes” e que chamem a atenção dos alunos para a aprendizagem, esbarra no próprio discurso sobre o alcance dos resultados no índice de alfabetização, tornando-se assim uma fala ambígua e contraditória, pois, a estrutura organizacional do ensino favorece apenas o ensino de língua portuguesa e matemática como citado anteriormente, deixando os demais componentes como a História com o mínimo possível.

O livro didático de História, que faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹⁴, foi escolhido pelo colegiado de professores do ciclo de alfabetização no final do ano de 2022, e subutilizado desde o ano de 2023. Destaco a importância da atuação do grupo de professores na escolha do livro didático para o triênio subsequente. O processo é realizado a cada três anos pelos professores do ciclo de alfabetização que se reúnem para o estudo e análise dos livros disponibilizados por diferentes editoras. O grupo dispõe de autonomia para a escolha do livro, mesmo que o tempo para a análise seja reduzido devido as outras demandas e atividades de rotina da escola. No último encontro para a escolha dos livros, realizada no final do ano de 2022 como citamos acima, foi questionada a estrutura de todos os livros

¹⁴ O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD é o programa responsável pela distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias para os alunos da rede pública de ensino. Criado em 1985 com o objetivo de substituir o antigo PLIDEF – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental.

disponibilizados para análise. Tal questionamento está relacionado com as mudanças estabelecidas pela base comum, o novo referencial para a educação brasileira.

O livro didático escolhido dentre as opções disponibilizadas pela Secretaria da Educação, certamente foi a melhor escolha devido suas características, como o tipo de fonte e o tamanho das letras, a inclusão de imagens e cores diversificadas, buscando alinhar a estrutura do livro com o público do ciclo de alfabetização, mas com ressalvas em relação a simplicidade das atividades, que não buscam explorar outros temas que não sejam do cotidiano do lar ou da escola, como por exemplo o cotidiano da cidade, os pontos históricos, o patrimônio cultural, as práticas populares etc.

O livro está totalmente alinhado à BNCC¹⁵ e ao DCRC¹⁶, mas está adequado ao contexto de vida dos alunos e alunas? O seu conteúdo, de fato diz respeito à realidade dos educandos? Ao que é acessível e comum ao seu contexto e o modo de vida? Apesar de o livro didático estar estruturado de acordo com a BNCC, o próprio documento está alinhado ao contexto específico de vida de cada criança das turmas de primeiro ano da Escola Adelino, em sua variedade de moradias e ambientes de vivência diferentes entre si? Esses são questionamentos que me inquieta e me faz pensar como possibilitar um ambiente de aprendizagem qualitativo e capaz de superar as adversidades de um ambiente inteiramente dedicado a outros componentes curriculares. Rüsen (2019, p. 79) afirma que:

Antigamente, o livro didático de história era um dos canais mais importantes para levar os resultados da investigação histórica até a cultura histórica de uma sociedade. Os profissionais devem sempre tomar cuidado, prestar atenção e insistir em que, na medida do possível, o estado de investigação de sua matéria chegue sem grande demora aos livros didáticos.

Ao tomar a fala de Rüsen (2019) como ponto de partida para a análise do livro didático disponível para a série de ensino na escola, me permitiu compreender melhor o alinhamento estratégico entre História e língua portuguesa. De forma algum menosprezo a necessidade de a alfabetização ser realizada no seu tempo correto, ou que a História seja mais importante do que a língua portuguesa ou a matemática. Pelo contrário, a aprendizagem de forma global e uníssona é necessária para a aprendizagem como um todo. Por outro lado, a História como disciplina escolar também é importante para a aprendizagem dos alunos e alunas na sua constituição e formação social, e não pode ser negada aos educandos, principalmente a

¹⁵ Base Nacional Comum Curricular, aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pelo então presidente da república Michel Temer no ano de 2017. O documento referencial busca a adequação dos conteúdos em âmbito nacional, possibilitando a singularidade do ensino e das aprendizagens de forma igual em todo o território do país.

¹⁶ O Documento Curricular Referencial do Ceará, lançado em 2017 como política pública, tenta por meio de sua estrutura normatizar e estabelecer um ensino mais democrático por meio da base comum. O seu diferencial está na existência de habilidades e descritores que abordam o contexto local do Ceará.

História Local, dada a idade das crianças e a possibilidade de potencialização do conhecimento sobre o que de fato faz parte do seu contexto de vida, permitindo assim, que a alfabetização caminhe lado a lado com o ensino de História e uma educação histórica.

Como a BNCC e o DCRC são as bases para a atual estrutura da educação no Brasil e no Ceará respectivamente, iremos analisar agora a estrutura do currículo de História para o primeiro ano, trazendo para a discussão as unidades temáticas, os objetos do conhecimento e as habilidades estruturadas para o ensino de História no primeiro ano do ensino fundamental.

Imagem 8: Currículo Referencial de História para o 1º ano

HISTÓRIA – 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADES
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente, futuro)	(EF01HI01) Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.
	As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade	(EF01HI02) Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade. (EF01HI03) Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade.
	A escola e a diversidade do grupo social envolvido	(EF01HI04) Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade), reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A vida em casa, a vida na escola e formas de representação social e espacial: os jogos e brincadeiras como forma de interação social e espacial	(EF01HI05) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras atuais e de outras épocas e lugares.
	A vida em família: diferentes configurações e vínculos	(EF01HI06) Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços. (EF01HI07) Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Versão Digital

Ao analisarmos as unidades temáticas do ensino de História para o primeiro ano, vemos que a BNCC delimita a ação da criança ao seu contexto de vida familiar e comunitário. Os objetos do conhecimento detalham o alcance das atividades e metodologias a serem desenvolvidas. Em relação as habilidades percebo que existe uma superficialidade no que diz respeito às perspectivas de aprendizagem, e que não há uma proposta de desenvolvimento que requeira mais criticidade ou reflexão sobre os conteúdos ensinados.

É válido ressaltar que não trouxe a tabela do ensino de História do 1º ano do DCRC porque no documento constam as mesmas unidades temáticas, os objetos do conhecimento e as habilidades da BNCC. Nos demais anos do ensino básico há uma variação entre a estrutura do currículo de História da BNCC para o DCRC, constando no documento referencial do Ceará o acréscimo de questões pertinentes ao território cearense, sua cultura, história e características, o que não acontece no currículo do 1º ano.

Imagem 9: Capa do livro didático de História do 1º ano



Fonte: Versão digital da internet

Destaco de antemão que não pretendo aqui fazer juízo de valor ou atestar a qualidade ou não do livro utilizado no 1º ano. No entanto, penso que agregado ao que o mesmo já apresenta como conteúdo e atividades, questões que envolvam o território poderiam estar contidas em sua estrutura como forma de potencializar o estudo sobre as questões relacionadas às famílias e suas histórias.

O livro didático analisado faz parte da coleção *A Conquista* da editora FTD, de autoria do Professor Alfredo Boulos Júnior¹⁷. O referido livro está na sua 1ª edição e foi lançado em 2021, no estado de São Paulo. Foi pensado para o trabalho didático no primeiro ano do ensino fundamental. Aborda alguns aspectos gerais sobre a vida das crianças, como o brincar, os brinquedos e as brincadeiras antigas e populares, a relação entre criança, família e comunidade, a relação escola e família, regras e normas de convivência, além de sugerir¹⁸, em sua estrutura, o estudo sobre questões voltadas para o conhecimento das artes, como a dança,

¹⁷ Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹⁸ O livro didático de História para o 1º ano do ensino fundamental sugere a partir do Manual do Professor a utilização paralela de informações e conhecimentos sobre as artes, abrindo possibilidades para que o Professor insira outros recursos nas aulas.

artes visuais e esculturas, apesar de não trazer o conteúdo propriamente dito e explícito ao longo das unidades e dos capítulos. É necessário lembrar que o livro segue as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

É sempre importante levar em consideração o ambiente de vivência dos alunos, tanto no que diz respeito ao próprio contexto escolar e as relações estabelecidas na escola com os demais colegas, quanto ao contraturno, no ambiente familiar, pois, há na escola e nas turmas de primeiro ano, alunos e alunas de diversos contextos de vida como os que residem no próprio bairro onde a escola está situada e em outros bairros da periferia do município, na zona rural e no centro da cidade. Assim, torna-se essencialmente necessário conhecer o ambiente de vida de cada um dos alunos para que assim possa estruturar aulas que permitam ao educando uma aprendizagem ampla.

A análise dos textos, das imagens e das atividades do livro me possibilitou perceber o quão importante o território envolta do aluno pode ser se explorado e trabalhado, para o ensino de História, com foco na História Local; e as possibilidades entorno da cultura, das práticas e dos costumes do próprio contexto. Isso me fez perceber que o recurso didático disponível para o trabalho, no primeiro ano do ensino fundamental, traz conteúdo simplificado, que não permite dentro do próprio livro uma educação para além das relações sociais na família, na escola e comunidade. Pois, as abordagens feitas ao longo dos capítulos de sua estrutura já são trabalhadas no componente curricular de Ensino Religioso. Ou seja, o que há de conteúdo disponível para o ensino de História do livro didático, acaba se tornando mais do mesmo assunto trabalhado em outros componentes curriculares. O que não quer dizer que esteja descaracterizando os conteúdos que são interdisciplinares, mas posso alcançar outros temas, dentro do ensino de História, como a História Local.

Imagem 10: Atividade do livro didático de História



Fonte: Versão digital da internet

A imagem acima é uma das primeiras atividades do livro didático de História para o 1º ano do ensino fundamental. Pode-se observar um trabalho inicial sobre as noções de tempo em relação com a vida de um ser humano desde o seu nascimento a sua maioridade, trazendo símbolos que representam cada uma dessas fases. Se faz necessário nesse contexto relacionar acontecimentos do cotidiano do aluno com o tipo de atividade contida no livro, permitindo uma possível experiência prática dessa noção de tempo.

Imagem 11: Atividade do livro didático de História

DIALOGANDO
COM LÍNGUA PORTUGUESA

1. VOCÊ CONHECE ESTA TURMINHA? SIGA AS PISTAS E ESCREVA O NOME DE CADA UM DELES.

CASCÃO MÔNICA
CEBOLINHA MAGALI



MEU NOME
TEM SEIS LETRAS, COMEÇA COM UMA CONSOANTE E TERMINA COM A LETRA I.
SOU A Magali.

MEU NOME
TEM NOVE LETRAS, COMEÇA COM A LETRA C E TERMINA COM UMA VOGAL.
SOU O Cebolinha.

MEU NOME
TEM SEIS LETRAS, COMEÇA COM A LETRA C E TERMINA COM A LETRA O.
SOU O Cascão.

MEU NOME
TEM SEIS LETRAS, COMEÇA COM A LETRA M E TERMINA COM A LETRA A.
SOU A Mônica.

2. COM 26 LETRAS DO ALFABETO, PODEMOS ESCREVER MUITAS PALAVRAS! COMPLETE O QUADRO ABAIXO COM ESSAS LETRAS.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z

36

Fonte: Versão digital da internet

Com a emergência da alfabetização cada vez mais cedo, os livros didáticos dos demais componentes curriculares trazem em suas estruturas diversos gêneros textuais para serem trabalhados ao longo do ano letivo. Como podemos observar na imagem acima de uma atividade retirada do livro didático de História, as atividades com foco na alfabetização têm sido mais recorrentes entre as atividades do recurso didático destinado ao ensino de História. A presença de atividades de alfabetização não é algo ruim, mas é importante que as atividades de História não sejam simplificadas, mas permitam uma construção sistemática do desenvolvimento de habilidades que digam respeito à formação da compreensão sobre as questões do território e de suas características, ampliando o campo de estudo das crianças.

Diferente do que percebo no exemplar verificado, compreendo que “o livro de história é o guia mais importante da aula de história. Por esse motivo, deve-se partir da pergunta do que se pretende conseguir através da aula de história” (Rüsen, 1997) e como esse conhecimento será importante na construção da consciência histórica dos alunos e alunas.

A consciência histórica é ao mesmo tempo o campo de ação e o objetivo da aprendizagem histórica. Pode-se descrever suas operações mentais mais importantes e, também, pode-se levar em consideração suas funções na vida prática antes de todas as divergências políticas que se podem argumentar sobre o alcance e a direção da sua realização. Neste sentido, também se pode discorrer com argumentos válidos e um amplo consenso sobre o que deveriam saber os alunos para se considerar que foi alcançada uma aprendizagem histórica satisfatória (Rüsen, 1997, p. 112).

Um dos caminhos viáveis no processo de construção da consciência histórica a partir dessa etapa da vida escolar, é sem dúvidas a possibilidade de experiências práticas e concretas, que deem aos alunos e alunas a possibilidade de vivenciar momentos além do simples relacionamento pessoal e social no ambiente escolar. E essas possibilidades não devem recair somente sobre os ombros do professor, pois, a escola deve para tanto, dar o suporte necessário e subsídios para a realização de momentos significativos e repletos de conhecimentos, principalmente por si tratar de um público em que as oportunidades são escassas por fatores que envolvem tanto questões familiares, sociais e financeiras

Assim, os professores, a escola e a estrutura pública devem fornecer meios para uma educação completa e que alcance o desenvolvimento dos alunos e alunas, na promoção de uma aprendizagem histórica, que resulte na formação de pessoas capazes de compreender o contexto e sua influência na formação dos sujeitos.

Apesar da escola receber recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)¹⁹ e recursos da versão local, do mesmo programa, conhecido como PDDE municipal²⁰, não há disponibilidade de outros recursos didáticos que poderiam ser utilizados para o ensino, como projetores, quadros interativos ou outros equipamentos que contribuiriam com as metodologias e novas abordagens de ensino para a aprendizagem, substituindo o livro didático utilizado, ou dando suporte para a complementação das aprendizagens ausentes no próprio livro didático. Assim, seria possível permitir, por meio de recursos audiovisuais a interação entre os alunos e alunas e os temas relevantes à sua aprendizagem, dando ênfase ao mundo que existe ao redor dos alunos e suas vivências diárias. Entretanto, os poucos equipamentos que existem

¹⁹ O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi estabelecido através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. Além de liberar recursos para manutenção da infraestrutura das escolas públicas, o programa promove a acessibilidade para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida; financia a educação integral, o funcionamento das escolas nos fins de semana, com a oferta de atividades educativas e recreativas; e a reforma e a construção de coberturas de quadras esportivas em escolas participantes do programa Mais Educação.

²⁰ No município de São Gonçalo do Amarante – CE, o governo municipal instituiu no ano de 2023 o PDDE municipal, um repasse de recursos municipais para as escolas, complementando o repasse do PDDE federal.

na escola são insuficientes devido a grande quantidade de turmas atendidas pela instituição, que atende do primeiro ao nono ano do ensino fundamental.

Dois fatores que considero relevantes, durante o período de atuação na escola, estão diretamente relacionados aos docentes e a preparação para as aulas de História. O primeiro diz respeito à ausência de formação continuada para professores de História. Estes, que mesmo atuando como professores polivalentes e tenham que obrigatoriamente se dedicar ao ensino de língua portuguesa, necessitam também de aporte formativo para dar continuidade ao ensino de História, suas possibilidades e orientações para um ensino de qualidade.

O segundo ponto que levo em consideração é o tempo destinado aos planejamentos. Por mais que os professores da rede municipal tenham sido contemplados com mais uma hora de planejamento para a preparação das aulas, preenchimento de relatórios, diários e notas por meio do novo Plano de Cargos Carreiras e Remunerações (PCCR)²¹, o terço da carga-horária garantido por lei tem sido pouco para tantas demandas e ainda destinar tempo para a elaboração de atividades específicas para o trabalho de alfabetizar. Não que o tempo destinado não seja adequado, a questão é que o fato de não haver tempo hábil para a produção de um material adequado também para o ensino de História, nos impede de pesquisar e produzir material qualitativo para as aulas de História que não sejam superficiais e repetitivas como o conteúdo do livro didático.

3.2. As avaliações externas de língua portuguesa e o impacto causado na qualidade do ensino dos demais componentes curriculares no âmbito da escola

O processo de evolução nos números da alfabetização no Ceará deu-se ainda no início década de noventa, na gestão do então governador Ciro Gomes. O SPAECE, Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará foi criado de modo experimental, para averiguar a qualidade da educação das crianças cearenses em um período com níveis críticos de analfabetismo, por todo o território do nordeste brasileiro.

Em pouco tempo a avaliação que havia inicialmente alcançado os alunos do município de Fortaleza passa a ser realizada em todo o estado do Ceará, alcançando os 184 municípios do estado ao longo das edições que sucederam a primeira na capital do estado. A realização desse trabalho dá-se por meio do apoio dos Centros Regionais de Desenvolvimento

²¹ O Plano de Cargos Carreiras e Remunerações do magistério (PCCR) do município de São Gonçalo do Amarante-CE garantiu na última atualização por meio da Lei complementar nº1857/2024 a ampliação de mais uma hora na carga horária do planejamento dos professores efetivos e temporários, chegando a 14h de planejamento semanal para a categoria.

da Educação (CREDE)²², para dar conta do alcance à todas as escolas, alunos e alunas das séries avaliadas pelo SPAECE.

O sistema cearense de avaliação teve como modelo o SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica, desenvolvido pelo MEC para avaliar os índices da educação pública, no período de renascimento do país, após mais de duas décadas de ditadura militar e o descaso com os setores públicos da administração federal, entre eles a educação.

Desde a década passada, quem atuou, ou atua, nas escolas municipais de ensino fundamental dos anos iniciais, por todo o território do estado do Ceará, tem acompanhado o trabalho empreendido pelas instituições escolares no processo de alfabetização das crianças do primeiro ao segundo ano do ensino fundamental, ao oferecer um serviço essencial para a consolidação da leitura ainda nos primeiros anos do ensino fundamental.

Com a realização anual e contínua dessas avaliações externas, como o SPAECE e o SAEB, as instituições escolares têm elaborado planos estratégicos para o alcance dos resultados e metas estabelecidas ano após ano. Isso tem ocasionado a dedicação de todo o corpo docente, que se reinventa e se dão as mãos para garantir que as crianças concluirão o segundo ano do ensino fundamental alfabetizadas.

As avaliações externas das aprendizagens dos alunos continuam a desempenhar um papel mais ou menos significativo nas políticas educativas de quase todos os países do mundo. Apesar de se poder questionar fundamentadamente o seu real valor pedagógico, a verdade é que os decisores políticos continuam a insistir na sua utilização por razões que, muitas vezes, estão associadas à ideia de que elas constituem uma medida credível da qualidade do ensino, da qualidade das aprendizagens e, em geral, da qualidade da educação. Na verdade, a convicção de que a utilização das avaliações externas contribui para reformar e melhorar a qualidade dos sistemas educativos está muito presente, mesmo bastante enraizada, em largos setores das sociedades e, talvez por isso, é politicamente poderosa. Aceita-se como conhecimento adquirido que as avaliações externas são sinônimo de rigor, de exigência e de qualidade sem equacionar a possibilidade da sua utilização poder ter uma diversidade de efeitos nefastos (Fernandes, 2019, p. 75).

Conquistar e alcançar resultados cada vez mais expressivos, em âmbito municipal e estadual, tornou-se o objetivo principal das escolas públicas municipais, ao longo das últimas décadas, e, isso se dá por três fatores. O primeiro diz respeito à própria alfabetização das crianças no período designado pelas instâncias superiores da educação municipal. O segundo ponto está relacionado ao respaldo e a visibilidade adquirida pelas instituições que obtém êxito nas avaliações, dentro de seus próprios municípios e também num cenário estadual. E, o

²² Os Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) são órgãos estaduais de desenvolvimento e controle da educação básica do estado do Ceará, dando maior suporte às escolas de ensino médio. As sedes se localizam de forma estratégica em todas as regiões do estado, nos municípios polo.

terceiro, condiciona as escolas que atingem as metas o reconhecimento de escolas “nota dez”, a receberem prêmios em dinheiro pelos resultados alcançados. Fernandes (2019, p. 79) é cirúrgico ao afirmar o que já sinto na prática no ambiente escolar, quando fala que:

Um dos efeitos mais nefastos das avaliações externas é o chamado “estreitamento” ou “afunilamento” do currículo que consiste na tendência de os professores ensinarem para o que consideram que vai ser perguntado nos exames. Nestas condições, todo o resto é ignorado ou tratado de forma superficial. Além do mais, este efeito afeta substancialmente o que é ensinado e como é ensinado, dando, por exemplo, mais ênfase a tarefas de natureza rotineira e menos a tarefas que exigem mais tempo e que envolvem processos de recolha, organização, tratamento e análise de informação. Nestes termos, as disciplinas que não são objeto de exame tendem a perder a sua importância aos olhos de alunos, professores, pais e encarregados da educação, havendo assim um certo “esvaziamento” do currículo. Ou seja, domínios que são relevantes para a formação dos alunos são tratados superficialmente ou podem nem sequer ser ensinados ao longo da sua escolaridade, pois só se atribui valor e, por isso, só se ensina o que é examinado.

Não obstante aos objetivos desejados pelas escolas, e por vivenciar diariamente a rotina pedagógica e social de uma escola dos anos iniciais da educação da rede municipal, tenho questionado os métodos utilizados para a alfabetização e a dedicação exclusiva para o ensino de língua portuguesa e matemática, no contexto da própria escola, e o quanto esse fator tem interferido no ensino dos outros componentes curriculares e no ensino de História. Essa discussão abre caminho para a reflexão sobre como esse ensino exclusivo tem impactado a aprendizagem de História e a liberdade para o desenvolvimento do ensino de História e no desinteresse dos alunos e alunas, pela disciplina ao longo do tempo.

Até o final do segundo ano do ensino fundamental, é realizado o que posso chamar de “treinamento contínuo das habilidades para a interpretação e resolução de simulados baseados nas avaliações externas”. Esse é o caminho mais curto para a preparação das crianças para enfrentar as avaliações externas, que, ano após ano, se tornam mais extensas e exigentes no que diz respeito às habilidades, proficiência e compreensão.

Fernandes (2019, p. 79) ao analisar como as avaliações externas têm interferido na dinâmica das aulas devido a preparação para a realização das avaliações externas, afirma que:

O treino de conteúdos e capacidades específicas através da repetição de exercícios é o que predomina nas aulas. As tarefas que exigem tempo e que suscitam a mobilização, a integração e a utilização de conhecimentos assim como a sua discussão são normalmente relegadas para segundo plano ou mesmo ignoradas. Os resultados das avaliações externas aos quais os meios de comunicação social e/ou as pressões de natureza política atribuem o “estatuto” de *high stakes*²³ não traduzem em geral o que os alunos sabem e são capazes de fazer.

²³ O termo *high stakes* refere-se a situações ou contextos em que as consequências de uma decisão ou ação são extremamente significativas.

Um dos fatores que considero preocupante, principalmente devido a idade das crianças matriculadas no primeiro ano, é a ruptura com o brincar e o aprender de maneira lúdica, partindo apenas para o estreitamento de um ensino clássico, com uso do lápis e caderno, mesmo tendo um mundo de possibilidades, dentro e fora da escola. E isso tende a inibir as potencialidades e qualidades individuais da criança.

Essa ruptura entre o aprender e o brincar, entre a aprendizagem e as brincadeiras populares ou os brinquedos populares, citada no parágrafo anterior, é de certa forma, a negação da experiência entre o patrimônio cultural imaterial caracterizado pelas brincadeiras, os brinquedos populares e povo, cujas práticas populares resultam ao longo de décadas na criação de bens culturais imateriais característicos da cultura popular.

A percepção que se tem nos últimos anos, é que o brincar, o aprender brincando e o lúdico tem ficado cada dia mais distante das salas de aula, em face da urgência para a aprendizagem da leitura e da escrita ainda mais cedo. Obtive informações importantes desse processo de alfabetização por meio do contato recente com professoras da educação infantil, durante as formações do curso de professores alfabetizadores de língua portuguesa, o PROFA. As professoras relatam que as cobranças têm sido cada vez mais prematuras para que as crianças migrem para o ensino fundamental, com níveis cada vez melhores de aprendizagem ainda na fase inicial da vida escolar. Essas constatações geram reflexões cada vez mais profundas sobre a dinamicidade e os impactos na formação das crianças em processo de alfabetização, principalmente pela ausência de uma educação global baseada em estímulos e ludicidade. Não estou aqui para falar se é certo ou errado o fato de a alfabetização ser alcançada muito cedo. Mas, questiono sobre os impactos causados pela ausência do brincar, de atividades interativas, manuais, artísticas e que trabalhe o desenvolvimento da imaginação, do faz de conta, da oralidade, e como o trabalho repetitivo tem tornado as crianças menos comunicativas ou introspectivas. Dada a importância de estabelecer relação das crianças com o brincar, para o seu próprio desenvolvimento cognitivo, Borba (2006, p. 50) afirma que:

A imaginação e a fantasia não se criam do nada, mas sim de elementos tomados da experiência presente e passada dos sujeitos. Assim, as crianças se apropriam das referências culturais das experiências cotidianas familiares e de outros espaços, bem como da mídia, hoje tão presente em suas vidas, como conteúdos de seus processos de imaginação e de criação, não apenas reproduzindo-as, mas recriando-as.

O pensamento de Borba (2006) potencializa o papel do professor de ser um elo importante no processo de desenvolvimento da criança. Não só ensinando a ler e a escrever,

mas, levando-a a percorrer caminhos para o descobrimento de suas próprias habilidades, por meio da imaginação e da brincadeira, definida, assim, por Moura (2006):

A brincadeira é uma manifestação singular da constituição infantil. Uma experiência criativa que favorece a descoberta do eu e dos outros, através do recriar e do repensar sobre os acontecimentos naturais e sociais. Não é apenas reprodução de vivências, mas um processo de apropriação, ressignificação e reelaboração da cultura pela criança. É uma forma de ação social que produz uma cultura infantil e que é, ao mesmo tempo, produzida por uma cultura mais ampla (Moura, 2006, p. 56).

Cabe ao professor tornar a sala de aula um ambiente capaz de propiciar às crianças experiências que as ajudem a construir o conhecimento, por meio do contato com as brincadeiras, aproximando-os da cultura popular. Deste modo, as brincadeiras deixam de ser apenas mero recurso recreativo e passam a ter significado, contribuindo para a ampliação do conhecimento cultural infantil por meio de uma cultura mais ampla, como afirma a autora.

Segundo Luckesi (2014) as atividades não são essencialmente lúdicas por si só. O que definirá se essas atividades são lúdicas ou não, são os indivíduos (alunos) que estarão incluídos nessa dinâmica ou o espaço e o contexto em que essas atividades são realizadas. Ou seja, a internalização e como o sujeito reage aos estímulos da atividade serão classificados como um resultado lúdico da ação. Assim, compreendo que a atividade lúdica não é o brincar pelo brincar, e, sim, uma forma de potencializar o estímulo mental para o desenvolvimento cognitivo.

Quem vive o ambiente da sala de aula na educação infantil e no ciclo de alfabetização, vive também o conhecimento real sobre as dificuldades e como cada criança aprende de acordo com seu ritmo, e na maioria das vezes, a aprendizagem da criança e o seu desenvolvimento não segue um padrão estabelecido, pois, o ambiente familiar, o contexto em que vive, as condições socioeconômicas, as experiências e a interação com a comunidade são fatores que devem ser levados em consideração, para o ritmo como cada criança aprende.

Durante uma conversa informal na sala dos professores da escola em que a pesquisa é realizada, abordei sobre a situação vivenciada no ciclo de alfabetização, por viver unicamente esperando o dia de realização das avaliações externas. Uma das professoras que estava na sala, relata que “é importante para essas crianças aprenderem a ler e escrever ainda cedo, para que não cheguem às séries superiores com déficit de aprendizagem, sem saber ler ou escrever”. É salutar a preocupação da professora que os alunos se desenvolvam e aprendam no tempo certo e que seu conhecimento condiga com a série em que está matriculado. No entanto, penso que seja algo preocupante negar às crianças durante todas as séries dos anos iniciais, o seu direito

garantido e assegurado por lei de conhecer a História, vivenciar a disciplina e o que ela tem a oferecer como conhecimento.

A pressa e a urgência estabelecidas pelas escolas e as secretarias municipais de educação, em função das dificuldades de aprendizagem das crianças causadas pelos fatores em que elas estão submetidas em seus contextos, não diz respeito ao fato de negar o direito às aprendizagens necessárias e garantidas pelo Ensino de História, pois, as problemáticas são questões estruturais, como: saneamento, fragilidade econômica, violência e arranjos familiares diversos, que são notadamente responsabilidades da administração pública e de seus órgãos relacionados.

A História, como conhecimento, e, como disciplina escolar, não pode e não deve ser negligenciada ou punida por problemas que estão além dos muros da escola devido aos problemas estruturais vivenciados pelos alunos da rede pública, como questões sociais, políticas, econômicas, familiares, violência, saúde e necessidades básicas. Essas e outras questões que fogem do domínio de professores, não devem condicionar as possibilidades existentes na escola, as quais devem ser garantidas a todos os alunos e alunas ao longo das séries da educação básica.

Araujo (2017, p. 193-4) alerta para as mudanças estruturais nos currículos e no ensino por meio da influência de setores e órgãos econômicos que se dizem “preocupados” com os índices educacionais do Brasil:

A tentativa de redução do debate sobre a educação ao numeramento e letramento, amplamente patrocinada pela OCDE, sem um enfrentamento político, levará ao aprofundamento dessa tendência. Esse cenário de fragmentação e disputa ficou evidente nas reações de historiadores e não historiadores às diversas versões sobre o futuro do ensino de história que foram projetadas no texto da Base Nacional Curricular Comum, colocando em lados opostos as demandas por reconhecimento e acolhimento das lutas identitárias e aspectos da tradição disciplinar.

A fala do autor me possibilita refletir sobre como as mudanças curriculares não tem afetado somente o ensino médio, mas, como também tem alcançado as demais etapas do ensino básico e favorecido o esvaziamento do tempo para o trabalho docente dedicado às disciplinas como a História, permitindo assim, que o discurso sobre os efeitos negativos sobre as avaliações externas ganhe ainda mais força ao tempo em que se constata o avanço sistemático do ensino com base no numeramento e letramento.

O PNAIC²⁴ (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) e o PAIC²⁵ (Programa Alfabetização na Idade Certa) são políticas de alfabetização criadas com o intuito de garantir que as crianças, anteriormente, ao final do terceiro ano do ensino fundamental, e agora, ao final do segundo ano, sejam de fato alfabetizadas na idade certa, reduzindo com o passar dos anos, os altos índices de reprovação e fragilidades de aprendizagem em língua portuguesa e matemática, apontados por organismos internacionais e o PISA²⁶, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que alerta para os índices alarmantes da educação ao final do ensino fundamental.

Repare-se que as avaliações externas, ao contrário do que por vezes é afirmado, inclusive por responsáveis políticos, não podem garantir nunca a equidade das oportunidades de aprendizagem. As avaliações externas não são, por definição e natureza, um meio para a resolução dos problemas dos sistemas escolares, nomeadamente os que se relacionam com as aprendizagens dos alunos. Apesar disso, há uma diversidade de intervenientes políticos, e não só, que parecem insistir na ideia de que uma única medida de política, como é a criação de uma avaliação externa qualquer do tipo *high stakes*, com efeitos, por exemplo, na progressão académica dos alunos e na carreira dos professores, pode resolver os problemas de ensino e de aprendizagem (Fernandes, 2019, p. 85).

Como descrito anteriormente, evidenciando a fala de Fernandes, o fato de haver números expressivos de alunos que chegam ao nono ano do ensino fundamental com dificuldades de aprendizagem e déficit de leitura e escrita, não está relacionado ou condicionado ao tempo destinado às outras disciplinas do currículo, e deve ser investigado de forma individualizada, se está relacionado a questões propriamente particulares dos alunos ou relacionadas ao contexto sociofamiliar em que eles estão inseridos.

Portanto, considerar que o público presente nas escolas e nas turmas é essencialmente um público padrão por si tratar de pessoas da mesma idade, estaria negando a

²⁴ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC – é um programa do Ministério da Educação (MEC) que conta com a participação articulada entre Governo Federal, governos estaduais e municipais e do Distrito Federal, dispostos a mobilizar esforços e recursos na valorização dos professores e das escolas, apresentando como referência o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 e a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE).

²⁵ O Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) foi transformado em política pública prioritária do Governo do Estado em 2007. Visa oferecer aos municípios formação continuada aos professores, apoio à gestão escolar, entre outros aspectos. Iniciou suas atividades com a meta de garantir a alfabetização dos alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública cearense. Juntamente com outras experiências, o PAIC contribuiu para a estruturação por parte Ministério da Educação do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

²⁶ O PISA, tradução de *Programme for International Student Assessment*, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O PISA oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus *backgrounds* e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola.

individualidade biológica do ser na forma como ele aprende de acordo com suas questões individuais, cognitivas e contextuais, de acordo com os lugares de vivência. Pois, deste modo, estarei apenas reproduzindo desigualdades e negando às crianças uma educação com oportunidades de valorização das competências e das qualidades individuais, dando suporte para que possam diante dos estímulos e das possibilidades apresentadas, sejam capazes de desenvolverem-se aprendendo de forma ampla.

3.3. Possibilidades educativas e significativas no Ensino de História: O lúdico como ferramenta para o Professor Artista

As manifestações artísticas são exemplos vivos da diversidade cultural dos povos e expressam a riqueza criadora dos artistas de todos os tempos e lugares. Em contato com essas produções, o estudante pode exercitar suas capacidades cognitivas, sensitivas, afetivas e imaginativas, organizadas em torno da aprendizagem artística e estética. Ao mesmo tempo, seu corpo se movimenta, suas mãos e olhos adquirem habilidades, o ouvido e a palavra se aprimoram, quando desenvolve atividades em que relações interpessoais perpassam o convívio social o tempo todo. Muitos trabalhos de arte expressam questões humanas fundamentais: falam de problemas sociais e políticos, de relações humanas, de sonhos, medos, perguntas e inquietações de artistas, documentam fatos históricos, manifestações culturais particulares e assim por diante. Nesse sentido, podem contribuir para a contextualização dos Temas Transversais, propiciando uma aprendizagem alicerçada pelo testemunho vivo de seres humanos que transformaram tais questões em produtos de arte (INE, 2024, p. 22).

Não tenho como iniciar esse tópico sem falar da significativa e importante relação entre Educação e Arte, principalmente em um cenário em que cada vez mais os espaços educacionais tendem a diminuir as atividades lúdicas, para dar espaço ao letramento e enumeração como meios únicos para a aprendizagem, como abordado anteriormente.

As infinitas possibilidades para o ensino-aprendizagem, por meio do campo das artes e da cultura, constituem-se como meios significativos e possíveis para a educação de crianças e adolescentes de qualquer idade, e tanto podem, como devem, ser incluídas no cotidiano das escolas, permitindo que as crianças façam a experimentação de algo novo, mas, imensamente deslumbrante como são as artes, capazes de transformar vidas. Assim, a oportunidade de uma educação significativa e repleta de oportunidades e meios para o ensino não deve ser desperdiçada.

Apesar da pesquisa aqui apresentada não se tratar propriamente sobre o ensino de Arte e cultura popular, é importante enfatizar que a Arte e suas diversas formas do fazer artístico constituem-se como ferramentas importantes para as possibilidades que serão apresentadas ao

longo desse tópico, o qual inicio contextualizando ao leitor o período de reviravolta que dá sustentação à valorização da Arte e da Cultura cearense, por meio do governo do estado, da luta e resistência dos grupos populares, artistas, pesquisadores e trabalhadores da cultura.

As políticas culturais²⁷ do estado do Ceará possibilitaram, nas últimas duas décadas, avanço importante na valorização, promoção e visibilidade da arte e da cultura cearense. As ações de fomento alcançaram grupos de diversas naturezas em todas as regiões do estado, estimulando a música, o teatro, as danças populares, os grupos tradicionais, circenses e demais trabalhadores da arte a darem continuidade ao trabalho de resistência na manutenção das práticas culturais no território.

Apesar dos avanços no processo de valorização da cultura e produção local iniciado no início dos anos dois mil, houve ao longo dos anos vários debates entre o meio artístico e representantes políticos, sobre o apoio às práticas populares que até aquele se concentravam nos polos do estado do Ceará, tendo a capital Fortaleza e o Cariri²⁸ cearense, no extremo sul do estado, como os principais destinos de recursos e ações formativas e de apoio às práticas artísticas e culturais.

A partir do ano de 2005, as ações do governo alcançaram as demais regiões do estado na promoção e ampliação das ações culturais. As macro e microrregiões que compõem o território cearense passam a ter, anualmente, um calendário com atividades artísticas e culturais que permitiram o intercâmbio entre artistas de diversos locais do país em solo cearense, possibilitando tanto a população local, quanto artistas cearenses, vivenciarem uma programação diversificada em vários segmentos, desde a realização de feiras, encontros sobre Museus, encontros formativos sobre cultura popular e grupos tradicionais, fóruns circenses e rodas de conversa.

Sem dúvidas, uma das ações que mais contribuíram para o segmento artístico cearense, ao longo desse tempo, foi a criação dos festivais regionais²⁹, os quais abordavam diversas linguagens da arte, promovendo entretenimento nos municípios onde os festivais são realizados com a participação de artistas nacionais e internacionais. Os festivais trouxeram uma

²⁷ Constituem-se como uma série de iniciativas do governo do estado e da SECULT-CE, como forma de dar visibilidade e valorizar a cultura e a arte cearense, como a implementação de conselhos, valorização e reconhecimento dos Mestres e manutenção de espaços.

²⁸ Até o início dos anos 2000 havia grande queixa por parte de grupos, artistas solos e fazedores da cultura, que as ações governamentais de valorização e fomento para a realização das atividades artísticas concentravam-se na região do Cariri e na capital Fortaleza.

²⁹ Com a implementação das políticas de valorização da arte e da cultura cearense, as demais regiões do estado passam a ser alcançadas com a promoção de atividades permanentes de valorização e formação artísticas, principalmente devido a política de festivais regionais como, o Festival de Teatro de Jaguaribe e o Festival dos Inhamuns, além da ampliação e destinação dos recursos financeiros para festivais já existentes, como o Festival Nordeste de Teatro de Guaramiranga – FNT.

nova rotina para as cidades e suas populações que lotam os espaços públicos todas as noites, para garantir um lugar na plateia.

Um dos festivais mais importantes criados pela SECULT³⁰, durante a expansão das políticas culturais, foi o Festival dos Inhamuns de Circo, Bonecos e Artes de Rua, tendo sua primeira edição realizada no ano de 2005, nas cidades que à época compunham a macrorregião dos Inhamuns³¹, que tinha como polos as cidades de Tauá³² e Crateús³³.

A realização da primeira edição do Festival dos Inhamuns trouxe vida e esperança para os jovens fazedores da arte e da cultura da região. Como filho do município de Tauá, vi de perto a manutenção e sobrevivência dos grupos locais de dança e teatro, o surgimento de novos coletivos, grupos, companhias artísticas e o nascimento de jovens artistas promissores que tinham o primeiro contato com o mundo artístico, por meio das ações formativas como, *workshops*, vivências e, principalmente, as oficinas ministradas por importantes e destacados atores e atrizes da cena cearense, além de circenses de diversos lugares da América Latina e da Europa.

Tenho dito e afirmado com toda certeza, que o profissional docente que me construí e me tornei, ao longo dos anos, está longe de ter sido moldado na universidade. A oportunidade de conhecer e ter o primeiro contato com as artes em maio de 2006, me possibilitou trilhar caminhos jamais imaginados até o início da adolescência. Isso permitiu que a partir de então pudesse emergir ainda muito jovem no universo das artes, tendo o primeiro contato com artes circenses, e em seguida conhecendo a dança, a música e principalmente o teatro, que permitiu, a partir do ano de 2011, obter o registro profissional de ator, junto ao Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (SATED-CE)³⁴. Assim, ao longo dos anos as artes me permitiram conhecer todo o território brasileiro, interagindo com diversos artistas nacionais e conhecendo manifestações da cultura popular que, até então, eram desconhecidas para mim, como o Cavalo Marinho, dança típica da Zona da Mata pernambucana, realizada por agricultores e populares, passada de geração em geração.

Ao longo do percurso, a oportunidade de adquirir cada vez mais conhecimentos pelas experiências vivenciadas por onde passo, me permitiu construir uma identidade própria

³⁰ Primeira secretaria da cultura do Brasil, criada em 09 de agosto de 1966 pela Lei nº 8.541.

³¹ Anteriormente macrorregião composta por municípios como, Novo Oriente, Independência e Crateús que foram desanexados para formarem a região conhecida como “Sertões de Crateús. Assim, a região dos Inhamuns passa a ser composta pelos municípios de Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Aiuaba e Tauá, passando a ser denominada como microrregião dos Inhamuns.

³² Principal município da região dos Inhamuns, principalmente devido a economia e a qualidade de vida.

³³ Um dos maiores municípios do sertão cearense, Crateús é a cidade polo da região dos sertões de Crateús.

³⁴ O SATED-CE é o sindicato responsável pela emissão dos Registros Profissionais dos Artistas do estado do Ceará junto à Delegacia Regional do Trabalho – DRT.

de artista que domina várias áreas do conhecimento das artes cênicas e tradições populares, capaz de transformar e modificar o contexto dos ambientes de vivência por meio da experimentação e vivências para pessoas de diversas idades.

Por mais que a docência, propriamente dita, faça parte da minha vida a pelo menos sete anos, a prática de ensinar me acompanha há mais de quinze, por meio da realização de oficinas e aulas de teatro, circo, reisado e maracatu para crianças, adolescentes e adultos, que buscam na arte uma melhor desenvoltura, comunicação, sociabilidade ou, simplesmente, pela admiração e o apreço pelas práticas.

Ao longo dos últimos dezesseis anos, tive a oportunidade de compor dois dos mais importantes grupos da arte e da cultura cearense, presentes na região dos Inhamuns. Na Companhia Artes Cênicas de Teatro da cidade de Tauá, fundada pelos atores Gilmar Costa³⁵ e Danilo Cavalcante³⁶, o ano de 2007. Desenvolvi várias atividades artísticas formativas entre os anos de 2008 e 2016. Na Associação dos amigos da Arte, Ciência e Cultura de Arneiroz (Arte Jucá)³⁷, onde atuo desde 2017 até os dias atuais, realizei diversas atividades de pesquisa, formação artística e técnica voltada para as artes. A instituição, que está ativa desde o início dos anos 2000, tem oportunizado à população dos Inhamuns experiências grandiosas e significativas em toda a região, principalmente a partir do ano de 2010, quando assume a marca do Festival dos Inhamuns – Circo, Bonecos e Artes de Rua, após o governo do estado paralisar as ações da marca ao final da IV edição do evento. Assim, o Arte Jucá passa a expandir suas ações de forma mais ampla, instalando no município de Tauá uma extensão de sua sede.

Por meio da política de editais do governo do estado, que apesar de ainda falha, tem democratizado o acesso aos recursos públicos para fomento de práticas artísticas e culturais, o Arte Jucá manteve os recursos do Edital Escolas da Cultura, o Projeto das Escolas Livres de Teatro dos Inhamuns (ELTI) de forma simultânea nos municípios de Tauá e Arneiroz³⁸, com turmas de adolescentes e crianças, respectivamente. Em Tauá, o Projeto teve duração de três anos, de 2018 a 2020. Já em Arneiroz, apesar dos recursos terem se esgotado, ao final do projeto, dentro do tempo estimado para a realização, a associação mantém as turmas de crianças na escola de artes até os dias atuais, com recursos garantidos por meio de editais de fomento à

³⁵ Professor de Arte na rede estadual do Ceará, pesquisador, ator e produtor cultural.

³⁶ Ex-ator e produtor cultural. Fundador da Cia. Artes Cênicas da cidade de Tauá.

³⁷ Associação do município de Arneiroz-CE, com atuação no cenário artístico e cultural desde a sua fundação nos anos 2000. Mantém-se ativa até os dias atuais com a promoção de aulas de arte e cultura popular, além de ser a realizadora do Festival dos Inhamuns de Artes Cênicas, anteriormente conhecido por Festival dos Inhamuns – Circo, Bonecos e Artes de Rua.

³⁸ Pequeno município da microrregião dos Inhamuns que é cenário de grandes Festivais e apresentações artísticas. É o berço da Associação Arte Jucá.

manutenção de escolas e espaços culturais, garantidos pelos esforços do diretor da associação, o Professor e Historiador Robson Cavalcante³⁹.

Vivenciar tantos projetos, festivais, lugares, pessoas, artistas e manifestações da cultura popular me proporcionaram conhecimentos importantes das artes e da cultura, me possibilitando ser um agente transformador de espaços, lugares e pessoas por onde tenho andado, criando um leque de oportunidades para pôr em prática, no ambiente escolar, novas abordagens e metodologias para o ensino de História, diversificando a aprendizagem e estimulando as crianças para uma aprendizagem que vai além do lápis e do caderno.

A articulação entre Ensino de História e cultura popular, por meio da arte, é possibilidade real no ambiente escolar. Mesmo diante dos desafios postos ao longo do texto como a ausência de recursos didáticos, as avaliações externas e a mecanização do ensino, sou capaz de permitir no contexto da sala de aula, e da escola, uma educação que estreite a relação entre as crianças do primeiro ano com o patrimônio cultural local, trazendo a cultura e a História do contexto da cidade para o ambiente escolar, pois segundo Santos (2012, p. 644):

As escolas são ambientes, que, por essência, propiciam e devem promover o encontro, a valorização das diferenças, o diálogo, a convivência. Seus grupos sociais e indivíduos não são desconstituídos de suas identidades culturais durante suas permanências nos ambientes educacionais ditos formais, e, potencialmente, esse conjunto de sujeitos e coletivos humanos, representa importante referência para estabelecermos canais de comunicação, com as expressões e manifestações culturais e artísticas de dentro da escola, do seu entorno, do bairro ou da cidade.

Apesar de nos últimos tempos não estar alinhado como instituição escolar que tem promovido o contato dos alunos e alunas com a arte e a cultura popular local, como indica a fala de Santos (2012), entendo que o território do município de São Gonçalo do Amarante possui recursos importantes para uma educação qualitativa, que ande lado a lado com a alfabetização e as aprendizagens necessárias para uma formação ampla.

Diante das experiências vivenciadas ao longo de anos em outros espaços, a sala de aula e todo o ambiente da escola, seriam um laboratório de aprendizagens, por meio do circo, do teatro, da dança, da literatura, do artesanato, da pintura, das danças populares, cantigas de roda, e tantas outras possibilidades existentes por meio da oportunidade de desconstruir o tradicional modelo simplista, implantado cada vez mais cedo nas séries da educação básica.

Oportunizar às crianças do município de São Gonçalo do Amarante conhecer o patrimônio cultural material e imaterial, do seu próprio contexto, é permitir a edificação de uma

³⁹ Professor, ator, escritor, produtor cultural com atuação na cena cearense desde a década de 1990. É fundador e atual diretor da Associação dos Amigos da Arte, Ciência e Cultura de Arneiroz – Arte Jucá.

realidade bastante incomum, principalmente pela dificuldade de acesso das crianças ao lazer, à arte, à cultura e ao entretenimento. Essa questão é imposta principalmente devido fatores socioeconômicos ou ao difícil acesso à cidade, visto que a maioria das crianças do 1º ano residem na zona rural, e, normalmente, só se deslocam à sede para assistirem aulas. Essa possibilidade de permitir e viabilizar vivências, projetos, atividades e aulas de campo para as crianças pelo contato com o patrimônio cultural, deve ser pensada e construída a partir da educação patrimonial, definida pelo IPHAN⁴⁰ (Brasil, 2025) como a constituição de:

[...] de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

O trabalho experienciado com crianças nas atividades culturais e artísticas com as associações e escolas de arte desenvolvidos em várias oportunidades ao longo do meu percurso, não estavam diretamente ligados aos processos educativos como a aprendizagem da leitura e da escrita, nem tampouco desenvolvidos em um ambiente escolar. Mesmo assim, as atividades realizadas foram muito importantes para o desenvolvimento de cada criança, pelos estímulos realizados, a aproximação com o novo, o contato com bonecos, pernas-de-pau, máscaras, instrumentos musicais, brinquedos populares e outros adereços da arte e da cultura popular.

As culturas populares perpassam todos os espaços, sujeitos e dimensões da educação. Os educandos, os trabalhadores das escolas e as comunidades, em geral, são portadores de várias práticas culturais e amplos sistemas e processos de subjetivação e significação. Mesmo de forma invisível ou inconsciente, os grupos sociais e indivíduos que compõem as escolas e até os “*usos*” atribuídos aos espaços das mesmas, refletem em muitos aspectos a heterogeneidade dos gostos, das religiosidades e da pluralidade étnica e cultural existente (Santos, 2012, p. 644).

Se analisar como as atividades artísticas impactam na aprendizagem das crianças em um espaço alternativo, dentro do ambiente escolar, essas atividades serviriam como um estímulo para a aprendizagem, contribuindo de forma significativa no ensino de História com foco na História Local, por meio do conhecimento e a relação com o patrimônio local, pessoas populares no contexto da escola, do bairro ou da cidade e a relação com os espaços.

⁴⁰ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Fundado em 1937, cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

Ao serem conhecedores do ambiente escolar, do contexto local e das características do público atendido no primeiro ano do ensino fundamental, sugeri algumas atividades artísticas como possíveis práticas para o ensino de História, dando conta de suas origens, a relação com a comunidade e sua História, personagens, entre outros.

Uma das ações importantes que ministrei no contexto da sala de aula é o Reisado⁴¹, como possibilidade para o ensino de História. Pois, a prática cultural popular tem princípios religiosos, músicas e cantigas temáticas, personagens concretos, personagens fantásticos, adereços e figurinos coloridos, abrindo portas para um trabalho imagético e repleto de possibilidades. Assim, traria para a aula a vivência de um trabalho com foco na cultura popular e sua representatividade no contexto local, tendo como referência as práticas populares espalhadas pelo interior do estado do Ceará, valorizadas pela Política de Mestres e Mestras da Cultura Tradicional⁴² do estado. Segundo Leitão (2023):

[...], o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular é instituído de forma pioneira no Brasil, a partir da Lei 13.351 de 22 de agosto de 2003. Desde então, a Secretaria da Cultura do Ceará tem avançado na formulação e implementação de uma política pública que reconhece a importância estratégica dos saberes e fazeres ancestrais para o desenvolvimento com envolvimento. Se no plano federal, a invisibilidade dos mestres e mestras se perpetua, no Ceará o movimento se dá no sentido oposto. Viva!

Valendo-se do costume cearense de valorizar a arte, a cultura popular e seus Mestres, proponho aqui atividades conhecidas como algumas das principais atividades culturais do território do estado do Ceará e a articulação entre essas manifestações, o ensino de História e a arte, como fatores fundamentais para a aproximação dos resultados de uma educação patrimonial, por meio do contato com as práticas da cultura popular.

A Dança do Coco⁴³ é uma manifestação artística da cultura popular como mais uma opção de atividade para ser trabalhada e desenvolvida em sala. A dança, que é uma tradição no litoral cearense e de outros estados da costa litorânea nordestina, possui em seu contexto uma série de músicas que versam sobre a vida simples, as tradições populares e questões do

⁴¹ O Reisado, também chamado de Folia de Reis, é uma manifestação popular que celebra o nascimento do menino Jesus e rememora a visita dos três reis magos a Belém. Nas diferentes regiões do Nordeste, cada Reisado possui características diferentes.

⁴² Após duas décadas, desde a elaboração da Lei, pela então secretária da Cultura do Estado, Cláudia Leitão, é importante analisar, debater e fortalecer a atual Lei dos Tesouros Vivos, 13.842/2006. Uma política de grande relevância que reconhece as pessoas naturais, os grupos e as coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de ações culturais cuja preservação e transmissão são reconhecidas e representativas para importante referencial da Cultura Cearense.

⁴³ O Coco é uma prática das culturas populares brasileiras, pode ser encontrado no litoral e no sertão nordestino, tendo origem afro-indígena. Acredita-se que a introdução dessa prática no Nordeste brasileiro se deu através dos escravos africanos que catavam e quebravam coco em um ritmo de trabalho no qual emergiu a música. Os Cocos podem ser classificados em três gêneros: dançado, em embolada e em literatura de cordel. Dentro destes existem várias modalidades que dependem da métrica, dos instrumentos, do local e da coreografia.

cotidiano, além de possibilitar experiências com instrumentos musicais percussivos e os passos tradicionais característicos da dança. É sempre importante ressaltar que as características apresentadas na dança possuem diferenças, de um lugar para o outro, de acordo com os costumes e crenças locais.

Criar um ambiente de aprendizagem para que as crianças conheçam a tradição da dança do coco de praia e como a prática foi construída social e culturalmente. Isso permitirá com que compreendam como as brincadeiras, as músicas e as performances corporais foram se constituindo como uma tradição transmitida de geração em geração, relacionando a manifestação com o modo de vida das pessoas e o território em que a atividade é realizada, no caso a região litorânea.

Outra manifestação da cultura popular importante nesse cenário de possibilidades para o trabalho com as crianças é a Dança de São Gonçalo⁴⁴. A dança, que é bastante valorizada pela comunidade, traz características únicas que fazem parte da estrutura da dança de acordo com a própria concepção dos praticantes da dança, como: roupas, adereços e passos tradicionais que diferem das demais danças de São Gonçalo, espalhadas pelo interior do estado. As características religiosas e as músicas entoadas possibilitam conhecer o território local.

A realização das atividades apresentadas acima, dão margem para o desenvolvimento de um trabalho que explore o território, a comunidade e o patrimônio cultural imaterial do município de São Gonçalo do Amarante, de forma que se permita que as crianças interajam com os elementos de cada uma das propostas, partindo para uma possibilidade de compreensão acerca das características do seu próprio contexto, da arte e da cultura local.

A escola tem perdido a oportunidade de promover uma educação construída por meio da relação dos alunos com a arte e a cultura popular. Em seu quadro possui profissionais com habilidades que certamente poderiam contribuir de forma significativa, como feito, sempre que possível, a realização de uma atividade coletiva que enalteça a música, o lúdico, o imaginário e o brincar, como forma de amenizar os impactos causado pela pressão de uma aprendizagem mecânica e singularizada.

⁴⁴ A Dança de São Gonçalo é tradicionalmente vinculada à devoção de um santo católico conhecido como São Gonçalo de Amarante e encontra-se intimamente associada à noção de brincadeira, categoria amplamente utilizada pelos devotos e pelas devotas quando se referem à prática da dança e à sua experiência como um ato de celebração.

4. O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE COMO FONTES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Não haveria como iniciar este capítulo e a discussão em torno da educação patrimonial, sem antes contextualizar, e deixar claro ao leitor, o histórico recente das políticas culturais do estado do Ceará, a partir do capítulo anterior, e a transformação no cenário de valorização da cultura do estado a partir do ano de 2003, tendo como referência as memórias da ex-secretária de Cultura do estado, a Professora Cláudia Leitão⁴⁵.

A posse da então secretária de Cultura marcou um novo momento no cenário artístico e da produção cultural no estado. Uma das primeiras ações realizadas pela gestão da pasta, foi a realização do Mapeamento Cultural do Ceará⁴⁶, que alcançaria à época os 184 municípios cearenses, compreendendo também os municípios que vivi ao longo dos últimos 32 anos, em Tauá entre os anos de 1992 e 2021, e São Gonçalo do Amarante, de 2021 aos dias atuais.

Em Tauá, acompanhei de perto o processo de mapeamento no território do município, realizado pela equipe local da Secretaria de Cultura, capitaneada pelo Secretário de Cultura Radir Soares da Rocha⁴⁷, que não mediu esforços para a identificação dos fazedores da cultura de Tauá, desbravando as estradas mais inacessíveis da zona rural daquele município, identificando diversos artistas populares. Recordo que naquele período, o município de Tauá

⁴⁵ Cláudia Leitão é mestra em Direito na USP e doutora em Sociologia pela Sorbonne (Paris V). Foi Secretária da Cultura do Estado do Ceará (2003-2006). Secretária da Economia Criativa do MinC (2011 a 2013). Dirigiu o Observatório de Fortaleza do Instituto de Planejamento da Prefeitura de Fortaleza – IPLANFOR (2017-2020) e foi presidente da Câmara Setorial de Economia Criativa na Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE (2019-2020). É membro do Conselho Consultivo da empresa portuguesa Territórios Criativos (2020). É consultora associada do Instituto Alvorada Brasil; é consultora ad hoc em Economia Criativa para a Organização Mundial do Comércio – OMC e para a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD. É consultora em Economia Criativa para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, para governos federal, estaduais e municipais, empresas privadas e outras organizações. É sócia do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. É professora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará e Sócia da Tempo de Hermes Projetos Criativos.

⁴⁶ O Mapeamento Cultural do Ceará realizado a partir do ano de 2003 na gestão da então secretária de Cultura do Ceará, Cláudia Leitão, sucede o realizado anteriormente pelos Professores Gilmar de Carvalho e Antônio Gilberto. Com objetivo de mapear práticas, artistas, mestres da cultura popular e espaços, a ação foi uma importante ferramenta de valorização da Cultura Popular e da Arte cearense. Desde o ano de 2015, a classe artística e cultural pode se cadastrar no Mapa da Cultura do Ceará que passou a ser informatizado por meio de software através do site: <<https://mapacultural.secult.ce.gov.br>>.

⁴⁷ Radir Soares da Rocha é Secretário de Cultura do município de Tauá. Chegou ao município ainda no final da década de 80 vindo do município de Caicó – RN. Deu uma nova roupagem à estrutura cultural e artística do município do Sertão de Inhamuns, onde foi secretário de cultura pela primeira vez ainda na década de 90. Capitaneou o Mapeamento Cultural dos Inhamuns entre 2003 e 2006 em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – SECULT.

identificou, por meio do mapeamento cultural, a maior quantidade de “rabequeiros” em atividade em um município do estado do Ceará, sendo oito artistas populares identificados, um marco que chamou atenção, dando ainda mais destaque para a importância do mapeamento cultural nos municípios cearenses.

O trabalho desenvolvido no município de Tauá por grupos, coletivos, artistas, produtores e instituições, desde o início dos anos 2000, é vivenciado e usufruído na prática até os dias atuais. O trabalho de formação de plateia por meio de oficinas e eventos estruturantes, a criação de conselhos locais, a implementação do Fundo Municipal de Cultura, a construção de espaços de formação artística e o apoio às iniciativas privadas de associações culturais colocaram o município de Tauá em um cenário diferenciado no estado do Ceará, dando visibilidade às práticas e aos artistas do município.

Em 2021, com a mudança repentina para o município de São Gonçalo do Amarante devido ao trabalho como servidor do município litorâneo, tenho vivenciado uma outra face da moeda no que diz respeito ao mapeamento cultural, a valorização das práticas, a visibilidade e o apoio dos órgãos aos grupos ou até mesmo a própria organização dos artistas e trabalhadores da cultura.

Como produtor cultural, ator e brincante da Cultura Popular, uma das primeiras iniciativas que tive ao chegar ao município foi identificar outros artistas, atividades culturais, museus ou memoriais para conhecer mais sobre a cidade, a cultura popular e o patrimônio cultural do município.

Após as tentativas iniciais de contato com a Secretaria de Cultura do município e a sua equipe de técnicos, constatei que não havia um mapeamento inicial sobre artistas, equipamentos, grupos ou práticas culturais. Assim, os técnicos indicaram que o núcleo de turismo da Prefeitura Municipal poderia ter um levantamento ou mapeamento cultural e artístico do município. Entretanto, a resposta obtida foi a mesma da Secretaria de Cultura, que não há um mapeamento identificando o patrimônio cultural material e imaterial.

Em conversa reservada com um ex-técnico da Secretaria de Cultura, ele relatou que quando há uma mudança de gestão da administração pública municipal, todo o material construído ao longo dos anos é descartado pela nova administração da pasta de cultura do município. E isso possibilitou refletir o quanto atinge diretamente os grupos e artistas locais, e ainda mais, fragiliza uma quase inexistente política cultural do município, que ainda respira à

sombra da Lei Aldir Blanc⁴⁸ e Lei Paulo Gustavo⁴⁹, mas, que não possui articulação interna dos próprios artistas como a realizada no município de Tauá, construída a muitas mãos nos últimos anos.

Não há como não fazer um comparativo, se como artista e docente vivenciei e continuo a vivenciar a realidade dos dois municípios. Entretanto, por ter São Gonçalo do Amarante como casa e ambiente de pesquisa, diante da identificação do patrimônio cultural do município, consegui experimentar como as crianças podem aprender História por meio da Cultura Popular, trazendo o Patrimônio do município para dentro dos muros da escola, para dentro da sala de aula, como mostrarei no decorrer do capítulo.

4.1. O mapeamento do patrimônio cultural do território de São Gonçalo do Amarante

A necessidade de conhecer o patrimônio cultural nos inquietou diante da possibilidade de trazê-lo para o contexto da sala de aula e da escola. Devido a vastidão territorial do município e certamente a grande quantidade de atividades culturais no território, compreendi que não haveria tempo suficiente para percorrer todos os caminhos necessários para a identificação do patrimônio local. Para tanto, precisaria de um trabalho minucioso de coleta, entrevistas e exploração de todas as comunidades locais. Assim, ensaiei um mapeamento inicial por meio da comunicação com algumas pessoas próximas, elencando quais atividades culturais seriam prioridade para o tipo de atividade que irei propor em sala com foco na ludicidade enunciada no capítulo anterior, questionando-as se conheciam algum tipo de manifestação artística e cultural na sede do município, ou na zona rural, ou edificações, construções seculares valorizadas ou preservadas pela comunidade.

Ao iniciar as primeiras conversas com pessoas próximas, que residem em São Gonçalo do Amarante há muitos anos ou que nasceram na própria cidade, comecei a obter informações importantes sobre as práticas e manifestações da cultura local. Isso me permitiu

⁴⁸ A Lei Aldir Blanc que prevê auxílio financeiro ao setor cultural foi regulamentada de forma emergencial durante a pandemia de COVID-19. A iniciativa buscou e busca apoiar profissionais da área que sofreram com impacto das medidas de distanciamento social por causa do coronavírus. Alcançou artistas e trabalhadores da cultura em todo o território nacional, garantindo a manutenção das atividades culturais e artísticas.

⁴⁹ A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) representa o maior investimento direto já realizado no setor cultural do Brasil e destina R\$ 3,862 bilhões para a execução de ações e projetos culturais em todo o território nacional. É destina para profissionais da cultura, permitindo o acesso a recursos por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios, aquisição de bens e serviços ou outras formas de seleção pública simplificada. Sua execução foi regulamentada e ajustada em 18/12/2023, pela lei complementar nº 202 para garantir a distribuição eficiente dos recursos e a execução de projetos em todo o território nacional, até 31/12/2024.

esboçar um mapeamento inicial sobre onde se localizavam as práticas culturais e que tipo de práticas eram essas, traçando rotas para conhecer o patrimônio local, pessoalmente.

Com certa dificuldade consegui localizar membros de alguns grupos de cultura popular, reconhecidos como práticas do campo do Patrimônio Cultural imaterial como o Reisado, tendo como referência o grupo Reisado dos Espinhos Boi do Sertão, do Mestre João Carneiro (João Colono); a Dança do Coco de Praia do Grupo Pequena Aldeia, do distrito da Taíba; e a Dança de São Gonçalo organizada pelo Mestre Edão (Edson), coordenador do Grupo Folclórico de São Gonçalo do Amarante. Apesar de serem muito conhecidos devido as apresentações públicas realizadas com frequência, ainda há a dificuldade de conseguir encontrar pessoalmente os brincantes das manifestações mencionadas acima. No entanto, depois de passar alguns dias em busca de uma comunicação mais efetiva com os coletivos, consegui conversar com os representantes de cada um dos grupos.

Após mais alguns dias de busca por fontes de pesquisa, soube da existência do Museu Casa de Quinca Moreira⁵⁰, Patrimônio Cultural material idealizado e coordenado pelo Professor e Pesquisador Roberto Moreira Chaves⁵¹. Até então, não havia obtido nenhuma informação sobre o Museu nos órgãos em que tinha visitado, com a intenção de conseguir informações sobre o Patrimônio Cultural do município.

Outra importante referência do Patrimônio material local é a Igreja de Nossa Senhora da Soledade, localizada no distrito do Siupé⁵², um dos mais antigos do município. A Igreja que é amplamente festejada pela comunidade católica da comunidade e de todo o município, é a única edificação reconhecida como Patrimônio material protegido pelo Tombo Estadual segundo a Lei nº 9.109, de 30 de julho de 1968, por meio do Decreto nº 21.308, de 13

⁵⁰ Um dos primeiros moradores da região que compreende o Sertão de São Gonçalo do Amarante. Fazendeiro e proprietário de terras na região, dá nome ao Museu Casa de Quinca Moreira, pelos feitos realizados ao longo de sua História como produtor rural na região, comerciante e por sua bondade em ajudar as pessoas necessitadas que passavam pela sua fazenda, reconhecido por várias gerações entre os moradores da comunidade de Salgado dos Moreiras.

⁵¹ Técnico de Laboratório em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal do Ceará-UFC, lotado no Memorial da UFC, sendo Membro Efetivo do Comitê de Patrimônio Cultural-COMPAC da Universidade, responsável pelo Laboratório de Conservação e Restauro - LACOR do Memorial da UFC e coordenador dos projetos: Plano de Gerenciamento de Riscos e Preservação de Acervos da UFC - PlanGerPA, Implantação do Sistema de Gerenciamento de Riscos e Preservação de Acervos da UFC - SiGerPA/UFC e Práticas de Preservação no Laboratório de Conservação e Restauro-LACOR. Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. É Fundador e Diretor do Museu Casa de Quinca Moreira (São Gonçalo do Amarante-CE).

⁵² A comunidade estabelecida mais antiga do município de São Gonçalo do Amarante, tem sua fundação datada no século XVIII. Está localizada na região litorânea do município e possui um dos mais importantes patrimônios culturais da região, a Igreja de Nossa Senhora da Soledade e um dos festejos populares religiosos mais concorridos do território.

de março de 1991, e não poderia deixar de contemplá-la na pesquisa, justamente pelo fato de ser historicamente importante para comunidade e os populares.

Como a pesquisa é estruturada tendo como base o primeiro ano do ensino fundamental, delimitei a quantidade de bens patrimoniais a serem pesquisados, pois, compreendi que não seria adequado trazer para a sala de aula tantos conteúdos de uma única vez, para serem trabalhados em um curto espaço de tempo. Assim, com uma quantidade menor de patrimônios culturais para serem pesquisados, conseguiria explorar ainda mais a riqueza da História e das características de cada manifestação encontradas no território. Dessa forma, construirei caminhos para a construção do recurso didático para o trabalho no primeiro ano, trazendo fotografias, ilustrações do patrimônio local, músicas relacionadas às manifestações da cultura popular, oficinas de criação de brinquedos tendo a cultura local e os patrimônios estudados como base para o trabalho docente sobre o patrimônio local e a história do território, além de danças e aulas de campo com as crianças.

Apresento a seguir os bens do patrimônio cultural material e imaterial do território, inventariados ao longo da pesquisa com a ajuda dos populares conhecidos durante esse período de residência como profissional do município de São Gonçalo do Amarante.

Imagem 12: Museu Casa de Quinca Moreira



Fonte: Historiador Roberto Moreira Chaves

O Museu Casa de Quinca Moreira é um Projeto idealizado e desenvolvido pelo Historiador e técnico em patrimônio Roberto Moreira Chaves, inaugurado em 2020. Está localizado na casa que já foi a antiga sede da fazenda Salgado dos Moreiras, que dá nome à comunidade. A casa, que foi edificada na década quarenta e construída em taipa; abrigava o proprietário e sua família, sendo visitada diariamente por pessoas que moravam próximos à

fazenda ou que passavam ali pela comunidade. Hoje, mais de oitenta anos após a edificação do prédio, possui em seu espaço um acervo de objetos, fotografias e itens que mantêm a memória da comunidade e a história da Fazenda Salgado dos Moreiras. Dispõe ainda de uma biblioteca, local para exposições e ambiente destinado para apresentações artísticas e um amplo e agradável espaço externo.

Conheci o Museu em visita realizada no dia primeiro de abril de 2024, quando me desloquei até a comunidade do Cágado para, de lá, seguir estrada até a comunidade Salgado dos Moreiras, onde está localizado. Devido a quadra invernos, o acesso à comunidade exige cuidados em decorrência do acúmulo de água e o desgaste nas estradas carroçais que ligam a cidade aos distritos do município, principalmente os que se localizam na zona rural.

Ao me receber no Museu, o Professor e Pesquisador Roberto Moreira explicou com detalhes todo o contexto em torno da História da comunidade, que tem na sua família a origem do povoado. Com o estabelecimento da fazenda pelo senhor Quinca Moreira, como era carinhosamente conhecido, a região passou a ser frequentemente visitada por diversas pessoas vindas de toda a região do Vale do Curu⁵³. Entre os visitantes estavam andarilhos, ciganos, comerciantes e pessoas influentes no ramo empresarial e na política local.

O desenvolvimento da comunidade de Salgado dos Moreiras passa, principalmente, pela doação de terras realizada pelo próprio Quinca Moreira e seus familiares após a sua morte. A construção de casas nas terras doadas pela família Moreira incentivou o povoamento local, possibilitando também mão de obra para os trabalhos realizados naquele contexto, além da doação de terras para a construção de prédios públicos como escolas e creches, contribuindo para o desenvolvimento humano e estrutural da comunidade.

Após o breve contexto sobre a comunidade e sua História, iniciei a visita guiada pelos espaços do Museu. A partir de então, pude constatar a realização de um trabalho minucioso no qual todos deveriam ter a oportunidade de conhecer, pois, conta de forma abrangente não a história de uma família, mas, de vários personagens reais que presenciaram e vivenciaram várias transformações políticas e sociais ao longo de décadas na região.

Conheci todas as exposições disponíveis no acervo do Museu e como dão sentido às características socioeconômicas das famílias ali presentes. O trabalho de curadoria e montagem dos acervos requereu um árduo trabalho de pesquisa e comunicação entre o professor

⁵³ Região litorânea do estado do Ceará abrange os municípios de Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, Tejuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama são os 12 municípios que formam o litoral oeste do estado, que conta com condições ideais para a prática de esportes de velejo. A macrorregião participa com 2,69% do PIB estadual e concentra 5,74% da população do Estado.

Roberto e a comunidade ao longo de vários anos para que pudesse iniciar o processo de estruturação e consolidação do equipamento museológico.

A partir do conhecimento sobre o museu e a visita realizada ao espaço, iniciei as pesquisas para saber a sua relação com a comunidade e como o contato era estabelecido. Constatei, por meio das conversas com o professor Roberto, que os moradores mais antigos conviveram bastante na casa de funcionamento da instituição, e que com o passar dos anos, após o espaço tornar-se um Museu, esses populares revisitaram o espaço para verificar os objetos que compõem o acervo museológico, doados pelas famílias da comunidade.

Um dos principais objetivos em conhecer o patrimônio museológico, era compreender e traçar estratégias de como poderia trazê-lo para o contexto da sala de aula, ou possibilitar a visita das crianças ao espaço, fazendo uma articulação entre o ensino de História, numa perspectiva local, com o patrimônio cultural do município, colocando em prática uma metodologia pautada na educação patrimonial por meio das práticas estabelecidas. Franco (2019, p. 38) enfatiza que:

[...] a educação patrimonial é um excelente meio para uma educação crítica, para que patrimônios culturais sejam objeto de aproximações sensíveis, com o objetivo de sensibilizar o indivíduo para a valorização destes bens que precisam ser preservados, amparados, apropriados pelos cidadãos que com eles convivem. Para tanto, conhecer os patrimônios, entender sua relevância para a identidade cultural do indivíduo e de sua comunidade, são pontos essenciais para a consolidação de uma postura crítica, consciente frente este rico universo que está próximo, mas que nem sempre é percebido.

A fala do autor justifica o nosso posicionamento quando menciono, ao longo do texto, que as crianças devem, antes de tudo, conhecer e reconhecer o que está ao seu redor, o que lhe é comum ao dia a dia e o que é popular, do povo, produzido pelas pessoas da comunidade com base nas tradições. É a partir do conhecimento local e do pleno “enraizamento” das informações sobre o contexto que posso falar da percepção da realidade e da História ligada aos processos sociais, ao possibilitar uma emancipação sobre sua própria História como sujeito pertencente àquele lugar.

Notadamente, como citado no capítulo anterior, há uma problemática estabelecida quando negado aos alunos e alunas conhecer de forma mais aprofundada a história do seu próprio lugar de origem. Aos poucos, as atividades têm se concentrado em alcançar metas e cumprir objetivos ligados somente ao letramento e o enumeramento em sala de aula.

Ao contactar a Escola da comunidade verifiquei, por meio de conversas com algumas professoras, a relação estabelecida entre a comunidade escolar e o Museu. Durante a visita para a realização da pesquisa de campo conheci as atividades da Escola de Ensino

Fundamental João Moreira Barroso⁵⁴ e o trabalho anual de valorização do Museu Casa de Quinca Moreira, por meio de projetos desenvolvidos na instituição escolar. Uma das atividades relatadas, que me chamou atenção, foi denominado de *Projeto Salgado dos Moreiras: histórias, vivências e experiências*, que tinha como objetivo enaltecer e valorizar a comunidade de Salgado dos Moreiras, sua história e a memória da comunidade por meio do seu patrimônio local.

O projeto é realizado anualmente como forma de estabelecer uma conexão maior entre os alunos e a comunidade. Antes da sua realização acontece um planejamento estruturado para que as etapas sejam realizadas, pois, não só professores e alunos participam da ação, mas envolvem também moradores da comunidade e outros espaços além da escola como, a casa de farinha. Há um cronograma a ser seguido durante o percurso de realização das ações, que tem ampla participação das crianças durante as aulas e o planejamento de cada etapa.

Segundo as professoras em entrevista realizada no dia 18 de março de 2024, a motivação dos alunos para a realização das atividades foi determinante para o sucesso do projeto. Ao saberem que abordariam sobre a história da própria comunidade, os alunos e alunas começaram espontaneamente a especular que temas seriam trabalhados nas pesquisas sobre a comunidade. Assim, uma das professoras informou que seguiram passo-a-passo que contemplou todas as etapas do projeto com relação a História local, articulando a participação de diversas pessoas que fazem a comunidade.

O desenvolvimento das ações deu-se por meio de abordagens iniciais durante as aulas de História na turma do terceiro ano do ensino fundamental. Teve como base os fatos ocorridos na comunidade, sobre populares, pessoas que fazem parte da história do lugar e o Museu Casa de Quinca Moreira, um dos mais importantes patrimônios culturais do município e lugar de memória daquela comunidade e de seu povo, sendo o ponto de partida para o desenvolvimento das ações, como relatou a professora Gorete (nome fictício):

A visita ao museu partiu da iniciativa de realizar o projeto Salgado dos Moreiras: Histórias, Vivências e Experiências, pois a história de Salgado dos Moreiras dar-se início justamente a partir da pessoa do seu Quinca Moreira nome pelo qual recebe o Museu. O museu foi o ponto de partida, foi o primeiro lugar de visitação para ali os meninos despertarem a curiosidade de conhecer um pouco da história da comunidade. A visita deles foi algo que os deixou curiosos, maravilhados, entusiasmados pelo projeto em si, porque eles se encontraram dentro daquela história, porque ali havia pessoas das famílias deles que os avós já haviam falado, pessoas que os pais haviam falado para eles, então foi aquele momento encantador. Fizeram muitas perguntas e

⁵⁴ Importante produtor rural no século XVIII e vereador do município de Paracuru – CE, era proprietário de terras na região do Vale do Curu. Pai de Quinca Moreira, o qual doou as terras para a construção da escola e outras edificações da comunidade de Salgado dos Moreiras.

tiraram dúvidas sobre os objetos, sobre a história da comunidade, sobre o local (Museu). Eles haviam sido instruídos que poderiam fazer isso (fazer perguntas), então eles anotaram tudo. (Gorete, 2024). Entrevista cedida ao autor em 18 de março de 2024.

Ao questioná-la sobre a participação dos populares no desenvolvimento das pesquisas realizadas pelas crianças, abordou:

As atividades foram se tornando cada dia mais prazerosas para eles, e o museu foi citado durante todo o percurso do projeto. Dentro do projeto havia uma construção de cordéis, um concurso de cordéis que relataram a história, e em quase todos os cordéis o museu era citado, porque realmente é a pura história da localidade de Salgado dos Moreiras. (Gorete, 2024). Entrevista cedida ao autor em 18 de março de 2024.

Ao final da conversa, já curiosos com todas as aquelas informações contadas com entusiasmo, questionei sobre os resultados obtidos com as ações realizadas pelas crianças com o auxílio de professores e toda a comunidade. A professora Lorena (nome fictício) detalhou como a culminância do projeto foi realizada:

Convidamos as famílias, foram convidados membros da secretaria de educação. Nós fomos ao museu e fizemos a culminância do projeto junto com os pais das crianças. Foram fazer a visita dentro do museu, e nesse dia as próprias crianças foram os guias, até porque eles já tinham até uma certa propriedade para falar mais um pouco dali, né? De uma coisa e outra ali, aí eles foram mostrando aos pais ou isso aqui né? Olha aqui que o senhor tinha falado, isso aqui serve para isso aqui. Veja aqui a rede do seu Quinca Moreira. Foi um momento muito lindo, eles cantaram para os visitantes e familiares, e recitaram o cordel ganhador, pois decidimos realizar um concurso sobre as produções. (Lorena, 2024). Entrevista cedida ao autor em 18 de março de 2024.

Observar tamanha força de vontade durante àquela visita/pesquisa de campo confundiu-se um pouco com a minha pesquisa, no sentido de dar significado a uma educação que, cada dia mais, se torna mecânica. Vejo que a escola e a comunidade como um todo são privilegiados por terem no “terreiro”⁵⁵ de casa um importante Patrimônio material do município de São Gonçalo do Amarante. Ao sair daquela comunidade me senti invejado, pois os alunos da sede não dispõem de tamanha riqueza histórica, por meio de um bem físico como Museus ou Memoriais. A preocupação e o entusiasmo acabaram se confundindo, por diversas vezes, ao longo do colhimento de informações por meio das fontes, principalmente, pela oportunidade de desenvolver um recurso didático que permita que crianças conheçam, de forma lúdica e didática, o patrimônio cultural material e imaterial, que fazem parte de sua História dentro de um mesmo território.

⁵⁵ A expressão é tradicionalmente citada ou expressada pela população de pequenos povoados nas zonas rurais dos sertões do Brasil quando se referem à faixa de terra que fica localizada à frente das casas.

Conhecer o patrimônio cultural é a oportunidade que os alunos e alunas têm de perceberem como aqueles símbolos, edificações e práticas se relacionam com suas próprias histórias, enquanto cidadãos, e com a história de suas famílias, permitindo, assim, um espaço de compreensão sobre a comunidade, os percursos ao longo do tempo, e principalmente a manutenção da memória. Por ser tão importante para a história da zona rural do município, decidi trazer o Museu Casa de Quinca Moreira para compor o mapeamento e o inventário da pesquisa.

Imagem 13: Igreja de Nossa Senhora da Soledade



Fonte: SGA Notícias

A Igreja de Nossa Senhora da Soledade é um dos principais patrimônios culturais do município de São Gonçalo do Amarante. Tive a oportunidade de conhecê-la ainda no ano de 2021, quando na ocasião participei da programação cultural do projeto Flor do Campo⁵⁶ que era lançado naquele período na comunidade do Siupé e, uma grande quantidade de populares, acompanhando a programação do evento, que contava com apresentações artísticas de música e dança realizadas por artistas locais.

Um dos fatos que mais chamou atenção, durante a pesquisa sobre a Igreja da comunidade do Siupé, é que o templo religioso é o único prédio em todo o território do município. Não encontrei registros de tombamento da Igreja no IPHAN. A edificação é tombada e protegida pelo governo do estado do Ceará, por meio de lei estadual de preservação e

⁵⁶ Projeto realizado pela prefeitura municipal de São Gonçalo do Amarante com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a produção do artesanato local por meio de apoio às mulheres artesãs de todo o território do município.

conservação do patrimônio, constando na relação estadual de bens tombados por meio do Decreto nº 21.308, de 13 de março de 1991, amparado pela Lei nº 9.109, de 30 de julho de 1968. A lei traz em sua estrutura o relato da investigação sobre a origem da edificação:

A Igreja Nossa Senhora da Soledade situada do distrito de Siupé, município de São Gonçalo do Amarante, litoral oeste do estado, em terreno de aproximadamente 8.000m², domina o centro da grande praça, ao redor da qual foram edificadas pequenas casas, característica das antigas vilas missionárias – missões religiosas ocorridas no Brasil. Frente à entrada do templo, foi localizada a base do cruzeiro, que hoje se conserva com suas características originais. O resultado da análise arquitetônica leva a crer que a edificação da igreja obedeceu a duas etapas construtivas em diferentes períodos. A primeira composta originalmente pela nave e capela-mor e a segunda corresponde à construção da sacristia, à direita da capela-mor. A fachada principal desprovida de elementos decorativos, com uma concepção simples, marcada pelo frontão reto é encimada por base com cruz. Coroando os extremos das grandes pilastras laterais, encontram-se dois pináculos com características do século XVIII. Simetricamente ao eixo da fachada, tem a porta ladeada, na altura do coro, por duas janelas, ao centro das quais, mais acima, abriu-se um pequeno óculo. (Ceará, 2013).

A Igreja tem sido amplamente festejada ao longo das últimas décadas devido o apreço da comunidade pela sua representatividade religiosa e as memórias edificadas ao longo do tempo. A realização dos sacramentos católicos como, casamentos, batismos e eucaristias acontecem cotidianamente no templo, que além da população da própria comunidade tem atendido pessoas de locais próximos, e também da sede do município, que escolhem a Igreja como local para a consagração dos sacramentos do catolicismo.

Os festejos anuais da padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Soledade, acontecem no mês de setembro. Durante 10 dias acontecem as novenas que são bastante apreciadas por pessoas vindas de diversos locais do município, as quais querem participar dos momentos religiosos e das quermesses que são realizadas após as novenas, apreciando a culinária local e o artesanato produzido na região.

As movimentações no entorno do templo são intensificadas durante a festa popular do trabalhador realizada anualmente pela administração municipal no dia primeiro de maio, na praça da comunidade. A Igreja é circundada de uma imensa estrutura de barracas, palcos e itens decorativos tornando-se um cenário belo e aconchegante para as pessoas que vem de diversos municípios vizinhos.

A arquitetura simples de sua estrutura é imensamente convidativa e confortante aos olhos de quem passa ao lado da praça, na qual a edificação foi construída. Para quem já teve a oportunidade de adentrar ao seu espaço, ou até mesmo os seus arredores, em qualquer oportunidade que seja, sente na pele o conforto que o ambiente proporciona, além de nos

remeter à imaginação de como seria a rotina da pequena vila nos primórdios de sua construção, levando a pensar como seriam as relações instituídas à época e o processo de povoamento naquele.

Ao tempo das primeiras penetrações no território cearense, as terras onde hoje se localiza o município de São Gonçalo do Amarante eram habitadas por índios de várias nações, principalmente anacés – origem de Anacetaba – primeiro nome de São Gonçalo. As investidas do português visando o povoamento da região tiveram início com a concessão das primeiras Sesmarias na década de 1680, onde surgiram alguns núcleos populacionais, como São Gonçalo e Siupé. Acredita-se que a construção da igreja de Siupé tenha se dado entre 1730 e 1737, nas terras doadas ao Sargento-mor Antônio Marques Leito, pois a partir de 1737 foram encontradas referências a atos litúrgicos como batizados, casamentos, enterros nos livros de assentamento daquela igreja. Em 1741, o Sargento-mor e sua mulher Apolônia da Costa fizeram o encapelamento e o aumento do patrimônio da igreja, em cumprimento ao que determinava a Carta Régia de 12 de novembro de 1710 (Ceará, 2013).

A história de São Gonçalo do Amarante tem início no pequeno povoado e com certeza nos dá dimensão da importância histórica da comunidade. Trazer a Igreja de Nossa Senhora da Soledade como Patrimônio material para a pesquisa nos possibilita dar grandeza à pesquisa em torno de sua História e a comunidade, abrindo um leque de possibilidades para um trabalho estruturado com as crianças em sala de aula, aproximando o público discente do Patrimônio local, por meio de uma metodologia construída ao longo de momentos significativos, como aulas de campo, análise de fotografias, pintura, desenho e rodas de conversa.

Assim como o Museu Casa de Quinca Moreira, a Igreja de Nossa Senhora da Soledade viabiliza a realização de atividades voltadas para a perspectiva de manutenção da preservação do patrimônio local. O estreitamento da relação entre as crianças e o Patrimônio ao seu redor ainda nos primeiros anos da vida escolar amplia o campo de conhecimentos para uma manutenção das memórias da comunidade e a formação de sua identidade, pois “o patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante” (Brasil, 2016, p. 08).

Imagem 14: Grupo de Coco de Praia Pequena Aldeia – Praia da Taíba



Fonte: Instagram do Grupo de Coco de Praia Pequena Aldeia

O grupo de Coco de Praia Pequena Aldeia é um grupo novo, com cerca de sete anos de atuação na comunidade. No entanto, sua História recente perpassa pela vida e a força de vontade da matriarca do grupo, a senhora Lúcia e sua filha Ingrid, que fundaram o grupo em meados de 2017, com o incentivo do centenário Coco de Praia, do distrito de Pecém, e seus mestres que mantêm a tradição popular da dança desde o início do século XX.

Como Dona Lúcia ainda se dirigia ao distrito do Pecém para participar das rodas de coco, Ingrid, sua filha, questionou a mãe: por que não fundamos um grupo de Coco de Praia aqui na Taíba com a ajuda dos Mestres do Coco do Pecém? A partir da ideia, houve as primeiras tratativas para dar início ao projeto de fundação do grupo e as oficinas de sapateado e de musicalidade com foco na embolada que dá ritmo à dança. Durante entrevista realizada com Ingrid, no dia 23 de dezembro de 2024, indaguei sobre o início desse processo de formação do grupo, e ela fala com propriedade sobre esse momento:

No início a gente só precisava de um incentivo. Começou eu e minha mãe, meus dois filhos, meu marido e minha bebê Nicole. A gente colocava as coisas na bicicleta e se mandava para a praça da Taíba. Do caminho até a praça a gente só escutava o povo falando: “olhe onde lá vai os doidos”. Mesmo com as críticas e as piadas a gente continuou. No início a mãe trazia o Mestre Assis e o Mestre Miranda lá do Pecém, junto com o pessoal do Coco de lá e eles começaram a nos ensinar. Eu já conhecia um pouco porque a mãe já ensinava pra gente quando éramos pequenos e em pouco tempo nós desenvolvemos o nosso grupo. Foram chegando crianças e adultos para participarem do nosso Coco. (Ingrid, 2024). Entrevista cedida ao autor em 23 de dezembro de 2024.

A dinâmica do trabalho realizado pelo grupo com compromisso e seriedade rendeu bons frutos, logo no segundo ano de atividade do Coco de Praia. A convite do Senhor Paulo

Leitão, um dos principais articuladores e organizadores do Projeto Sesc Povos do Mar⁵⁷, o grupo teve a oportunidade de vivenciar, durante alguns dias, um dos eventos mais importantes do estado para a valorização da arte e da cultura popular dos povos tradicionais do litoral cearense. Ingrid relata que foram dias de muito aprendizado e troca de experiências com outros cocos do estado do Ceará.

Um dos fatos que chamaram atenção durante a pesquisa sobre o Coco de Praia da Taíba, é que suas características se diferem bastante do Coco de Praia do Pecém. Ingrid explica que esses incrementos dão maior versatilidade e variedade à estrutura do Coco, como por exemplo, o sapateado e a rasteira. No caso do sapateado, ela comenta que desde o início das atividades eles aperfeiçoaram com os estudos realizados ao longo dos anos. Já quando se fala da rasteira, aborda que no início das atividades do Coco do Pecém, existia a rasteira, a mesma executada na capoeira, mas que devido o envelhecimento dos componentes do grupo do Pecém e um maior comprometimento da parte física dos membros, foram retirando o passo ao longo do tempo. Outra questão importante levantada foi sobre as músicas, em que todas as músicas utilizadas são autorais, escritas pela sua mãe (Mestra Lúcia) e por ela mesma, além de incluir o cordel entre as levadas de sapateado.

A construção coletiva da estrutura do Coco da Taíba é um tempero especial para a caracterização e a identidade do grupo, principalmente por agregarem vários elementos que dão uma roupagem diferente à prática, baseada na coletividade, no conhecimento e nas habilidades de cada um ou cada uma. Por ser o Coco uma prática cultural e popular natural do litoral, inqueri Ingrid sobre como a Dança do Coco tem chegado à escola da comunidade e escolas de outras regiões do município, ou se eles, enquanto grupo e cultura viva, tem esse acesso para demonstrar a cultura local nos ambientes escolares:

O nosso acesso à escola é através da professora do terceiro ano, a Dani, ela não está aqui hoje, mas ela tem sido fundamental quando queremos desenvolver alguma atividade no ambiente escolar, na sala de aula. Ela chegou para o grupo e disse “vamos lá, vamos juntos”. Colaborou muito no nosso livro. Ela faz tudo, ela participa, incentiva, mas não pôde estar aqui hoje (no encerramento/confraternização) porque ela já viajou para as festividades de

⁵⁷ De ponta a ponta do litoral cearense, a Rede Sesc Povos do Mar encontra tradições, culinárias, danças, cantos, artesanato, desde a margem oeste, em Chaval, até o extremo leste, em Icapuí, convidando as comunidades praianas de 24 municípios a participar do importante projeto de socialização de práticas e saberes. Realizado há uma década, a rede passou a abranger também as serras e sertões. Ao visitar as famílias nas localidades e identificar o repertório de cada grupo, o Sesc reconhece a relevância da sabedoria popular. Neste projeto, realizado desde 2010, sempre com a coparticipação das comunidades convidadas, a instituição defende o potencial socioeducativo do convívio entre pessoas de diversas origens. Povos do Mar reconhece, valoriza e difunde práticas comunitárias de associativismo, assim como as relações colaborativas e de reciprocidade entre as pessoas, coletivos e comunidades, evidenciando as relações de afetividade, de circunvizinhança, fortalecimento de processos identitários e identificação de memórias. O Povos do Mar é realizado pelo Sesc, instituição do Sistema Fecomércio, criado e mantido pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo do Estado do Ceará.

final de ano. Foi Dani que deu essa entrada para gente aqui na escola. Quando a gente chega na instituição por uma Professora, é muito importante, para que os demais conheçam de forma mais aprofundada a cultura local aqui da Taíba. Ainda que essa entrada na escola seja de forma esporádica, ficamos muito felizes em estar lá sempre que possível. (Ingrid, 2024). Entrevista cedida ao autor em 23 de dezembro de 2024.

A fala de Ingrid vem ao encontro do meu discurso, quando me deparo com uma estrutura de ensino que limita a realização de outras atividades no âmbito da escola. Ao longo do período letivo há pouco espaço de tempo para a realização de atividades que estão fora do currículo regular da escola. No entanto, ao longo do ano sempre há a realização de atividades de caráter artístico e cultural, como projetos que falam sobre a cultura local, mas que se restringem apenas àquele período do ano, não havendo uma sistematização das atividades sobre a arte do próprio território ao longo dos 200 dias letivos.

Apesar de não haver tantas atividades ligadas à escola, o grupo de Coco de Praia participa regularmente de várias atividades e eventos ligados à cultura de povos do Mar. Questionei Ingrid sobre qual o último evento em que o grupo teve a oportunidade de participar e poder trocar experiências e vivências com outros grupos, artistas de outras culturas do litoral cearense e ela nos responde sobre a última participação do grupo:

Recentemente a gente fez uma participação no Festival Samburá de Cinema e Cultura do Mar. Essa participação foi junto com a Cris, que trabalha com plantas, ela trabalha também com a permacultura. Durante o evento e as atividades formativas a gente fez as Bombinhas de semente para distribuir e ela deu a ideia de a gente pisar o barro cantando um pouco. Não é pisar o Barro cantando por cantar, essa atividade se remete aos povos antigos que enquanto pisavam o barro para fazer as mudas de plantas, cantavam as cantigas que seus pais e avós ensinavam. Têm sido muito bom participar de todos esses eventos de valorização da cultura do povo litorâneo tradicional. (Ingrid, 2024). Entrevista cedida ao autor em 23 de dezembro de 2024.

Ao conhecer a realidade do grupo de coco da Taíba, me questiono como pode não haver um apoio maciço e valorização adequada por meios dos órgãos competentes à uma prática tão saudável e bonita. Uma das informações mais impactantes que obtive durante as pesquisas sobre o grupo foi a retirada das atividades sociais do coco, de dentro da associação comunitária, onde desenvolviam atividades como o artesanato, biblioteca comunitária, cinema e oficinas ligadas à dança do coco, o que chama ainda mais atenção para um processo de desvalorização das práticas culturais do território.

Segundo relatou Ingrid, não houve justificativa para a retirada do grupo e suas atividades da sede da associação comunitária. Numa outra fala, aborda que sempre escutam de pessoas frases preconceituosas em relação a prática do Coco de Praia, como por exemplo “A macumba

já vai começar”, ou pessoas que se benzem com sinal da cruz quando presenciam a realização da atividade na praia.

Ao final da nossa experiência em conhecer o grupo e como eles têm desenvolvido o projeto de formação e manutenção das suas atividades, me disponibilizei a colaborar com as atividades do grupo, seja para divulgar as ações, participar das rodas de coco na parte musical, ministrando oficinas de caráter artístico e, principalmente, levando o grupo e sua história para dentro da sala de aula.

Imagem 15: Grupo Folclórico - São Gonçalo do Amarante



Fonte: Fotógrafo Patrick de Sousa

A Dança batizada com o nome do município é, sem dúvidas, a principal referência de arte e cultura popular para a população local. Ao iniciar, mesmo que de forma tímida, o mapeamento do território identifiquei a referida dança como um dos bens do Patrimônio imaterial de São Gonçalo do Amarante, o qual tem se destacado ao longo das últimas décadas como um potencial da arte local.

Em entrevista realizada no dia 07 de dezembro de 2024, Edão comenta que as apresentações culturais da dança de São Gonçalo acontecem periodicamente. O grupo tem participado de eventos culturais do calendário municipal, momentos festivos e religiosos. No entanto, a maior ocorrência de apresentações concentra-se na festa do Padroeiro, em meados de novembro e na semana de comemorações alusivas à emancipação política do município, na semana que compreende o dia 27 de novembro, data de aniversário da emancipação política de São Gonçalo do Amarante.

Ao conhecer de perto a prática artística, chamou atenção o fato de sua estrutura ritualísticas ser bem diferente das danças de São Gonçalo, realizadas na zona rural da Região dos Inhamuns, onde acompanho, de forma frequente, as atividades culturais, artísticas e religiosas. A dança realizada em São Gonçalo do Amarante tem como principal objetivo mostrar a tradição da dança como uma prática de origem popular, como apresentação artística e de entretenimento, enquanto as danças conhecidas no Sertão dos Inhamuns não se caracterizam como uma apresentação artística, mas, puramente como uma tradição religiosa. Embora haja certa diferença na caracterização e nas práticas, ambas têm em comum o fato de serem manifestações de origem popular e reconhecidas como Patrimônio Cultural imaterial.

A principal referência da dança, no município, é o professor de danças populares e folclóricas, Edson Gonçalves de Souza⁵⁸, conhecido carinhosamente pela população como “Edão”, apelido que recebeu ainda jovem devido sua determinação, compromisso, seriedade e entusiasmo na realização de atividades artísticas com foco na pesquisa sobre danças do contexto cultural brasileiro, ganhando notoriedade em toda a região do Vale do Curu, tendo a oportunidade de participar de vários festivais no estado do Ceará e programa de televisão.

Durante a longa e valorosa conversa com “Edão”, na entrevista realizada, o mesmo deixa claro a sua preocupação em relação a continuidade da prática cultural, em São Gonçalo do Amarante, por dois motivos: o primeiro está relacionado à falta de apoio institucional sobre a prática, já que os recursos que ganha como técnico da Secretaria de Cultura dão base para o seu sustento. Ao falar sobre dificuldades financeiras para manter a atividade, ele relata:

A minha história é interessante porque na época eu não ganhava nada. Eu fazia o que eu gostava em um projeto de cultura popular. Todo mundo me ajudava, as mulheres, as mães, me ajudavam com feiras, até a dona Miriam, que era coordenadora do projeto na época, pedia ajuda para que as pessoas me dessem feira como pagamento pelo meu trabalho, mas não pagavam em dinheiro. Então eu nunca tinha dinheiro por fazer esse trabalho, me davam sempre alimentos. Nós éramos muito humildes, o que eu ganhava de dinheiro, era ajudando na marcenaria. Eu não ganhava nenhum dinheiro pela atividade. Depois eu fui ser monitor, mas eu não tinha muita formação, quer dizer, eu não tenho formação. A minha formação era somente o conhecimento que eu tinha sobre as danças populares. Eu não dava aula numa sala normal, era para um grupo de pessoas específicos na escola, como oficinas de cultura popular. (Edão, 2024). Entrevista cedida ao autor em 07 de dezembro de 2024.

O segundo ponto diz respeito ao que ele chama de “esquecimento sobre a dança”, pois não há uma divulgação sistemática sobre as atividades, ou apresentações constantes,

⁵⁸ Nascido em São Gonçalo do Amarante, Edson é marceneiro de origem. Aprendeu a profissão com o pai ainda na adolescência e dedicou-se ao trabalho durante toda a vida. Iniciou a carreira artística como membro do Grupo Folclórico de danças populares no final da década de 1980, sendo um dos últimos remanescentes do grupo em São Gonçalo do Amarante.

devido às necessidades logísticas para a realização do trabalho como transporte, figurinos ou cachês. Assim, as apresentações acontecem de forma esporádica, o que não tem dado visibilidade para que outras pessoas tenham o interesse de conhecer melhor ou fazer parte do grupo. A maior preocupação demonstrada em sua fala está relacionada com a dificuldade de acesso às escolas para realizar trabalhos, ou demonstrações da dança, ou até mesmo realizar oficinas de conhecimento popular das crianças sobre a atividade cultural realizada.

Ao abordar sobre o espaço destinado na escola para a realização da atividade formativa (oficina), sobre a dança de São Gonçalo e o público para a realização da ação, abre margem para reflexões. Qual o lugar do ensino sobre Cultura Popular na Escola? Se observar pelo viés do entretenimento, as artes e a cultura popular sempre foram reduzidas à momentos de culminâncias ou eventos culturais na escola. Conhecer a origem das manifestações, os povos que deram origem, e as tradições que deram forma e vida à tais manifestações sempre permaneceram apagadas ou ocultas no ambiente escolar.

A gente tava correndo atrás, indo nas escolas, tentando conversar com os diretores e as diretoras, solicitando um espaço para passar para nossas crianças a cultura da dança de São Gonçalo. Mas infelizmente não tivemos um retorno positivo, não foi possível que disponibilizassem esse tempo para o desenvolvimento das oficinas. Eu até agradeço ao Talvanes, que sempre esteve comigo nessa luta, a gente saía a pé de escola em escola, perguntando se havia a possibilidade de desenvolver esse trabalho. (Edão, 2024). Entrevista concedida ao autor em 07 de dezembro de 2024.

Como abordado no capítulo anterior, aos poucos percebe-se o quanto a escola tem limitado a realização de atividades do campo das artes ou da cultura popular. Trazer essa fala do artista para o texto, me exime da responsabilidade de criticar individualmente um ambiente que deveria ser diversificado nas formas de aprender e ensinar. Pois pode aparentar ao longo do texto que a atual situação vivenciada na realidade das escolas, pode ser exclusivamente uma queixa minha, ou tão pouco e unicamente, a realidade da escola em que desenvolvo trabalho educacional.

Um dos temas que mais chamou atenção durante a conversa, foi quando o artista aborda sobre a falta de apoio institucional do órgão de cultura do município. Havia por parte do mesmo uma grande expectativa quanto à possibilidade de apoio do setor às práticas de cultura popular no município. Sobre essa situação o artista comenta:

Eu fiquei um pouco triste, porque eu pensei que nessa gestão que está aí agora, a gente fosse melhorar, que ia ser melhor para nós das artes. Eu estava muito ansioso porque a gente correu atrás para que esse sonho se realizasse, e nós pudéssemos fazer o que a gente sabe fazer, que é repassar para as pessoas a nossa cultura, a nossa dança de São Gonçalo. Mas quando a gente chega na secretaria, era para fazer a função que eu estou hoje (ligado à parte técnica de eventos da prefeitura). Como a gente precisa do emprego, a gente se dispõe a

fazer tudo que é necessário. (Edão, 2024). Entrevista concedida ao autor em 07 de dezembro de 2024.

A necessidade de sustento e sobrevivência por meio do trabalho como técnico na Secretaria de Cultura, faz com que Edson limite-se à montador de barracas e tablados para eventos de diversas naturezas. Vez por outra como brincante da tradicional dança de São Gonçalo, atividade que ele tanto defende sua divulgação e valorização por todo o território do município.

Como não tem conhecimento técnico sobre informática e formação para o desenvolvimento de projetos teóricos, para captação de recursos, por meio da política de editais, o Mestre dá continuidade às atividades por meio de doações para a confecção de figurinos ou quando é contemplado por meio de editais à níveis de município, como os da Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo.

Imagem 16: Mestre Antônio - Grupo de Reisado dos Espinhos - Boi do Sertão



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

De boa prosa, humildade e simpatia, Mestre Antônio me recebeu para a entrevista realizada no dia 21 de dezembro de 2024, em sua residência, na pequena comunidade de Espinhos, no distrito do Cágado, zona rural do município de São Gonçalo do Amarante. Apesar de sua filha ter comunicado semanas antes da nossa visita, ainda não havia compreendido qual o real objetivo da minha visita à sua residência. Ao chegar fui recebido ainda no terreiro de sua

casa, com um aperto de mão e uma boa risada. Aproveitei a chegada para presentear-lo com uma miniatura de um Boi de Reisado, ficando ele muito agradecido com o simples presente recebido.

Diante da preocupação com o anoitecer e não conhecer bem a estrada, logo iniciei a conversa sobre o Reisado do Boi do Sertão. De pronto, seu Antônio quis saber de onde vinha e qual o objetivo real da pesquisa, parecendo meio desconfiado com o objetivo final das informações coletadas. Expliquei que pertencia a Universidade Federal do Ceará, e com o resultado da pesquisa poderia trabalhar o Reisado e sua História em sala de aula, abordando sua importância para a cultura local e a valorização do Reisado e de outras práticas artísticas e culturais.

Iniciei a conversa com Mestre Antônio argumentando sobre a história do Reisado do Boi do Sertão, quando começou, quais suas principais características, a composição e como eles tem enfrentado os desafios para a continuidade das atividades do Reisado, ano após ano, cientes das dificuldades enfrentadas por todos os grupos de cultura popular.

Esse ano completa dez anos que a gente brinca Reisado aqui nos espinhos. O primeiro ano que a gente brincou foi em 2014. Eu brinco reisado desde quando era menino, participava de toda brincadeira de Reis que tinha na região, já era conhecido, então chamavam e eu ia para todos os que conhecia. Fazia a burra, o boi, a ema e depois eu comecei a fazer os Caretas. Aí passei todos esses anos sem fazer, só vim começar meu próprio Reisado em 2014. O nome do nosso Reisado é Reisado dos Espinhos – Boi do Sertão. É um Reisado que tem muitos bichos, tem o boi, a burra, o bode, a ema e um que quase ninguém tem, o Cavalo. (Mestre João, 2024). Entrevista concedida ao autor em 21 de dezembro de 2024.

Quando soube da existência do Reisado, do Mestre Antônio, e o pouco tempo de atividade de seu grupo, fiquei curioso em conhecer como ele era estruturado, conhecendo as vestimentas, os adereços, a caracterização dos bichos e o rito utilizado durante a “brincadeira”. A prática desenvolvida por Antônio e sua família no Reisado é muito autêntica e possui características que chamam de “artesanais”, quando não há intercâmbios com outros grupos que gerem um processo de “afinação” da prática, ampliando a estética dos personagens e adereços utilizados na prática artística. O trabalho realizado é autêntico e mostra a forma simples e tradicional de se brincar Reisado.

Durante a entrevista, perguntei ao Mestre Antônio se ele, e o grupo, já haviam tido alguma experiência fora do município, em eventos, seminários ou festivais. Relatou que já participou de vários eventos organizados pelo Serviço Social do Comércio – SESC⁵⁹, em

59 O Sesc, ou Serviço Social do Comércio, é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que atua em todo o Brasil. O Sesc foi criado em 1946 por empresários do comércio, serviços e turismo. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, seus familiares e da população em geral. Para isso, oferece serviços e projetos nas áreas de: Educação, Saúde, Cultura, Lazer, Assistência. Atua em todo o país, com unidades fixas e

Fortaleza e algumas cidades do Cariri cearense. Relata que são experiências maravilhosas e que permitem divulgar a sua “brincadeira”, como ele sempre fala.

Perguntei se Mestre Antônio conhecia outros mestres e mestras do Reisado e da Cultura Popular diante das vivências e experiências em eventos que o grupo participou. Ele recorda que conheceu “muita gente” de Reisado de grupos espalhados pelo estado, mas que não recorda seus nomes. Relata ainda que tem grande proximidade e uma excelente relação com o Mestre Antônio Lopez do Reisado Pombo Roxo, do distrito de Croatá, em São Gonçalo do Amarante. Acrescenta ainda que é comum o Mestre Antônio participar das festividades de Reis nos espinhos, assim como Mestre João também comparece às festas de Reis, no distrito de Croatá.

Apesar de no município haver pessoas com uma longa história de criação, atuação e desenvolvimento da Cultura Popular, São Gonçalo do Amarante ainda não possui nenhum de seus Mestres reconhecidos como *Mestres da Cultura ou Tesouros Vivos da Cultura Popular do Estado do Ceará*. A lei dos Mestres da Cultura reconhece há mais de duas décadas o valoroso trabalho de manutenção das atividades populares em diversas categorias do fazer artístico e cultural popular em todo o território cearense. Enquanto a Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003, reconhece os *Mestres da Cultura*, a Lei nº 13.842, de 27 de novembro de 2006, reconhece como “*Tesouros Vivos da Cultura* as pessoas naturais, os grupos e as coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de atividades culturais cuja produção, preservação e transmissão” (Ceará, 2006) sejam reconhecidas como práticas de imenso valor da cultura popular cearense.

Até o momento, cerca de 131 Mestres e Mestras da cultura foram reconhecidos pela lei estadual, sendo que na região do Vale do Curu, onde está localizado o município de São Gonçalo do Amarante, apenas os municípios de Paracuru, São Luís do Curu e Trairí possuem Mestres reconhecidos. Dos Mestres locais, apenas a Mestra Lúcia do Coco de Praia conhece a lei, inclusive participando na última edição como uma das concorrentes ao título, ficando na lista de classificáveis. Já o Mestre Antônio Carneiro, informou na entrevista concedida, não saber sobre as leis, desconhecendo-as.

móveis. As unidades móveis circulam pelo país, levando serviços de saúde, cultura e lazer para periferias e municípios do interior.

Tabela 1: Lista dos Mestres da Cultura “Tesouros vivos” do Vale do Curu

Mestre (a)	Segmento	Município	Ano
Mestra Dona Edite	Artesanato	São Luís do Curu	2005
Mestre Moises	Dança do Coco	Trairí	2007
Mestra Mariinha da Ló	Pastoril	Paracuru	2008
Mestra Dona Raimundinha	Artesanato de Renda	Trairí	2012
Mestre Chico Bento Calungueiro	Criação de Bonecos	Trairí	2018

Fonte: Anuário do Ceará – Edição 2025

Durante a entrevista abordei sobre como o grupo era constituído para a realização do Reisado, quem eram as pessoas e como se organizavam para a realização da atividade. Mestre Antônio explica que a cada ano há mudanças na composição do grupo, e que nem sempre são as mesmas pessoas, sempre que se aproxima a data das festividades, ele convida diferentes pessoas que já participaram ao longo dos anos para comporem novamente o grupo, e acrescenta que em alguns anos, algumas pessoas não podem participar, pois, já estão comprometidas com outras atividades naquele período.

O nosso Reisado é de Caretas, eu só aceito na brincadeira um grupo de dez pessoas, porque cada uma vai fazendo um personagem diferente, e os outros são os caretas que fazem toda a brincadeira junto com os bichos. Todos os anos a gente se organiza para começar a enfeitar os bichos pro dia de Santos Reis, trocando todas as saias dos bichos e reformando as cabeças que ficam desgastadas com as brincadeiras. (Mestre João, 2024). Entrevista concedida ao autor em 21 de dezembro de 2024.

Após a fala de Antônio sobre a composição do grupo, pergunto ainda como funciona a parte musical do Reisado e a composição do grupo que realiza a harmonia da atividade, se as pessoas que tocam são ali da comunidade ou de localidades vizinhas e se cobram algum valor financeiro para tocarem no dia do Reisado.

Não senhor, quando a gente vai colocar o Reisado pra dançar, todos os anos eu contrato um sanfoneiro que vem de Fortaleza com seus tocadores pra vir tocar no nosso Reisado, tocar o Baião pros Caretas dançarem. A gente nunca teve um rabequeiro pra tocar aqui na nossa brincadeira. Aqui pela região a gente nunca soube quem toca rabeça. Sempre que a gente faz é ao som da sanfona desse rapaz. Quando termina a tocada, eu já deixo certo a do ano que vem, a gente já marca a data. (Mestre João, 2024). Entrevista concedida ao autor em 21 de dezembro de 2024.

O fato do Reisado do Mestre Antônio não possuir a Rabeca, como o instrumento melódico que comanda a “brincadeira”, me chamou bastante atenção no início da conversa. O Acordeão ou Sanfona é o instrumento que dá base para todo rito do Reisado dos Espinhos,

desde o momento em que é “feita a sala” para os convidados até o momento da festa, após a manifestação popular. O entrosamento entre João e o Sanfoneiro denuncia a parceira que já dura alguns anos.

Questionei Antônio se ele não tinha o desejo de, em algum momento, realizar suas apresentações ao som de uma Rabeca, de pronto concedeu resposta afirmativa, mas justificou que não conhece ninguém na região que toque o instrumento, que é um patrimônio do Nordeste brasileiro. Sobre a origem da Rabeca, Carvalho e Sousa (2018, p.13) afirmam que:

[...] é controversa. Teria sido criada, segundo alguns, na Pérsia, com o nome de *kamancheh*. Para outros, a origem é árabe e daí ter vindo como legado mouro na Península Ibérica. Este instrumento de cordas, com a mesma afinação do violino, chegou ao Brasil com o colonizador europeu, o que está longe de desmerecer a herança indígena e a contribuição dos contingentes africanos para a riqueza e a diversidade da cultura brasileira.

O instrumento caiu como uma luva no colo do povo nordestino, e, as vezes, dá impressão que as manifestações populares foram criadas com base no seu som agudo, que dá vida e harmoniza os ritos de várias manifestações da Cultura Popular, como: o Reisado e o Cavalo Marinho, manifestação típica da Zona da Mata pernambucana.

Os rabequeiros autodidatas, os que sempre nos interessaram, falam em dom, palavra do discurso religioso, e colocam Deus como quem deu o aval para que eles tocassem. Muitos improvisaram os primeiros instrumentos. Alguns viram pais, irmãos, parentes ou vizinhos tocarem, mas dizem nunca terem tido mestres, como se olhar e observar não fossem formas eficazes de aprendizagem. Esses rabequeiros da tradição não tiveram professores e não parecem angustiados por não deixarem sucessores. A dinâmica da cultura se encarrega de atualizar as tradições e até mesmo de apagar manifestações que perderam o sentido para determinadas comunidades. Os velhos rabequeiros insistem na importância da afinação. Quase todos aprenderam a tocar porque afinaram as quatro cordas, num exercício de bom ouvido, destreza manual e paciência.

Assim como outros importantes Mestres de manifestações da Arte e da Cultura Popular, os rabequeiros também são reconhecidos no Ceará pela atividade e habilidade de tocar e manusear o instrumento. No entanto, aquele que talha e esculpe o instrumento é também reconhecido como *Tesouro vivo e Mestre da nossa Cultura*, denominado Luthier. Abaixo apresento os rabequeiros reconhecidos como Mestres.

Tabela 2: Lista dos Mestres rabequeiros do estado do Ceará

Mestre (a)	Segmento	Município	Ano
Mestre Antônio Hortensio (Falecido)	Rabequeiro	Varjota	2005
Mestra Ana da Rabeca	Rabequeira	Umari	2022

Fonte: Anuário do Ceará – Edição 2025

Tabela 3: Lista dos Mestres Luthiers do estado do Ceará

Mestre (a)	Segmento	Município	Ano
Mestre Antônio Pinto	Luthier	Aurora	2006
Mestre Vino (Falecido)	Luthier	Irauçuba	2007
Mestre Aécio de Zaira	Luthier	Crato	2019
Mestre Gil Chagas	Luthier	Aurora	2019

Fonte: Anuário do Ceará - Edição 2025

No relatório apresentado pela SECULT, disponível em seu *site*, não constam os Mestres já falecidos. A quantidade de rabequeiros(as) Mestres(as) é um número bem reduzido se comparado ao número de rabequeiros identificados na primeira década do ano 2000. Para que pudesse localizar tanto os luthiers, como os rabequeiros, mesmo que tenham falecido, busquei essas informações no Anuário do Ceará, edição 2024-2025.

A participação de rabequeiros em reisados tem sido imensamente valorizada, tanto pelos brincantes de reisado quanto pelas pessoas que apreciam a manifestação popular por todo o território cearense. Ao comentar sobre os rabequeiros com o Mestre Antônio em alguns momentos da entrevista, disse-lhe que iria realizar contatos com amigos e parceiros para viabilizar a presença de um rabequeiro no ciclo natalino do ano de 2025 para 2026.

O engajamento da família do Mestre Antônio tem possibilitado a continuidade da tradição do Reisado na comunidade. Enquanto as mulheres (esposa, filhas e noras) ajudam na manutenção dos bichos e das roupas, na confecção das máscaras ou “mascaras” como falam tradicionalmente, e na preparação das comidas servidas aos convidados no dia da festa. Além das pessoas mencionadas acima, Antônio ainda conta com a participação de um dos filhos que participa do Reisado dançando no boi, desde o início da prática pela família. Já o Mestre Antônio, além de ser o líder do Reisado, ainda atua como careta e é o principal cantador das músicas, que dão sustentação para a prática, aos 67 anos de idade.

Conhecer a História do Reisado Boi do Sertão me fez perceber ainda mais a dificuldade de manter as tradições populares vivas, principalmente quando falo de lugares mais

distantes dos centros urbanos ou quando o apoio às práticas demora chegar. Estou falando de um grupo de pessoas humildes, de agricultores que relatam não ter nenhum tipo de conhecimento tecnológico para ter acesso à computadores e participarem de editais, ou escreverem projetos para a captação de recursos, o que permitiria a manutenção das atividades do grupo.

Durante a boa conversa com Mestre Antônio e sua família, relataram que pela primeira vez, em 10 anos de realização da prática, não poderão realizar a folia de Reis no dia 06 de janeiro, pois até aquele momento não havia chegado qualquer tipo de apoio institucional ou financeiro para que pudessem custear a realização no dia da festa de Reis, no ano de 2025. Naquele momento decidi ajudar o grupo, realizando uma campanha por meio de parceiros para que a família não deixasse de realizar a tradicional folia de Santos Reis. No entanto, após alguns dias de conversas com pessoas próximas para que conseguisse ajudar na realização da prática cultural, a família de Mestre Antônio entrou em contato para informar que não seria possível realizar a atividade no ano de 2025, devido o falecimento uma pessoa da família que residia numa localidade vizinha, mas que estavam “imensamente agradecidos pela boa vontade em ajudar o grupo”.

Durante a primeira semana do mês de janeiro de 2025, mantive contato quase que diariamente com a senhora Francisca, filha do Mestre Antônio. É ela quem mais tem se dedicado em ajudar o pai a manter a tradição familiar, responsável pela comunicação do pai com pessoas que demonstram interesse em conhecer a tradição popular realizada pela família, ao longo dos últimos anos. Durante as conversas, enfatizei o desejo de ajudar na realização da apresentação no ciclo de Reis, no dia 18 de janeiro, data que havia firmado para a realização do reisado no dia da entrevista na residência da família. Assim, ao chegar no dia marcado, compareci à comunidade dos Espinhos, na casa do Mestre Antônio, em posse de alguns alimentos que seriam vendidos na barraca de comidas organizadas pela família, em prol do custeio do cachê do grupo musical que faz a parte harmônica do Reisado. Além, dos alimentos, entreguei à família uma quantia que consegui arrecadar com amigos e colegas de trabalho, com a finalidade de ajudar nas despesas para a realização da manifestação. Ou seja, as expectativas negativas do Mestre Antônio em relação à não realização da tradição naquele ano foram superadas.

Imagem 17: Mestre Antônio ladeado pelos caretas de seu Reisado



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

Imagem 18: Terreiro da Casa de Mestre Antônio



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

Assim como Edson e Ingrid relataram em suas falas sobre a dificuldade de apoio para a manutenção das atividades, constatei que para Mestre Antônio e sua família o apoio institucional tem sido um obstáculo para a continuação das atividades tradicionais de seu Reisado, devido a necessidade financeira para a compra de material para a reforma anual dos bichos que compõem o seu Reisado de Caretas. Pois, após o ciclo de Reis, e as várias apresentações realizadas, há o desgaste das indumentárias que vestem os personagens.

Comtemplar no “inventário” todos os territórios do município, dividido em litoral, sede e sertão, não foi por acaso, precisava entender como os órgãos de cultura e o poder

executivo local chegam até essas pessoas. Tais informações não chegaram com estranheza, principalmente quando no início da pesquisa não encontrei o mapeamento cultural do município, tornando esses grupos e essas práticas anônimas para a comunidade.

4.2. A Educação Patrimonial e a relação com o patrimônio local

Educação patrimonial é uma dimensão da educação cujo principal objetivo é promover a sensibilização sobre a importância do patrimônio, e da sua preservação, na formação de sujeitos de sua própria história, que atuem na reivindicação de seus direitos coletivos e no fortalecimento de sua cidadania (Bezerra, 2020, p. 63).

A descrição do conceito acima abordado por Bezerra (2020), de forma mais geral, permite que inicie a discussão sobre Educação Patrimonial destacando alguns pontos que considero importantes para uma compreensão mais ampla e detalhada sobre o tema, e como ele pode se tornar uma importante ferramenta para a construção da educação histórica, que é iniciada entre muros da escola, mas que é construída a partir das vivências com os elementos que estão fora dela, possibilitadas, neste caso, pelos professores e professoras, que buscam ampliar a quantidade de ações educativas diante de um cenário, em que percebe-se uma educação que tem se estabelecido apenas no ambiente da sala de aula.

Ao entrar no campo do Patrimônio cultural compreendendo como ele pode contribuir para a educação e a formação das crianças da escola, apresento a educação patrimonial como método para uma educação de qualidade e significativa, devendo “levar em conta que ela pode estar presente tanto nas práticas educativas diretamente ligadas à escola, ou seja, no chamado ambiente formal da educação, como também no que se considera como ambiente não formal, que não está relacionado ao ensino sistemático” (Tolentino, 2022, p. 108).

[...] a educação está presente para além dos muros da escola e pode se dar nos museus, nas praças, no meu bairro, nos quintais, na minha comunidade. Assim temos uma concepção ampla de abordagem do território como espaço educativo. Ademais, é preciso compreender que a linha entre a educação formal e não formal muitas vezes é tênue, mas o importante é a potência dessa relação e temos o patrimônio cultural como uma ferramenta propulsora de processos educativos que interligam esses dois pontos. (Tolentino, 2022, p. 108).

A educação não formal compreendida como uma parte importante da educação patrimonial, possibilita dar um novo significado aos processos de ensino-aprendizagens cotidianamente lineares utilizados usualmente na escola. Digo que ela oportuniza uma quebra da rotina de sala de aula e expande a aprendizagem, por meio de novas experiências

principalmente fora da escola, com a aproximação entre as crianças e o território ao seu redor, explorando o patrimônio cultural local material e imaterial.

Quando falo em uma educação que compreenda também o contexto fora da sala de aula, volto à caracterização socioeconômica e cultural das famílias do território que trouxe nos capítulos anteriores. É importante dar destaque o quão pode ser necessário a participação das crianças do contexto em práticas e atividades que compreendam e excedam os muros da instituição de ensino. Os alunos matriculados na Escola em que a pesquisa é desenvolvida, em sua maioria fazem parte de um grupo cuja condições de vida representa a desigualdade de acesso à diversas oportunidades de lazer e entretenimento, que engloba atividades culturais e artísticas. Ou seja, cotidianamente essas crianças têm vivido somente com o mínimo, o básico, não usufruindo de recursos para além da sobrevivência da família, por meio da alimentação que, muitas vezes, ainda é insuficiente. Desta forma, dou ainda mais importância ao que a escola e o alcance dela podem fazer pela formação das crianças e a realização de momentos únicos, como visitas à museus, exposições, espaços, prédios históricos, apresentações artísticas e momentos culturais, alcançando sensações e experiências únicas para as crianças.

É a partir da relação entre professores e alunos que destaco à essa dimensão da educação patrimonial. Entendo que esses são os principais personagens no processo de ensino-aprendizagem, sobre o patrimônio cultural e a cultura popular, presentes no contexto do território, constituindo os primeiros passos para uma educação patrimonial e sua importância para a manutenção da memória e da preservação do patrimônio local, alcançando o que chamo de aprendizagem histórica, construída não pela simples transmissão do conhecimento por meio do contato com o patrimônio, mas, pelos processos individuais de percepção e de apreensão das informações pelos sujeitos envolvidos. Ou seja, professores, alunos e alunas.

Ao realizar o levantamento bibliográfico sobre como tem sido trabalhada a educação patrimonial nos anos iniciais da educação básica destaco as metodologias utilizadas nas aulas, como o contato direto estabelecido entre os alunos e o patrimônio. Nos artigos encontrados a variedade de ações propostas para os anos iniciais chama a atenção, principalmente pela possibilidade de estabelecer vivências significativas para as crianças, que vão desde o manuseio de itens artesanais até o contato com grupos de manifestações populares e visitas à Museus.

É importante ressaltar que nessa perspectiva sobre a educação patrimonial enfatizo a importante atuação de professores e professoras, os quais possibilitam aproximação entre as crianças e o patrimônio cultural local, no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, compreendo que é a partir desse contato entre as crianças e o patrimônio, que passa a se

estabelecer os mecanismos para a construção de uma consciência histórica, estabelecida a partir das memórias criadas pelas crianças e pelas relações e vivências com a cultura local e seu patrimônio. Segundo Rüsen (2019, p. 80):

A consciência histórica vem à tona ao contar narrativas, isto é, que são uma forma recorrente de comunicação, pois se referem a identidade histórica de ambos: comunicador e receptor. As narrativas, ou seja, as histórias contadas aqui, são produtos da mente humana; com sua ajuda as pessoas envolvidas localizam-se no tempo de um modo aceitável para si mesmas.

O estabelecimento de novas relações e vivências para as crianças torna-se eminentemente importante para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo, principalmente quando falo de “crianças” e as infinitas possibilidades que a sua imaginação cria, ao serem estimuladas quando lhes apresento novas alternativas, espaços, personagens, figuras fantásticas, cores, músicas, formas e elementos que quebram a rotina de uma “aprendizagem cansativa” estabelecida pelo sistema atual de ensino. Todos os recursos mencionados acima estão dentro do seu próprio território, mas, que, muitas vezes, não são apresentadas aos estudantes, seja pela imposição sistemática de um ensino tradicional ou pela inércia da didática simplista uma educação que tem se estabelecido apenas no ambiente da sala de aula limitando a aprendizagem aos processos mecânicos. Para Rüsen (2019, p. 82):

Aprender é um processo dinâmico em que a pessoa que aprende é transformada. Algo é ganho, algo é adquirido – conhecimento, habilidade ou uma mistura de ambos. Na aprendizagem histórica, “história” é adquirida: os fatos objetivos, coisas que aconteceram no tempo, tornam-se um assunto do conhecimento consciente – tornam-se subjetivos. Eles começam a desempenhar um papel na construção mental de um sujeito.

Por si tratar de crianças e a possibilidade estabelecida por meio do contato com o patrimônio cultural de forma prática e objetiva, entende-se que a aprendizagem se dá de forma natural de acordo com os processos individuais de cada aluno e como ele vê, e se relaciona, com os símbolos disponibilizados durante o ensino de História, por meio da cultura popular. Nesse caso, Proponho para o debate, com ênfase o fato de ter crianças no centro do processo de aprendizagem pela apropriação da História local, por meio da cultura do seu povo, mas, de forma leve e lúdica, numa experiência pessoal da criança com seu próprio imaginário e subjetividade. Schmidt (2009, p. 04) ao comentar sobre a aprendizagem histórica segundo os PCN's de História, aborda que:

[...] o documento seleciona alguns objetivos, tais como "conhecer", "caracterizar", "refletir" e "utilizar fontes históricas", delimitando categorias do pensamento que indicam ações a serem desenvolvidas em relação a determinados conteúdos, e não formas de compreensões históricas. [...] É através do vínculo entre os objetivos, ou seja, a descrição das tarefas a serem realizadas com sucesso pelos alunos, e a ação pedagógico, que entram em cena

os conteúdos. Trata-se de uma verdadeira lógica da aprendizagem constituída em torno de habilidades reais ou competências.

Ao analisar a fala de Schmidt (2009), compreendo que há um percurso a ser seguido para que consiga alcançar os objetivos estabelecidos para uma aprendizagem histórica. Não basta que apenas apresentar o patrimônio cultural como um recurso didático para ser trabalhado no contexto da sala de aula. É necessário fazer o planejamento dos procedimentos didáticos a serem utilizados, desde a escolha dos conteúdos (patrimônios culturais), quais objetivos devem ser alcançados por meio das aulas de História, e que habilidades quer desenvolver nos alunos e alunas, para que cada um, na sua individualidade cognitiva, alcance uma aprendizagem histórica.

Deste modo, passo a criar um ambiente que dá sustentação para a apropriação de saberes históricos sobre o contexto do território, por meio do seu patrimônio. Assim, criar aos poucos uma cultura de “mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa” (IPHAN, 2016, p. 06), e nada melhor que iniciar esse processo, por quem tem mais acesso e a oportunidade de transformação, por meio da educação numa perspectiva de educação histórica e significativa.

Salientar que, durante a pesquisa e o estudo sobre a educação patrimonial e a educação histórica, repensei sobre o trabalho a ser realizado com as crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Nessa faixa etária (por volta de 6 e 7 anos) as crianças requerem mais tempo para assimilar o que é ensinado e como desenvolvem intelectualmente os conhecimentos de acordo com suas habilidades cognitivas. Isso me fez colocar os pés no chão e repensar os métodos a serem utilizados ao trazer o patrimônio cultural do território para dentro da sala de aula, mas, apenas numa lógica de quantidade e adequação do tipo de patrimônio viável para a faixa etária dos alunos.

Compreender que por serem crianças, o processo de conhecimento dos bens patrimoniais do contexto de vida deles deve ser realizado de forma sistematizada. Ou seja, ao longo de suas vidas escolares e do seu desenvolvimento passariam a conhecer o patrimônio cultural local aos poucos, fazendo uma relação ano após ano do patrimônio estudado, estabelecendo conexões entre as práticas e a história local. Desta forma, entendo que não seria adequado que despejar de uma vez, sobre as pequenas mentes, uma quantidade significativa de bens materiais e imateriais e os processos criativos resultantes desse contato, dessa aproximação.

Para tanto, não foi possível mapear inicialmente de forma mais abrangente todo o território do município como explicado no início do capítulo. Por meio do conhecimento de

peessoas próximas consegui inventariar alguns dos bens do patrimônio cultural material e imaterial do território local. Esse processo de pesquisa e identificação foi decisivo e importante para a construção do mapeamento, principalmente por contar com a participação de populares, para que pudesse conhecer o patrimônio cultural. Segundo o IPHAN (2016, p. 05) a comunidade é considerada:

protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida.

A colaboração dos populares, no que diz respeito à identificação do patrimônio local de São Gonçalo do Amarante, foi importantíssima. O fato de não conhecer o território e os caminhos que me levaram a conhecer um pouco da História dos fazedores de Cultura e Arte deste lugar foi um dos empecilhos para a construção do nosso inventário e os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo.

Compreender ao longo da construção da pesquisa que o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural parte inicialmente e principalmente das pessoas que se relacionam com tais manifestações da cultura popular e do patrimônio local. É a partir dessa valorização e o contato com os bens patrimoniais que surge uma primeira perspectiva de educação patrimonial, que defini como indireta e não organizada em metodologias e práticas didáticas. No entanto, apesar de demonstrar ser uma educação não escolar dada pelo simples contato com as práticas e as edificações prediais, dei a devida importância ao conhecimento adquirido pelas pessoas, pelo fato de conhecerem e reconhecerem o patrimônio local, seja ele material ou imaterial, atuando como espectadores, mediadores, comunicadores e incentivadores das atividades culturais no território.

As vivências possibilitadas ao longo da pesquisa e as frustrações, principalmente no que diz respeito às políticas culturais do território, permitiu perceber que o processo de reconhecimento de bens culturais está para além do reconhecimento de órgãos e entidades. Ou seja, sua importância histórica para a população e a cultura local impulsionam um sentimento de que o patrimônio pertence àquele contexto, ao território e seu povo num processo de patrimonialização dos bens culturais, que se desenvolve com o passar dos anos entre diferentes gerações.

Desde a noção mais antiga que manifesta o desejo de transmitir os bens da família, até a noção mais contemporânea, que desenvolve a ideia de um patrimônio a ser transmitido para as gerações futuras, nota-se como o conceito é uma construção social. O patrimônio pode ser, então, tudo o que alguém diz

e faz a respeito dele, expandindo o sentido de herança reivindicado e/ou apropriado. Daí o termo patrimonialização ser empregado para designar todo o processo de constituição de patrimônios na sociedade (Nogueira e Ramos Filho, 2020, p. 6).

Nogueira e Ramos Filho (2020), ao trazerem o patrimônio como uma herança cultural (transmitido de geração para geração), faz refletir sobre como tem se dado a apropriação de bens culturais materiais e imateriais na contemporaneidade, e como o patrimônio tem sido reconhecido e valorizado pelas gerações atuais. Antes de tudo é importante perceber e reconhecer que o patrimônio cultural e a manutenção de sua existência e preservação como bem patrimonial é um ato de resistência pela manutenção da História e da memória do coletivo ou da individualidade de cada ser que se relaciona, de alguma forma, com o patrimônio cultural.

Ao definir a problemática da pesquisa, abordando sobre o ensino de História, o patrimônio cultural e a educação patrimonial, decidi que o caminho a ser percorrido deveria ser estabelecido por meio da análise sobre como as gerações atuais têm se relacionado com os bens culturais do patrimônio local. A percepção constatada sobre a relação entre comunidade e patrimônio nas diversas etapas da vida e o desconhecimento da população sobre a existência do patrimônio local, de certa forma, não surpreendeu, pelo fato de não haver uma fruição e divulgação das atividades culturais reconhecidas, como patrimônio imaterial, ou ainda o desconhecimento pela comunidade de bens que compõem o campo dos edifícios históricos.

Ao partir para uma análise sobre as informações obtidas por meio das pesquisas no território, defini alguns pontos que chamam atenção e permitem compreender a dinâmica que envolve a população. O contexto educacional e a própria cultura local amparada nos costumes e nas práticas que dão conta de como há barreiras para uma construção da educação patrimonial, seja na baixa oferta institucional de atividades artísticas e culturais ou falta de articulação entre o currículo, o ensino de História e o patrimônio local, condicionando a fazer um percurso sobre as impressões e constatações que implicam numa possibilidade, ou não, de educação patrimonial, dentro e fora da escola, possibilitando a identificação de questões que implicam o tema. Assim, ao longo da pesquisa e da escrita do trabalho, identifico os pontos que considero fragilidades no contexto local, abrangendo a percepção sobre o território e suas questões.

Os primeiros pontos identificados e que chamaram atenção estão ligados ao contexto da educação escolar como, o currículo de História e o ensino no primeiro ano do ensino fundamental, as avaliações externas de língua portuguesa e matemática, ausência de recursos didáticos sobre o patrimônio cultural e a História local, no primeiro ano do ensino fundamental, a ausência de políticas educacionais que articulem a relação entre educação, ensino e

Patrimônio cultural, a inexistência de aulas de campo para visitas à equipamentos culturais ou bens do Patrimônio cultural imaterial e a inexistência de formação continuada para professores e professoras de História dos anos iniciais do ensino fundamental.

Já no campo da cultura e da arte o primeiro destaque que destaco é a ausência de políticas culturais que valorizem o patrimônio cultural imaterial local, a não promoção de festivais que abranjam a participação e divulgação das atividades artísticas, a falta de eventos estruturantes, a não participação da comunidade artística nas discussões sobre as práticas e a cultura local, a ausência de um inventário ou mapeamento do patrimônio cultural do território, a falta de oferta de oficinas e formações gerais sobre cultura popular e tradições populares.

As questões mencionadas acima, nos âmbitos da educação e da cultura, permitiram pensar como o contexto social e educacional podem ter relação com as transformações políticas acontecidas, há pelo menos uma década. Nesse período, tanto a cultura como a educação passaram por transformações, no que diz respeito às políticas públicas. Enquanto a educação passava por uma reformulação no currículo da educação básica, a cultura teve um dos seus principais órgãos, o Ministério da Cultural – MINC⁶⁰, extinguido pelo governo federal entre os anos de 2019 e 2022.

Enquanto a educação se voltava para uma mudança de currículo que prioriza questões cada vez mais técnicas e menos reflexivas, a classe artística e o setor cultural sofreram com a diminuição de recursos que fomentam a manutenção de espaços culturais, afetando o seu funcionamento, no que diz respeito à programação artística e cultural nesses espaços e os recursos humanos responsáveis pelo seu funcionamento. A cultura popular também foi amplamente atingida, principalmente quando falo da transferência de recursos para contemplação de grupos populares e pequenos fazedores e trabalhadores da arte, principalmente pela dificuldade de realização de suas atividades de trabalho no período da pandemia do coronavírus.

O trânsito entre a educação e a arte foi de extrema importância para desenvolver a pesquisa de forma que pudesse compreender a necessária relação entre a educação e a cultura

⁶⁰ O Ministério da Cultura (MinC) é responsável pelo planejamento e pela execução das políticas nacionais de cultura e de artes. Rebaixado à secretaria em 2019, recuperou o status ministerial por meio do Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023. A estrutura da Pasta inclui órgãos de assistência direta e imediata à ministra Margareth Menezes, sete secretarias (Secretaria Executiva; Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural; Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais; Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural; Secretaria de Formação, Livro e Leitura; Secretaria do Audiovisual; Secretaria dos Comitês de Cultura), quatro órgãos colegiados (Conselho Nacional de Política Cultural; Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; Comissão do Fundo Nacional da Cultura; Conselho Superior do Cinema) e Escritórios Estaduais em todas as unidades da Federação. O MinC tem, ainda, sete entidades vinculadas (Agência Nacional do Cinema; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto Brasileiro de Museus, Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional de Artes).

popular. É por meio do ensino de História, como meio possível para a educação histórica, que apresento o patrimônio cultural dentro da sala de aula, desconstruindo de forma sistematizada o ensino de História vazio e sem significados, relevantes para a aprendizagem histórica e construção da memória.

Nessa abordagem sobre a relação do ensino de História para crianças articulado com o estudo sobre o patrimônio cultural, dou ênfase ao valor atribuído aos bens patrimoniais e a própria constituição desses bens como Patrimônio cultural material ou imaterial. Mas “se o valor é uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor? Que tipo de valor é esse?” (Nogueira e Ramos Filho, 2020 p. 10) Analiso abaixo as concepções de valor atribuído ao patrimônio em diferentes perspectivas segundo Nogueira e Ramos Filho (2020, p. 11) ao comentarem sobre o edifício São Pedro⁶¹ e o seu valor patrimonial para diferentes grupos populacionais da capital cearense:

- a. O **valor cognitivo** costuma tomar o bem como um documento, ao possibilitar uma fruição intelectual e técnica, que pode apontar para o padrão estilístico que orientou o pedido de tombamento deste prédio, um dos primeiros construídos no local.
- b. O **valor formal** ou **estético** é perpassado por um tipo de apreço sensorial, como aquele que desponta em torno de seu formato metaforizado de navio, ao ser contemplado por um habitante ou visitante da cidade, num dos pontos mais badalados à beira-mar.
- c. O **valor afetivo**, muito relacionado à memória, deriva de vinculações subjetivas de identificação com o bem, como os dos antigos moradores e sujeitos que frequentam o seu entorno.
- d. O **valor pragmático** é mais um valor de uso percebido como qualidade, como os dos projetistas que tentam requalificá-lo diante da especulação imobiliária característica da área onde está localizado.
- e. O **valor ético** seria aquele associado não somente ao bem, mas às interações sociais nas quais ele é apropriado, tendo como referência o lugar do outro, a exemplo dos artistas que o tomam como símbolo da cidade para pensar os desafios e possibilidades do convívio entre o antigo e contemporâneo na trama urbana.

Compreender as características dos diversos sentidos de valor analisando o tipo de relação estabelecida entre os sujeitos e o patrimônio, foi necessário para me situar em qual dimensão as crianças atribuem valor ao Patrimônio cultural, de acordo com as suas

⁶¹ Tombado de acordo com o Decreto Municipal 11.960 de 11 de janeiro de 2006. O Edifício São Pedro, onde se instalou o Hotel Iracema Plaza, foi estabelecido na década de 1950, com duas entradas, uma no lado norte, direcionada para a praia e outra, no lado oeste, que dava acesso aos apartamentos. Os anos 1950 são marcados por um período de relativa verticalização das construções residenciais e comerciais devido ao crescimento demográfico e aos índices econômicos expressivos pautados em empreendimentos industriais, arquitetônicos e imobiliários, visando ao consumo e ao lazer, incluindo aí o aproveitamento da orla marítima. Este é, portanto, o cenário da vida urbana da elite de Fortaleza e de outras localidades. Chama atenção o fato de que apesar de ser uma edificação tombada, isso não impossibilitou a destruição daquele edifício, como noticiou o portal G1 em 04/03/2024.

peculiaridades, levando-se em consideração a idade, os interesses individuais e coletivos, o tipo de patrimônio e o contexto dos alunos, se lhes são apresentados o Patrimônio local e como esse contato é estabelecido numa proposta de educação patrimonial.

Ao trazer para o contexto da pesquisa e por se tratar de um público infantil, compreendo que dois dos aspectos de valoração do patrimônio estão próximos ao que se pretende construir em termos de pesquisa junto às crianças. O primeiro, o valor estético, é iminente e está relacionado aos sentidos estabelecidos do contato das crianças com o patrimônio. Ou seja, a cada possibilidade de contato há o desenvolvimento de sentimentos e uma nova interpretação do patrimônio, de acordo com os processos internos de cada criança. Já o segundo é o valor afetivo, como afirma o texto acima, esse valor está relacionado à memória e a construção subjetiva da compreensão em torno do patrimônio e o contexto em que ele está inserido. Assim, sendo conhecedores dos processos de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças em idade de alfabetização, compreendo que o valor afetivo dar-se-á diante de uma continuidade na relação com o patrimônio, ao longo da fase escolar, estabelecendo uma relação entre patrimônio, território e a memória.

Ao falar em educação patrimonial ofereço para a discussão a relação estabelecida entre seus principais personagens nesse processo de ensino aprendizagem: o aluno(a), o professor(a) e o patrimônio. É por meio das ações docentes que se constrói uma relação entre os alunos e alunas e o Patrimônio cultural na escola, ou em espaços não escolares. Essa relação é estabelecida quando professores e professoras mediam o contato das crianças com o território ao seu redor, lhes apresentando os bens patrimoniais numa perspectiva educacional. É importante ressaltar que “a mediação não é apenas uma facilitação, mas uma atitude de protagonismo, que pode e deve culminar em ações de preservação” (Nogueira e Ramos Filho, 2020, p. 12) que perpassem por todas as camadas populacionais do território e que sejam construídas e valorizadas a partir da infância, seja na escola ou em espaços não escolares, construindo significativamente para a formação de sujeitos que valorizem o patrimônio cultural material e imaterial do seu território.

É pela mediação de professores que os alunos e alunas podem vivenciar experiências que, na maioria das vezes, não seria possível vivenciar diante de uma infinidade de obstáculos cotidianos de diversas naturezas, presentes no ambiente escolar. Entretanto, o papel transformador e inquietante dos professores de história ao trazer o patrimônio para o ambiente escolar, ainda nas séries iniciais, dá margem para a ampliação da cultura de valorização dos bens culturais patrimoniais.

Segundo Tolentino (2022), os processos educativos devem ser construídos de forma coletiva e democrática, não impondo aos sujeitos uma relação forçada com o patrimônio, que deve ser apropriado socialmente respeitando as concepções, as impressões, os olhares e os interesses de cada um diante do que se vê e do contato estabelecido por meio dos vínculos educativos que cada um estabelece, pela da relação com o patrimônio apresentado.

A articulação entre o Ensino de História, as crianças e o Patrimônio cultural dão notoriedade à existência do patrimônio no território “pois não existe patrimônio em si, se trata de qualificações socialmente construídas” (Valdebenito, 2005) na comunidade. O patrimônio, sem a atribuição de valores estabelecidos e não reconhecido como tal entre as pessoas, permanece esquecido e não compreendido como parte da história e a memória de determinado lugar ou território.

Contudo, entendo que é por meio de ações educativas no âmbito da escola, ou em outros espaços não escolares, que construo percursos para uma aprendizagem que passa por “abordagens” e “perspectivas”, pelas metodologias de professoras e professoras que estabeleçam relação entre alunos e alunas e o Patrimônio cultural, por meio da educação patrimonial

3.3 O contato das crianças com o território e seu patrimônio: Há um mundo fora dos muros da escola

[...] as brincadeiras transmitidas de geração para geração vêm diminuindo gradativamente. Hoje, as crianças estão se distanciando a cada dia da oportunidade de brincar com aquelas brincadeiras tradicionais que seus pais, tios e avós brincaram. Atualmente predominam como brincadeira, a televisão, o *vídeo-game*, o computador e os brinquedos industrializados que são manejados em ambientes fechados e de forma individualizada em vez de coletiva e em espaços abertos (Silva, 2011, p. 06).

Como o desenvolvimento da tecnologia e o acesso aos equipamentos tecnológicos pelas crianças, cada vez mais cedo, assisto, há pelo menos uma década, mudanças abruptas no que diz respeito ao brincar na infância. Brincadeiras e brinquedos populares acabaram ficando de lado pela geração atual, ou até mesmo jamais tiveram qualquer tipo de contato com os brinquedos simples da infância de quem nasceu até o final do século XX.

A relação entre crianças e telas tem sido o centro do debate há pouco mais de uma década do início do contato entre as crianças e as mídias digitais disponíveis em plataformas da *internet* ou jogos eletrônicos de fácil acesso. Essa relação entre crianças e telas tem limitado cada vez mais as interações entre as crianças e os espaços ao seu redor “podendo alterar padrões

de pensamento e a forma como aprendem” (Santana; Ruas; Queiroz, 2021, p. 169), dependendo dos estímulos às quais são submetidas, regulando, ou não, os níveis de impactos positivos e negativos devido tamanha exposição às telas, levando em consideração a individualidade de cada criança. “Ao estabelecermos relação entre desenvolvimento saudável e mídias digitais, podemos citar que a exposição nem sempre se caracteriza como malefício a saúde desde que a supervisão ao uso sempre seja estabelecida pelos guardiões da criança” (Santana; Ruas; Queiroz, 2021, p. 174), não permitindo o uso excessivo, sempre equilibrando o contato entre as crianças e o mundo digital.

Ao iniciar esse tópico, trazendo as brincadeiras e o brincar para o texto me direciono para a experiência do Arte Jucá, a associação que citei no capítulo anterior, onde realizo um trabalho pautado no desenvolvimento das crianças por meio da Arte e da cultura popular. O contato das crianças com o mundo fora das telas tem possibilitado um crescimento, no qual as crianças são rodeadas de alternativas como o teatro, o circo, a música, a dança, as artes plásticas e visuais, o audiovisual e a cultura popular.

Longe de ser um ambiente escolar, o casarão do século passado pertencente à família Petrola⁶² abriga histórias e memórias de adultos que um dia tiveram a oportunidade de serem alunos das aulas de Arte nas salas daquele que é um dos últimos patrimônios materiais do município de Arneiroz. Localizado no centro da cidade, ao lado do largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz, o casarão tem sido o destino de várias crianças daquele município, durante alguns dias da semana no contraturno escolar, e, em todos os sábados do ano, para a participação em atividades sistematizadas entre a Arte e o lazer, por meio de atividades curriculares de Arte e as brincadeiras populares que envolvem agilidade, raciocínio e coletividade.

Apesar de ser um projeto com estrutura funcional de escola, com conteúdo, direção, coordenação pedagógica e professores, as atividades não possuem caráter de escola regular. As atividades direcionadas que mais assemelham-se ao contexto escolar são a produção de literatura e dramaturgias escritas pelas próprias crianças, para criação e desenvolvimento de produções autorais do contexto da cultura popular. Essa escrita é desenvolvida por oficinas com professores e professoras locais ou de renome estadual.

O último projeto com foco no desenvolvimento das crianças por meio da Arte e das brincadeiras populares foi nomeado de *Arte Jucá, rima com brincar*. Uma série de ações e

⁶² Família tradicional da pequena cidade de Arneiroz cedeu o antigo casarão para o funcionamento da Associação Arte Jucá, dada a sua parceria política com os membros da associação e apreço às atividades realizadas junto as crianças do município.

atividades de caráter lúdico, buscaram resgatar brincadeiras antigas e populares, além de desenvolverem outras brincadeiras com material reciclado em diversas oficinas criativas ministradas, por membros da própria Associação, ou por parceiros de longa data, que se disponibilizaram em colaborar com as atividades do Projeto no meio do semiárido da região dos Inhamuns.

Diferentemente de outros cenários, em outros municípios do estado do Ceará, em Arneiroz paira um sentimento de aconchego e tranquilidade. Por ser um município de sede pequena e acolhedora, as crianças dirigem-se à sede da Associação sozinhas ou, em outras vezes, em grupo, com a tranquilidade de um lugar pacato com baixos índices de violência, o que proporciona comodidade e segurança para um crescimento saudável e cheio de possibilidades para o desenvolvimento das crianças.

A contextualização do território de São Gonçalo que realizo lá atrás, ainda no primeiro capítulo, vem à tona mais uma vez ao abordar sobre o contexto artístico e cultural do município de Tauá, no segundo capítulo, e a experiência do Arte Jucá no município de Arneiroz. Nem sempre estar próximo à capital ou possuir recursos financeiros nos órgãos de cultura quer dizer que a política cultural local é construída e executada de forma salutar, ou que há valorização e incentivo à Arte e a Cultura popular. Pensar nisso relacionando com a nossa realidade nos Inhamuns fez perceber o quão tem sido grande o trabalho realizado pelos fazedores da Arte e da Cultura popular nos Inhamuns, mesmo com recursos escassos e sempre dependentes de editais de fomento, no meio do sertão cearense. A fala de Cavalcante (2024, p. 07) faz refletir sobre o trabalho realizado em um contexto nada favorável:

Caminhando pelo sertão, me sinto compelido a um pensar primeiro: quente. De imediato a esse se soma um segundo: árido. Daí, clichês da memória e de narrativas limitantes: seca, fome, miséria, migração e outros termos cansados de se ouvir e pensar na mesma nota. Só que, uma explosão de luz, cor, superação e lembranças d'água, também nos inspira para além das limitações e força poesias, piadas, tretas e forças que sequer imaginávamos despertar. Disso tudo me vem o sabor de pensar o sertão ser teatro. Humano e peleja. Lugar que seca a morte e sopra o ar quente da vida que termina num imaginário que não cansa de surpreender.

Passa um filme em minha cabeça quando, ao ler as falas de Cavalcante (2024) rememoro os momentos árduos para a manutenção das atividades artísticas da Associação e os trabalhos realizados com as crianças. A ausência de recursos financeiros nunca foi uma barreira para o desenvolvimento das ações da Associação. Mas, por diversas vezes, causou preocupação sobre como manter um espaço sem o mínimo de condições financeiras. Essas lembranças permitem pensar nos resultados sociais, educativos e culturais colhidos ao longo dos anos e

como a instituição foi importante para tantas crianças e para o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Tais resultados sempre fazem repetir a seguinte frase, “quem dera se todos os municípios tivessem a oportunidade de ter um Arte Jucá”.

Acho conveniente trazer como informação a criação, manutenção e desenvolvimento do Projeto *Miolo de Pote*, desenvolvido a partir da experiência do Arte Jucá e seu projeto em Arneiroz. A escola de Artes denominada com o nome de *Miolo de Pote*⁶³ desenvolve em Tauá uma infinidade de atividades ligadas às artes como um todo, a natureza, o audiovisual e o brincar de forma livre e espontânea, sempre potencializando e estimulando a imaginação e a criatividade.

Para refletir: “Se dentro das escolas há possibilidades, imagine fora delas”. A frase pode simplesmente ser relacionada a qualquer cidade, comunidade ou vilarejo, dando ênfase tanto à instituição escolar como o espaço ao seu redor. Diferentemente da realidade dos municípios dos Inhamuns, a cidade de São Gonçalo do Amarante não dispõe de escolas de arte, mas como abordo no próprio capítulo, possui um vasto território que está repleto de manifestações da cultura popular e edificações, os quais compõem o campo do Patrimônio material e imaterial do município.

Enquanto nos Inhamuns as crianças têm a oportunidade de contemplar e se relacionar com o patrimônio semanalmente fora do ambiente escolar, em São Gonçalo não seria possível de forma tão livre e acessível. Em primeiro lugar, como constatado na fala de alguns representantes do Patrimônio imaterial, não há abertura com frequência para a entrada dos grupos de cultura popular no contexto das escolas, mesmo que esses estejam presentes no mesmo distrito ou comunidade, o que de certa forma facilitaria o acesso às crianças. Assim compreendo que estando próximo às escolas ainda há dificuldade do contato das crianças com o patrimônio, levá-los até o patrimônio seria ainda mais difícil, dado o contexto de todas as problemáticas postas aqui durante as discussões.

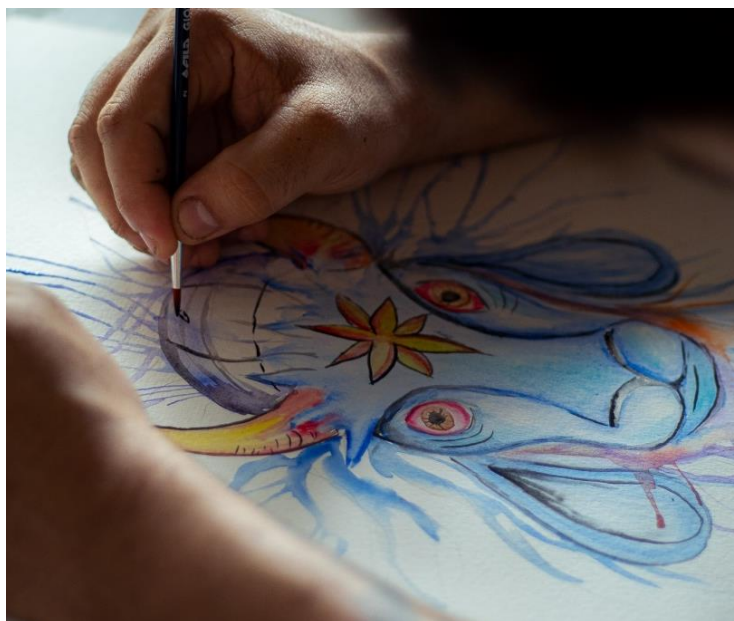
Diante de tantas questões que dificultam o Ensino de História na escola por meio da educação patrimonial, seja pela dificuldade de acesso ao patrimônio, por questões logísticas ou de ordem pedagógica, ou a necessidade de recursos didáticos para a realização do trabalho em sala, penso como poderia articular atividades com base na estrutura das atividades realizadas no âmbito da Associação Arte Jucá e da Escola Miolo de Pote, em Arneiroz e Tauá respectivamente. Ou seja, diferentemente de como acontecem nas cidades citadas, em São

⁶³ Escola de Artes localizada no município de Tauá, mantida por meio de captação de recursos de fomento a escolas de cultura e arte através de editais públicos. Coordenada e dirigida por Professores de Carreira da Educação Básica que são atores e atrizes profissionais de formação em Teatro e Cultura popular.

Gonçalo, no contexto da Escola Adelino Alcântara Filho, traria o território e seu patrimônio para dentro da sala de aula, tornando a aula um laboratório de ensino e aprendizagem diferente do que tem sido. A perspectiva de bons resultados na realização de atividades sobre o patrimônio com as crianças da Escola Adelino estão amparadas no trabalho realizado nas duas escolas de artes citadas. Não posso esquecer que também desenvolvi experiências iniciais, o que posso chamar de ensaios, realizados na escola da comunidade do Bolso, no distrito de Pecém, quando estive lotado na mesma. Além de pequenas apresentações temáticas sobre o folclore do Norte do Brasil com as crianças da escola Adelino.

Não é descartada, durante a pesquisa, a possibilidade da realização de aulas de campo, mas, como essas questões fogem ao nosso controle enquanto docentes ou enquanto escola, optei por pensar primeiramente como traria o patrimônio cultural para dentro da sala de aula. Deste modo, pensei que a construção de um recurso didático produzido de acordo com os achados da pesquisa sobre o patrimônio e a ludicidade, seria uma forma interessante e lúdica de aproximar as crianças do seu território, utilizando recursos visuais e atividades práticas como as que serão mostradas a seguir.

Imagem 19: Atividade de desenho sobre o patrimônio cultural imaterial - Reisado



Fonte: Acervo de fotografias da Associação Arte Jucá

A fotografia acima retrata uma das atividades realizadas no âmbito da escola de Arte da Associação Arte Jucá. A atividade faz parte do contexto das crianças que frequentam as atividades do Projeto *Jucá rima com Brincar* e, traz no desenho, a possibilidade de estímulo

à criatividade e a imaginação por meio da reprodução em desenho, a partir da relação com personagens e figuras fantásticas do Reisado e outras manifestações da cultura popular, que compõe o campo do patrimônio material e imaterial.

O desenho, a pintura e a colagem das crianças são marcas que elas deixam a partir de sua relação com o mundo, em diálogo permanente com seu imaginário. São marcas pessoais. Portanto, é muito importante percebermos que cada criança tem um jeito próprio de se expressar: traços com mais vigor ou mais leves, ocupando o espaço todo ou apenas um cantinho, usando muitas cores ou escolhendo apenas uma etc. Nós professores (as), que lidamos dia-a-dia (sic) com meninos e meninas e suas produções culturais, seremos capazes de reconhecer a produção de cada criança mesmo que não tenha nome escrito se possibilitarmos que os pequenos se expressem com autoria (Brasil, 2006, p.48).

Ao apresentar novas possibilidades para as crianças e estímulos visuais às suas imaginações e percepções, estreito, de forma subjetiva, a relação entre as crianças e o patrimônio cultural ao seu redor. A partir desse contato inicial, as crianças desenvolvem, de acordo com sua individualidade, a materialização por meio da representatividade em desenho, desenvolvendo aos poucos as suas habilidades manuais pela assimilação entre o que se viu e o que se está produzindo, mesmo que leve um tempo maior para que compreendam o significado de tais símbolos ou figuras.

Esse processo não diz respeito às habilidades que cada um possui sobre a atividade de desenhar ou quem desenha melhor ou pior. Está diretamente ligado à memória e a fixação que eles desenvolvem por meio do contato com o que lhes é apresentado, tendo cada criança um olhar muito específico e diferenciado sobre os símbolos, os personagens e as edificações que tiveram contato ao longo do processo.

Imagem 20: Atividade de construção de personagens da cultura popular com reciclados

Fonte: Acervo de fotografias da Associação Arte Jucá

Um dos trabalhos mais desenvolvidos na minha experiência com as crianças, na sede da Associação, são atividades com material reciclado. Todos os recursos utilizados são transformados em brinquedos, adereços, fantoches, bonecos ou personagens comuns à realidade vivenciada pelas crianças, ao longo de todo o ano. Para a realização da experiência conto com a colaboração de parceiros, em determinados momentos, quando as atividades exigem maior dificuldade.

Atividades que utilizam material reciclado requerem atenção e concentração desafiando as crianças a mostrarem suas habilidades motoras ou possibilitando o desenvolvimento de certas habilidades. É certo que permanecer na inércia em um ambiente que não impõe desafios saudáveis, para o estímulo ao desenvolvimento motor e cognitivo, limitará a ampliação das potencialidades de cada criança. Além do mais, atividades que integram parte física, motora e cognitiva tendem a estimular melhor o raciocínio e o desempenho das habilidades.

As ações realizadas na sede Associação e na escola Miolo de Pote, dificilmente são disponibilizadas no âmbito escolar por diversos motivos. Sejam pelos quais já mencionei aqui, ou pela falta de intimidade de professores ou professoras com a Arte e suas ramificações. Docentes que não desafiam seus alunos e o sistema estabelecido para as metodologias atuais de

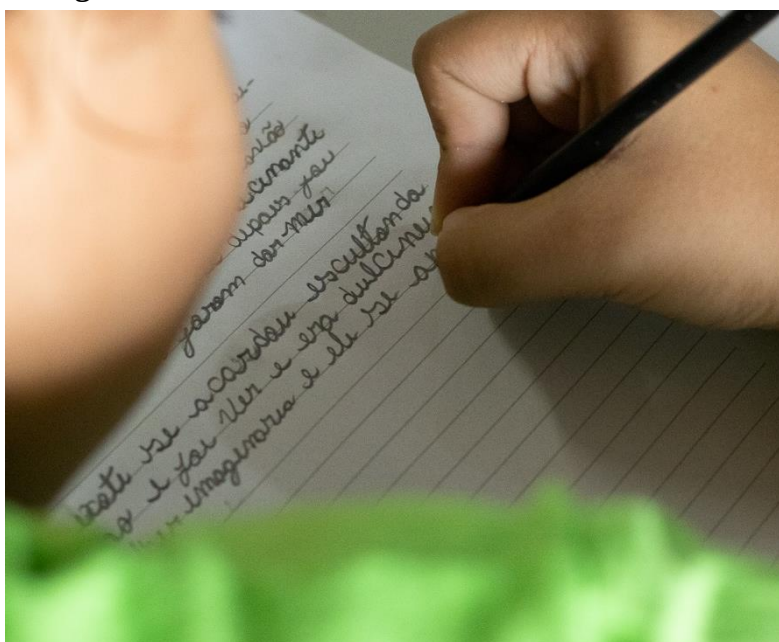
educação, mesmo que inocentemente acabam corroborando para uma “pacificação” no sentido de ser criança nos tempos atuais.

Há alguns anos era comum nos deparamos com crianças correndo, pulando, caindo e ralando os joelhos, se levantando e voltando a brincar. A experiência de ser criança ano após ano veio sendo modificada desde o surgimento das telas e da evolução da tecnologia digital como um todo e não podemos negar que é extremamente atrativo o que as telas nos oferecem [...]. (Santana; Ruas; Queiroz, 2021, p. 177).

Tem recaído sobre minha responsabilidade a transformação do contexto da sala de aula, quebrando rotinas estabelecidas para um ensino sistemático, imutável e singular. Ou seja, as atividades que ações que rompem com o tradicionalismo e o sistema de ensino pautado exclusivamente na alfabetização e letramento têm sido reduzidas de forma gradual com a inserção de novos recursos em sala, como instrumentos musicais, máscaras, fotografias, pinturas e outros recursos.

A sala de aula que tem sido subutilizada como uma fábrica de resultados somativos é simplesmente administrada pelo principal responsável (mas não o único) pelo desenvolvimento das crianças do território. Assim, cabe-nos o desafio de impor a perspicácia para possibilitar um ambiente plural de aprendizagens por meio da Arte e da cultura popular, revisitando o passado por práticas que permitam um desenvolvimento amplo das crianças por meio de seu imaginário e energia, construindo um ambiente de aprendizagem saudável e rico experiências e vivências com o patrimônio ao seu redor, pulando, correndo e criando.

Imagem 21: Oficina de escrita criativa sobre temas locais



Fonte: Acervo de fotografias da Associação Arte Jucá

Com base no que se tem trabalhado, e apresentado, às crianças durante as atividades de Arte na sede do Arte Jucá, desenvolvi a oficina de *Escrita criativa*. O trabalho de estímulo à escrita tem como principal objetivo desenvolver a imaginação, a criatividade e a percepção dos acontecimentos ao seu redor pela leitura e a oralidade, na comunidade, no bairro ou em casa. E de forma secundária o processo de desenvolvimento da escrita e da leitura individualizada, contribuindo para a aprendizagem por meio da prática.

Trazer para a pesquisa a escrita criativa é abrir possibilidades para que crianças escrevam e produzam suas curiosidades, impressões e concepções sobre o Patrimônio cultural do município trazido para o contexto da sala de aula. Diante desse contato entre crianças e cultura popular, fomentei um ambiente de criação de histórias, roteiros e produções desenvolvidas por meio da imaginação e do faz de conta.

os professores possuem o poder de adequar, fazer e desfazer as aulas de acordo com suas próprias metodologias, estratégias e conceitos, pois somos nós professores e professoras que estamos na sala de aula diariamente e conhecemos a realidade do nosso aluno, sendo assim capazes de quebrar o sistema (Silva, 2023).

Um dos maiores desafios para pedagogos, sem dúvida, está relacionado ao processo de alfabetização das crianças, dentro do ciclo de alfabetização como abordado no capítulo anterior. As críticas tecidas às metodologias impostas configuram-se como combustível para que os professores repensem a estrutura do ensino utilizado nas escolas durante o período de alfabetização das crianças. Apesar de ser constantemente “vigiados” e cobrados pela manutenção de uma metodologia que limita e impede a realização de um trabalho construído com base na ludicidade e temáticas, que despertem a atenção dos alunos, são os professores e professoras que estão diariamente no controle da sala de aula. Ou seja, a realização de atividades que fujam ao “ensino padrão” fica sob a responsabilidade e a determinação de docentes que se sintam inquietos diante dos desafios constatados para um ensino de história significativo, repleto de vida, cores e momentos.

Imagem 22: Crianças do Projeto “Jucá rima com Brincar” manuseando bonecos

Fonte: Acervo de fotografias da Associação Arte Jucá

Uma das experiências possíveis para a realização de atividades culturais com crianças é sem dúvidas por meio do contato com o lúdico e o imaginário. Permitir e possibilitar o manuseio de bonecos, instrumentos musicais e fantoches, além de ser uma experiência que estimula a imaginação a coletividade, é um meio lúdico de interação entre as crianças e o patrimônio local quando falo do Patrimônio imaterial.

É a partir dessas experiências com o patrimônio e a cultural popular que posso consolidar, ainda nos anos iniciais da educação, um ensino e consequentemente uma aprendizagem consciente sobre a preservação do Patrimônio cultural material e imaterial. Nesse sentido a educação patrimonial estabelecida pela relação entre aluno e patrimônio cultural tendo o professor ou professora como mediadores desse processo, passa a ganhar notoriedade numa perspectiva de valorização permanente do patrimônio local.

As danças populares e locais como, a Dança de São Gonçalo, a Dança do Coco e o Reisado, constituem-se como práticas genuinamente populares, que nascem a partir das tradições da população, são possibilidades para que alunos e alunas explorem histórias, o enredo das músicas, os símbolos, as lendas e os personagens envolvidos em cada tipo de manifestação artística e cultural. É importante destacar o “brincar” e o “brincante” como essência das tradições populares que surgem pelas práticas do cotidiano, num período em que estímulos à criação e a imaginação estava condicionado ao não desenvolvimento das tecnologias. Além de

permitir que conheçam cada uma das manifestações e suas características, contribui simultaneamente com o sentido de coletividade, o desenvolvimento motor e cognitivo. Contudo, é importante ressaltar que a ação aqui proposta está diretamente ligada ao brincar, a aprender sobre o patrimônio com as brincadeiras, pois:

[...] são consideradas um dos principais meios para estreitar as relações coletivas de espontaneidade e descontração. Por meio das brincadeiras são recuperados os modos de vida, hábitos, costumes, tradições, experiências, histórias e principalmente, a cultura de um povo, de uma sociedade e de uma nação (Silva, 2011, p. 04).

O processo inicial que estabelece o contato das crianças com o patrimônio passa a ser circunstanciado pela rotina estabelecida pelo professor ou professora. A partir da rotina estabelecida para o desenvolvimento de aulas lúdicas, que envolvam o patrimônio cultural imaterial, verifica-se o entusiasmo e inquietude natural diante do deslumbre com a riqueza de detalhes e possibilidades acerca das atividades possíveis em torno do contato com o patrimônio cultural e a cultura popular.

Pretende-se, após o desenvolvimento das atividades em torno da educação patrimonial e o patrimônio cultural, utilizando o recurso didático proposto na pesquisa, realizar a montagem de um trabalho sobre a História do Reisado e sua prática como parte do produto da pesquisa, dando ênfase à religiosidade (de forma neutra e histórica), as músicas, os personagens, os adereços e os símbolos desenvolvidos por Mestres e Mestras da cultura popular, que tem no Reisado uma História de vida e preservação da memória de determinados povos e lugares.

A proposta de criação e montagem de um trabalho é estabelecida sob a experiência que tenho tanto na prática de realização do Reisado em si, como na prática de ensino sobre Reisado e outras manifestações da cultura popular. Deste modo, passaria a desenvolver pequenas oficinas de criação e montagem para contemplar e finalizar uma experiência mais ampla em torno da aprendizagem das crianças sobre o Patrimônio material e imaterial do território de São Gonçalo do Amarante.

Imagem 23: Apresentação Artística sobre o Patrimônio Imaterial

Fonte: Acervo de fotografias da Associação Arte Jucá

Um dos principais objetivos com o resultado do trabalho realizado por meio da pesquisa é a socialização da produção artística cultural e patrimonial. Elegi o Reisado como uma proposta viável para a montagem de um trabalho articulado e construído com as crianças após o estudo realizado em sala sobre o patrimônio cultural material e imaterial, do município de São Gonçalo do Amarante amparado na educação patrimonial.

Levar o resultado da pesquisa para as demais escolas do território é uma das estratégias para discutir a preservação e a manutenção do patrimônio cultural local. Permitir que outras escolas vejam a importância do trabalho realizado na nossa escola, pela apresentação de um Reisado com características provenientes dos achados no território, com base na estrutura do Reisado do Mestre João Carneiro e das pesquisas sobre a cultura do Reisado no estado do Ceará, trabalhados dentro do contexto escolar.

Entendo que a educação é um dos melhores caminhos para a construção de uma base sólida que alcance a desejada preservação do patrimônio cultural, seja pela cidadania, pela construção dos vínculos com o outro e com o território, ou mesmo pela despertar da sensibilidade ao patrimônio e a relação desse com a História individual de cada um, com o território e sua História enquanto lugar de vivência.

Todas as atividades trazidas à pesquisa e mostradas acima são propostas de ações para serem trabalhadas, discutidas e remodeladas no âmbito da sala de aula e do contexto da escola, trazendo as experiências da associação Arte Jucá e escola Miolo de Pote para dentro da

sala de aula, estruturando de forma sistemática o trabalho com o Patrimônio cultural e a cultura popular, como perspectiva de construção de uma aprendizagem histórica, que segundo Korb (2023), requer intervenções pedagógicas para que se alcance os resultados esperados na aprendizagem histórica, como: mudança atitudinal de alunos e alunas; o aperfeiçoamento das práticas de professores; superação da visão tradicional de ensino e aprendizagem; mudança de atitude docente em relação à avaliação dos processos de aprendizagem com foco no desenvolvimento cognitivo e não na memorização dos fatos e conteúdos apresentados e o trabalho desenvolvido com fontes, que no nosso caso estão próximos à realidade de alunos e alunas.

3.4 O produto: Recurso didático sobre o patrimônio cultural e o território de São Gonçalo do Amarante

O livro didático tem hoje como concorrentes os meios de comunicação de massa. o cinema e a televisão e seu mundo de imagens. No século anterior, o livro didático tinha que se impor a um mundo que se comunicava essencialmente pela oralidade onde a entonação da voz e o gestual mesclavam-se na apreensão do que era transmitido (Bittencourt, 1993).

Apesar de parecer bem contemporânea a fala de Bittencourt (1993) já tem mais de três décadas. Ao ler sua tese de doutoramento e constatar que os desafios enfrentados naquele período não estão muito distantes dos que enfrentei atualmente, com o advento das tecnologias, desafia a pensar como superar os recursos tecnológicos tão presentes na atualidade, ou utilizá-los como aliados em um período em que se torna cada vez mais difícil competir com a tecnologia apenas com os recursos e os livros didáticos disponíveis.

O longo percurso até aqui proporcionou momentos de muito aprendizado, experiências e trocas com pessoas que nos ajudaram a pensar como construir o nosso recurso didático, como produto do Mestrado Profissional em Ensino de História. Uma pergunta realizada ainda lá no primeiro semestre do curso, feita pelo Professor Jailson da Silva⁶⁴ durante as aulas da disciplina de Teoria da História, despertou pensamentos e uma imensidade de possibilidades sobre o Ensino de História com o nosso público, o primeiro ano do ensino fundamental.

⁶⁴ Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará – UFC, possui graduação em história pela Universidade Federal de Pernambuco (1997), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal do Ceará, onde foi tutor do PET-História (2013-2015) e coordenador do curso de História (2015-2017). Pesquisa, principalmente, os seguintes temas: fontes históricas, história, história do Brasil, história da república, cinema-história e história e cidade.

“O que lhe inquieta e lhe incomoda na sua sala de aula?”. A questão levantada pelo professor foi mote para que cotidianamente a observação sobre o ambiente da sala se tornasse mais cirúrgica, fazendo com que eu pudesse levantar várias problemáticas sobre o contexto das aulas. Sem dúvidas, uma das maiores necessidades e problemáticas desde o início da pandemia de coronavírus foi a ausência de recursos didáticos para o trabalho em sala durante as aulas.

Como já descrevi ao longo do capítulo, apesar de existir e estar disponível, o livro didático para o ensino de História traz uma simplicidade que notadamente não implica em desafios cognitivos fazendo com que se estimule o pensar, a opinião e a criticidade de alunos e alunas. Ou seja, após a análise do recurso didático disponível, percebi que poderia alcançar resultados satisfatórios explorando o próprio território das crianças, ou fazendo com que (re)conhecessem espaços e ambientes com coisas que fazem parte da sua própria história, como moradores de São Gonçalo do Amarante.

Após os primeiros encontros com o Professor Antônio Gilberto Ramos Nogueira, coautor e orientador dessa pesquisa, houve muita clareza sobre as possibilidades em torno dos caminhos a serem percorridos para a construção da pesquisa e, conseqüentemente, do produto como ferramenta didática. Desta forma, planejei o tema e a possível estrutura que daria sustentação ao projeto do produto.

Ao levar em consideração as unidades temáticas, os objetos do conhecimento e as habilidades contidas na proposta curricular (BNCC) em que a criança deve conhecer o que está ao seu redor como, o bairro, a comunidade, as pessoas e os espaços de vivência, aprofundando por meio do livro didático essas temáticas. No entanto, durante a pesquisa entendo que o conhecimento deveria ir além do que conhecer o seu bairro, podendo ser expandido para outros territórios do município. Assim, diante da relação próxima com o Patrimônio cultural, a arte e a cultura popular nas últimas décadas, pensei como o ensino de História poderia ser articulado com o patrimônio cultural local (São Gonçalo do Amarante), o lúdico e a Arte, tornando a aprendizagem prazerosa e estimulante para as crianças.

Ao compreender que nessa etapa da vida escolar (ciclo de alfabetização) as crianças ainda estão em um processo gradual de desenvolvimento, pensei como o nosso recurso didático poderia ser uma ferramenta de referência para o ensino de História no primeiro ano da educação básica, mostrando o território e seu patrimônio numa perspectiva lúdica e interativa de forma inédita no contexto local.

3.5 Estrutura da Ferramenta Didática

O produto construído a partir dos achados da pesquisa está estruturado em formato de livro paradidático direcionado para crianças do 1º ano do ensino fundamental, mas que pode ser estudado e analisado por alunos e alunas de outros anos da educação básica. Será dividido em duas seções, sendo, uma que apresentará o patrimônio cultural material, e a segunda que apresentará o patrimônio cultural imaterial. Apesar de aqui citar o patrimônio fazendo uma distinção sobre o que é material e imaterial, no artigo nº 216 da Constituição Federal a definição atual do conceito de patrimônio é operada em sua dimensão integrada. Ou seja, a dicotomia entre material e não material não é levada em conta. Entretanto, para que as crianças tenham uma distinção ao trabalhar patrimônio em sala, é interessante que seja fragmentado, para que compreendam aos poucos o patrimônio e seus sentidos.

➤ **Patrimônio Cultural Material**

1. Igreja de Nossa Senhora da Soledade (Distrito de Siupé)
2. Museu Casa de Quinca Moreira (Comunidade de Salgado dos Moreiras).

➤ **Patrimônio Cultural Imaterial**

1. Dança de São Gonçalo (Grupo Folclórico – Sede)
2. Dança do Coco (Grupo de dança do coco – Pequena Aldeia – Taíba)
3. Reisado Boi do Sertão – Mestre João Carneiro (Espinhos – Cágado)

O patrimônio cultural será apresentado com cada seção por meio de uma breve História em pequenas frases objetivas, devido as crianças estarem em um processo de desenvolvimento e aprendizagem da leitura. As imagens de cada um dos patrimônios serão convertidas e apresentadas em desenho, chamando a atenção e a curiosidade das crianças para as informações visuais. As seções irão conter formas em cores destacadas contendo palavras-chave sobre o patrimônio estudado naquela seção, instigando a curiosidade sobre cada uma das palavras e o que elas representam. Ao final de cada seção serão apresentadas imagens reais de cada um dos itens do inventário.

Nas seções 1 e 2 será indicada a realização de exposições de desenhos produzidos a partir do estudo sobre o patrimônio pesquisado. Também será proposta a realização de exposições de produções literárias de autoria das crianças com a supervisão de professores e professoras, valorizando as atividades voltada para a aprendizagem e o desenvolvimento da

leitura e da escrita, por meio do ensino de História, dando ênfase a escrita criativa de cada uma das crianças de acordo com sua compreensão acerca do patrimônio cultural.

Após a realização do estudo sobre o patrimônio cultural por meio do recurso didático (produto) desenvolvido, proponho a realização de uma oficina de montagem cênica (Teatro e Dança) sobre alguma das manifestações populares apresentadas. Para que as crianças possam imergir de fato, é importante que conheçam de forma ampla o que se estuda por intermédio dos professores e professoras, seja no trabalho com fantoches, ensaios de danças, coral ou trabalho com material reciclado na produção e construção de personagens, adereços ou itens relacionados ao tipo de manifestação escolhida. A montagem será como uma parte viva do recurso apresentado ao curso.

Após a realização das oficinas de montagem sobre manifestações do patrimônio cultural imaterial, deverão ser apresentados à toda a comunidade escolar os resultados do trabalho realizados durante o estudo sobre o patrimônio cultural material e imaterial, utilizando o recurso didático construído pela pesquisa. Outra importante comunicação sobre o trabalho e o tema, é a veiculação e apresentação dos resultados para outras instituições escolares, ampliando a perspectiva para a preservação do patrimônio cultural do município.

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História parte da inquietação e do incômodo diante do problema constatado em torno da estrutura do componente curricular de História e as suas fragilidades em torno do currículo, do tempo destinado às aulas, a substituição do tempo de aula do componente para as aulas de língua portuguesa e principalmente a necessidade de recursos didáticos que auxiliem o Professor e a Professora no desenvolvimento das aulas e atividades de História, na turma do 1º ano do ensino fundamental.

Durante a construção desta pesquisa, encampei esforços no sentido de problematizar os métodos e metodologias utilizadas nas aulas das turmas de 1º e 2º ano do ciclo de alfabetização do ensino fundamental, além de lembrar sempre que oportuno: as turmas de 5º e 9º ano também passam pelo cansativo processo de preparação, ao longo de todo ano, para obter bom desempenho em uma avaliação externa. Entretanto, diferente das turmas com idade superior, as crianças do 1º ano em especial, como abordado ao longo da pesquisa, encontram-se numa importante fase da aprendizagem e do seu desenvolvimento individual, que, ao invés de ser menosprezado, deve ser fortalecido por meio do lúdico, do brincar.

É importante enfatizar que a pesquisa parte inicialmente de uma questão problema no contexto da sala de aula, mas que me levou para o conhecimento de questões de outra ordem que implicam diretamente na relação entre cultura popular e educação. Partir em busca de conhecer e compreender o território de São Gonçalo e o seu Patrimônio Cultural me fez perceber que as políticas culturais, em torno do patrimônio e sua valorização, constituem-se como um fracasso institucional no que diz respeito à valorização, reconhecimento e apoio às práticas e seus Mestres. A falha no acompanhamento e efetivação das leis sobre o patrimônio implica numa espécie de contribuição indireta, ou neutra, para o apagamento das práticas populares, que nem sempre possuem o apoio popular, quem dirá institucional, salvo quando dá necessidade de exibir o patrimônio cultural como representação da cultura do município, usando de forma política as práticas locais. Isso me fez perceber que não há organização da classe artística em prol de melhorias na valorização da classe e suas práticas.

Como artista, ator, brincante, músico e produtor cultural com experiência de aproximadamente 19 anos no setor cultural e artístico, costumo dizer que desde a minha mudança para São Gonçalo do Amarante, em outubro de 2021, morri artisticamente. Apesar de aparentar uma frase forte, não passa de uma realidade vivenciada amargamente, principalmente devido à ausência de atores, atrizes e escolas de arte que possibilitem estudo e oficinas sobre as

práticas locais. Essa questão não é mera coincidência, pois a ausência da efetivação de políticas culturais contribui negativamente para o apagamento e esquecimento das práticas populares.

Durante o período de realização da pesquisa, fui contemplado com a aprovação de Projeto pela Lei Paulo Gustavo, intitulado *Eu Conto e Tu Cantas – Circulação do Baú de Histórias pelos distritos de Tauá*, o qual tinha como objetivo o estímulo à leitura, à aprendizagem, à comunicação e a oralidade, com foco no desenvolvimento individual das habilidades por meio do contato com a literatura. Naquele município, há uma articulação entre a política cultural e a política educacional, permitindo com que Professores, que também atuem como artistas, possam concorrer a projetos de incentivo às práticas culturais, possibilitando acesso por meio da política de editais.

No entanto, a realidade caracterizada pela imaturidade, no que diz respeito a gestão e execução das políticas culturais e educacionais do município de São Gonçalo do Amarante, potencializam a inércia peculiar desse território quando falo de desenvolvimento cultural e artístico. Nos últimos anos, vários Professores, que também são profissionais do teatro, da dança, da música e da literatura chegaram ao município para contribuir no processo de desenvolvimento educacional. Mas, são impedidos de participarem do acesso aos editais devido o vínculo que estabelecem com o município como servidores públicos, que poderiam contribuir para a potencialidade presente nas escolas, como uma atividade extracurricular, que também poderia ser desenvolvida fora do âmbito escolar.

Por essa e outras questões, creio que o município, na sua forma arcaica de gerir a cultura, tem impedido ou limitado a expansão da sua própria cultura. Tal constatação justifica-se na realidade dos grupos de tradições populares que vivem à sombra da paralização de suas atividades como grupos de cultura viva, simplesmente pelo fato de não serem vistos ou contemplados pelas leis da política cultural local.

Fato é que nos últimos anos, o orçamento anual da pasta de cultura do município tem ultrapassado a casa dos dez milhões de reais, que exige a cultura popular de ser alcançada, mas que contempla de forma viril a manutenção, crescimento, estímulo, apoio e incentivo à cultura de massa, com a realização de festas com atrações nacionais. Desde que me entendo como artista, por volta do ano de 2006, sempre me questionei: É tão difícil assim e complicado incentivar e dar apoio às práticas de cultura popular? Esse questionamento parou de me afligir a partir do momento que descreditei e me angustiei, mais uma vez, por ver tamanho descaso com a preservação da memória de um povo, as suas origens e autenticidade como as práticas realizadas pelos Mestres entrevistados durante a construção da pesquisa.

Quando no início da pesquisa decidi trazer uma problemática do contexto da sala de aula para o debate sobre a qualidade da oferta do ensino de História, devido sua estrutura e recursos, jamais havia passado pela minha cabeça a ideia de que iria identificar e levantar tantas questões, tanto no que diz respeito às questões educacionais, quanto as culturais. Isso justifica o fato de que as políticas públicas não lutam em causa própria na sua individualidade, uma questão social está implicada à outra, e a fragilidade de uma, consequentemente, afeta a outra.

Apesar de trazer dados e informações pertinentes e de interesse público, que cabe espaço para debates e reflexões, esta pesquisa não pretende fazer julgamentos sobre a atuação de qualquer órgão que seja e suas metodologias de trabalho. No entanto, se faz necessário trazer para o conhecimento público, principalmente para que haja mobilização e organização da classe artística. Por ser um município pequeno, sou consciente que, sempre que possível, há perseguição e retaliação política quando do questionamento sobre dados e recursos financeiros.

Chegando ao final dessa investigação sobre Ensino de História e o patrimônio cultural, algumas questões importantes são postas como meios possíveis, para superação de questões que excedem os muros da escola, mas, que podem começar a serem trabalhadas e construídas no ambiente escolar. Essas questões dizem respeito à valorização, manutenção e preservação de práticas populares ou espaços de memória.

A primeira questão está relacionada ao lento processo de formação de plateia, ou simplesmente a ausência desse processo. Está constatação foi percebida logo nas primeiras semanas como morador da cidade de São Gonçalo do Amarante, ao acompanhar a realização de diferentes eventos. As observações estão amparadas no comportamento do público como expectadores de apresentações culturais e artísticas, quando se observa a quantidade de público presente, o comportamento durante a apresentação, a atenção estabelecida para com a apresentação assistida e as relações estabelecida entre o próprio público. As constatações podem definir o que chamo de “público de qualidade”.

A segunda questão versa sobre a dificuldade de parte da população local em aceitar produções e atividades que não sejam produzidas no município, ou pessoas, que não sejam nascidas em São Gonçalo. O bairrismo exacerbado colabora para o analfabetismo político cultural da população, com o pensamento de que só tem qualidade o que é desenvolvido na cidade, ou, só domina algum conhecimento quem é natural do município. Essa constatação não é somente pessoal, pois alguns colegas Professores e Professoras lotados(as) em outras instituições de ensino espalhadas pelo município, corriqueiramente, citam tais situações.

A terceira questão está relacionada ao distanciamento entre a educação e o patrimônio cultural. É cada vez mais comum no ambiente escolar o desaparecimento das

práticas e tradições populares, salvo quando acontecem feiras científicas e momentos culturais como culminâncias e aberturas de eventos como, reuniões de pais e festas do calendário escolar ligadas às homenagens familiares. Salvo os momentos acima citados para o trabalho com o patrimônio cultural e a cultura popular, no restante do ano letivo, raramente vê-se tal aprofundamento, o que não estabelece a apropriação sobre a História do patrimônio, que deveria ser trabalhado sistematicamente ao longo de todo o ano letivo.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, Boulos Júnior. **A conquista**: história: 1º ano: ensino fundamental: anos iniciais/Alfredo Boulos Júnior. 1ª Ed. São Paulo: FTD, 2021.

ANACÉS. **Povos Indígenas do Brasil**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Anacé#:~:text=O%20povo%20Anacé%20%20habita%20tradicionalmente,da%20Região%20Metropolitana%20de%20Fortaleza>>. Acesso em: 19 dez. 2024.

ARAUJO, Valdei Lopes de. O direito à história: O(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Rodrigo Perez G.; BRUNO, Leonardo (orgs.) **Conversas Sobre O Brasil**: Ensaios de Crítica Histórica. Rio de Janeiro: Autografia, p. 191-216, 2017.

BEZERRA, Marcia. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: Uma história do saber escolar. 138f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP): São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. (Repensando o ensino). 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

BORBA, Angela Meyer. A Brincadeira como experiências de Cultura. In: BRASIL. Ministério da Educação. **O cotidiano da Educação Infantil** – Boletim 23. Brasília, p. 46-54, 2006.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Município de São Gonçalo do Amarante** – CE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/sao-goncalo-do-amarante.html>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Educação Patrimonial**: Inventários participativos. Brasília, 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: https://www.portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes** – PISA. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura (MINC). **Conselho Nacional de Política Cultural**. <https://cnpccultura.gov.br/conselho-de-cultura-do-ceara/>. Acesso em: 02 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura (MINC). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Educação Patrimonial**. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** – PNAIC. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Programa Dinheiro Direto na Escola** – PDDE. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Programa Nacional do Livro Didático** – PNLD. Brasília, 1937.

BRASIL. Ministério da Educação. **Música, dança e alegria marcam a tradição do Reisado**. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/videos/tv-caatinga/musica-danca-e-alegria-marcam-tradicao-do-reisado#:~:text=O%20Reisado%2C%20também%20chamado%20de,esse%20festejo%20há%20várias%20décadas>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. **Coleção Proinfantil**: módulo IV: unidade 5. Brasília, DF, 2006. v.2. Disponível em: <https://www.portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012797>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CAMPANHA NACIONAL ESCOLAS DA COMUNIDADE (CNEC). Disponível em: <https://cnec.br/nossa-historia>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CARVALHO, Gilmar de; Sousa, Francisco. **Tirinete** – Rabecas da tradição. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar** – Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Robson. **Arte Jucá** – Caminhos Estéticos. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2024.

CEARÁ. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/5087-lei-13-842-de-27-11-06-d-o-de-30-11-06-proj-lei-n-6-871-06-executivo>. Acesso em: 02 jan. de 2025.

CEARÁ. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT. **20 anos da política de mestres e mestras da cultura tradicional no Ceará**: Comemorações no Sertão Central. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2023/08/21/20-anos-da-politica-de-mestres-e-mestras-da-cultura-tradicional-no-ceara-comemoracoes-no-sertao-central>. Acesso em: 11 set. 2024.

CEARÁ. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT. **Igreja de Nossa Senhora da Soledade – Siupé (São Gonçalo do Amarante)**. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/07/igreja-de-nossa-senhora-da-soledade/>. Acesso em: 02 jan. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. **Mapa cultural:** Associação dos Amigos da Arte, Ciência e Cultura de Arneiroz (Arte Jucá).
<https://mapacultural.jaguaribe.ce.gov.br/agente/10034/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CEARÁ. **Secretaria da Cultura.** Disponível em:
<https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/07/igreja-de-nossa-senhora-da-soledade/>. Acesso em: 27 out. 2024.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC. **Programa de Alfabetização na Idade Certa** – PAIC. Fortaleza, 2007.

CEARÁ. Universidade Estadual do Ceará. Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC. **Histórico da Unidade.** Disponível em:
<https://www.uece.br/cecitec/institucional/historico/#:~:text=O%20Centro%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20toda%20a%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 07 dez. 2024.

CORREIA, Overlan G. **Taba dos Anacés.** São Gonçalo do Amarante/CE, 1997.

CUNHA, Paula Silveira da. **As infâncias no terreiro da tradição:** o ensinar – aprender entre mestres da cultura cearense e seus pequenos discípulos. Mestrado (Mestrado Profissional em Artes). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. 150f. Fortaleza: ProfArtes, 2025.

FARIAS, Camila Mota. “Brincando de dançar, dançando para brincar”: ludicidade, improviso e ritual na dança do coco da comunidade de Balbino/CE (1940 - 1980). **Revista História e Culturas.** Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 40-63, jan-jul/2014.

FERNANDES, Domingos. Avaliações externas e aprendizagens dos alunos: uma reflexão crítica. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 25, p. e24579, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/24579>. Acesso em: 8 fev. 2024.

FERRAZ, Marli Ferreira da Silva. **A importância da relação família e escola:** Reflexões sobre as percepções de pais e professores. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) UNILAB – BA, 2022.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização.** 26. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

FERRUGEM, Isabel Cristina Francione. **Educação, patrimônio e ludicidade:** A experiência educativa do setor do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) (SPH/UFRGS) Porto Alegre, UFRGS, 2015. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134700>. Acesso em: 4 abr. 2024.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos, injustiça ambiental e saúde no Brasil.** Disponível em:
<https://www.mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-povo-anace-e-desrespeitado-e-expulso-de-seu-territorio-para-construcao-do-complexo-industrial-eportuario-do-pecem/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FOTO HISTÓRICA DA ANTIGA SEDE DA PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE – CE. **Página do Facebook:** Nossa Gente São Gonçalo. Disponível em:
<https://www.facebook.com/nossagentesga/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local:** concepções e perspectivas pedagógicas. Curitiba: Editora CRV, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO. **Arte na Educação Escolar** - INE. Belo Horizonte – MG. Disponível em:

https://institutoine.com.br/arquivos/artes_na_educacao_escolar_60146090b1ac8.pdf. Acesso em: 2 set. 2024.

KORB, Vivian Maria. Educação histórica na prática: intervenções pedagógicas para aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria auxiliadora; OLIVEIRA, Marcos da Silva (orgs.). **Educação histórica** – teoria, metodologia e formação de professores. Curitiba: Was Edições, 2024.

LUCAS JUNIOR, Joaquim. **Siupé: Igreja Histórica de São Gonçalo foi depredada**. Ceará na História. Fortaleza, 2017. Disponível em:

<https://www.cearanahistoria.blogspot.com/2017/01/siupe-igreja-historica-de-sao-goncalo.html>. Acesso em 23 de dezembro de 2024.

KORB, Vivian Maria. **Educação histórica na prática**: intervenções pedagógicas para aprendizagem histórica. Curitiba: Was Edições, 2024.

LEITÃO, Cláudia. **20 anos da política de mestres e mestras da cultura tradicional no Ceará**: Comemorações no Sertão Central. Quixadá, 2023. Disponível em:

<https://www.secult.ce.gov.br/2023/08/21/20-anos-da-politica-de-mestres-e-mestras-da-cultura-tradicional-no-ceara-comemoracoes-no-sertao-central>. Acesso em: 11 set. 2024.

LUCKESI, Cipriano. Ludicidade e formação do educador. **Revista Entreideias**: educação, cultura e sociedade, [S. l.], v. 3, n. 2, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/9168>. Acesso em: 7 fev. 2025.

MACIEL, M.R.C. Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**. 14 (2), Jun/2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mai. 2024.

MOURA, Maria Theresa Jaguaribe de. A brincadeira como encontro de todas as Artes. In: BRASIL. Ministério da Educação. **O cotidiano da educação infantil** – Boletim 23. Brasília, 2006, p. 55-67.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; RAMOS FILHO, Vagner. **Afinal, o que é patrimônio?** Conceitos e suas trajetórias. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019.

NOVA ESCOLA. **Emilia Ferreira**, a estudiosa que revolucionou a educação. Disponível em: <https://novaescola.org.br/tag/1228/emilia-ferreira>. Acesso em: 2 set. 2024.

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE. **Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos profissionais do Magistérios** – PCCR. São Gonçalo do Amarante, 2024.

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, Maria auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende (orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 109-28.

SCHMIDT, Maria auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende (orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SANTANA, M.I.; RUAS, M.A.; QUEIROZ, P. H. B. O impacto do tempo de tela no crescimento e desenvolvimento infantil. **Revista Saúde em Foco**. 14ª Ed. 2021. Disponível

em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2021/05/O-IMPACTO-DO-TEMPO-DE-TELA-NO-CRESCIMENTO-E-DESENVOLVIMENTO-INFANTIL.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SANTOS, Paulo Henrique Leitão dos. **As culturas populares no contexto escolar: Diálogos e Reconhecimentos**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE. Escola de Ensino Fundamental Adelino Alcântara Filho. **Projeto Político Pedagógico** – PPP. 2024.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta? **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_f804ec348a80e26077f7f99f639e4ba4.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

SESC-CE. **Encontro Sesc Povos do Mar**. Disponível em: <https://www.sesc-ce.com.br/povos-do-mar-heranca-nativa/sobre/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SILVA, Eduardo Rodrigues. Vamos Brincar de Preservar? As Brincadeiras Infantis como Patrimônio Imaterial. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

SILVA, Maria Alice Setúbal Souza e. **Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. São Paulo: Cortez, 1989.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola: uma conversa com professoras e professores em diálogo com Paulo Freire. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 63, n. 19, p. 107-116, 24 Jun/2022. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/8295>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Revista Tempo**, 24 (2), mai-ago/2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/BkYCb6mfzF4kTGPzSzN9vYg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2024.

VALDEBENITO, Rosa María Guerrero. Identidades territoriales y Patrimonio Cultural: La apropiación del patrimonio mundial en los espacios urbanos locales. **Revista F@ro** - 2ª Edição. Facultad de Humanidades - Universidad de Playa Ancha – México, 2005.